

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JOSÉ CALASANS: A HISTÓRIA RECONSTRUÍDA

Jairo Carvalho do Nascimento

Salvador – BA, Janeiro de 2004

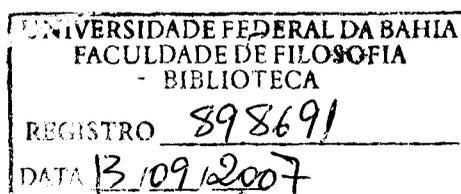
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOSÉ CALASANS: A HISTÓRIA RECONSTRUÍDA

Jairo Carvalho do Nascimento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da Dr.^a Lina Maria Brandão de Aras, para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Salvador – Ba, Janeiro de 2004



Dedico este trabalho aos meus pais, José Bispo do Nascimento e Alzira Maria Carvalho, meus irmãos Sivonê, Mágida e Márcia, a minha tia Valnice, parentes e amigos. E a memória de José Calasans.

AGRADECIMENTOS

Este é o momento de expressar o meu muito obrigado àqueles que, de alguma forma, contribuíram para a edificação deste trabalho, construção que só foi possível graças ao apoio, à compreensão e ao estímulo de todos.

A disponibilidade, a atenção de cada um ajudaram-me a enfrentar desafios, a transpor barreiras, a escalar montanhas íngremes, enfim, a transformar em realidade palpável, concreta, este meu grande sonho.

De modo especial, agradeço:

Aos parentes e amigos, que me ajudaram durante o curso: Gilmarques e Mágida (Itororó); Levi e Márcia (Salvador); José Marcos, Valdério e Roberto (Salvador); José Denison, Joceneide Cunha, Gilfrancisco e o Prof. Pedrinho dos Santos (Aracaju).

Aos professores e funcionários da UESC: Prof. Henrique Lyra; Prof.^a Maria Nilva de C. Moraes; Prof. Augusto Marcos; Prof. Carlos Alberto de Oliveira; a José Renato e a Maricélia Neves, respectivamente secretários do Colegiado de História e do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas.

Aos funcionários das diversas instituições por onde passei. Em Aracaju: do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, da Biblioteca Pública Epifânio Dória, do Colégio Estadual Atheneu Sergipense e do Departamento de História da UFS. Em Salvador, na UFBA: a Marina da S. Santos (Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em História), a Edenice Brandão Malheiro de Brito (Periódicos da FFCH), a Luiz Alberto de Assis B. Filho (Arquivo da FFCH), a Maria Zelinda F. Lopes (Núcleo Sertão) e a Cláudia Maria G. Saldanha (Arquivo da Faculdade de Direito); aos funcionários do Museu Eugênio Teixeira Leal.

Aos professores da UFBA, pelas sugestões e indicações de leituras, observações que foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa: Valdemir Zamparoni, Lígia Bellini, Antônio Fernando Guerreiro de Freitas, Maria Hilda Baqueiro Paraíso e João José Reis; e Mary Ann Mahony (da University of Notre Dame, EUA).

Aos historiadores: Consuelo Pondé de Sena, pelas indicações de leitura sobre o integralismo na Bahia e pela doação de material para a pesquisa; Luis Henrique Dias Tavares, pela atenção que dedicou ao projeto, mostrando-me caminhos e apontando questões; aos que participaram da banca de qualificação, Cândido da Costa e Silva e Consuelo Novais Sampaio, que apontaram mudanças importantes para a elaboração do texto final. A Cândido um agradecimento especial. Foi um dos primeiros a ver o projeto: viu-o nascer e incentivou-me desde o início.

RESUMO

José Calasans Brandão da Silva foi um dos maiores historiadores da guerra de Canudos, e, conseqüentemente, da vida e obra de Antônio Conselheiro. Faleceu em 28 de maio de 2001, deixando uma quantidade significativa de livros e artigos sobre a trajetória de vida do beato e de sua “cidade santa”. Como objeto de estudo a ser desenvolvido neste trabalho, proponho-me analisar especificamente a contribuição de José Calasans no estudo da guerra de Canudos e da saga de Antônio Conselheiro, a amplitude temática e os elementos interpretativos de sua obra, contextualizados com a sua vivência social, que, num primeiro momento, absorve elementos da interpretação euclidiana e se distancia aos poucos, mas não completamente, desse modelo, ao longo de suas pesquisas, destacando as seguintes questões suscitadas: *a valorização da oralidade popular acerca do tema como fonte de pesquisa*, seja expressa na própria oralidade e memória do povo sertanejo ou contada através da literatura de cordel; *a visão plural de Canudos e da saga de Antônio Conselheiro*, que suscitou o debate, ao longo da segunda metade do século XX em torno de alguns assuntos como o número de habitantes do Belo Monte, a composição social e naturalidade do séquito do Conselheiro, a negação da existência de uma sociedade igualitária em Canudos, o papel do Conselheiro como agente social, o seu comportamento e suas atitudes diante da escravidão, a sua relação conflituosa com os clérigos do interior baiano etc.; *a organização de uma “base” de pesquisa para o tema*, através do *Núcleo Sertão*, criado em 1983 na UFBA. São aspectos da obra de José Calasans.

ABSTRACT

José Calasans Brandão da Silva was one of the biggest historians of the Canudos War, and consequently, of Antônio Conselheiro life and work. He died in 28th of May 2001, leaving a significant quantity of books and essays on life trajectory of the religious devout and of your “holy city”. As study object to be developed in this work, I propose myself to analyze specifically the contribution of José Calasans in the study of the Canudos War and of the saga of Antônio Conselheiro, the thematic amplitude and the interpretative elements of his work, contextualized within your social existence, which in a first moment absorbs elements of the *euclidiana* interpretation and moves away little by little, but not completely, of this model along their researches, highlighting the matters raised along their work: *the valorization of the popular orality concerning to the theme as research source*, as expressed in the orality and memory of the country people or told through the cordel literature; *the plural vision about Canudos War and the saga of Antônio Conselheiro*, which raised the debate, along the second half past of the XXth century around some subjects as the number of inhabitants of Belo Monte, the social composition and birthing of Conselheiro followers, the of the existence of an equalitarian society in Canudos, the social function of Conselheiro as social agent, his behavior and his attitudes face the slavery, his conflicting relationship with the catholic Church of Bahia, etc.; *the organization of a "research base for this subject*, through the Núcleo Sertão, created in 1983 in UFBA. Are aspects of the work of José Calasans.

ÍNDICE

Introdução	8
PARTE 1	
1. José Calasans: o homem, a vida e a obra	15
1.1. Antecedentes familiares	15
1.2. Formação educacional: Atheneu Pedro II e Faculdade de Direito da Bahia	16
1.3. O professor, o educador e o administrador cultural	21
2. Nacionalismo e integralismo	35
2.1. José Calasans e o integralismo	41
3. O historiador e o folclorista: um resumo da obra	51
3.1. O ofício de historiador: autores, temas e a escrita da história	51
3.2. Os estudos folclóricos em Sergipe e na Bahia	62
PARTE 2	
4. Novas fontes e abordagens para a história de Canudos	72
4.1. Oralidade e memória na historiografia de Canudos	72
4.2. A literatura de cordel	87
4.2.1. O cordel em perspectiva	87
4.2.2. O cordel na obra de José Calasans	94
5. Canudos: uma história reconstruída	103
5.1. O “olhar euclidiano”	104
5.2. Um novo “olhar” da história de Canudos	111
Considerações Finais	127
Fontes e Bibliografia	130
Apêndice	

INTRODUÇÃO

“Não sei se fiz muito na vida mas, sobretudo, meu empenho foi ser o tradutor do universo sertanejo...”¹.

José Calasans.

Essa frase reflete e resume a motivação que guiou suas pesquisas ao longo de sua vida: entender o povo sertanejo. Esse elemento esteve presente, sobretudo, nos seus estudos sobre a guerra de Canudos, Antônio Conselheiro e sua gente, o homem comum do sertão.

José Calasans foi um intelectual urbano, com os pés fincados no espaço rural, no mundo sertanejo. Foi a paixão pelos estudos folclóricos, nutrida ainda em Aracaju, sua cidade natal, que o aproximou dessa realidade, despertando o interesse pelas crenças, tradições e valores do povo. Não obstante, por outro lado, foi um biógrafo de pessoas ilustres, de personalidades públicas, de homens de letras de Sergipe e da Bahia.

Nasceu em Aracaju, no dia 14 de julho de 1915. Estudou Direito na Faculdade de Direito da Bahia, entre 1933 a 1937. Atuou como professor de História nos principais estabelecimentos de ensino da capital sergipana, até estabelecer residência definitiva em 1947, em Salvador, onde continuou no magistério, vocação de sua vida, lecionando em diversas escolas da capital. Foi professor do curso de História da Universidade Federal da Bahia. Na capital baiana, construiu sua grandiosa obra sobre a guerra de Canudos. Exerceu cargos importantes em agremiações culturais, como a Presidência da Academia de Letras da Bahia e a Direção do Departamento de Publicações do Museu Eugênio Teixeira Leal.

Em Salvador, consolidou sua atuação no ensino e na pesquisa. Foi historiador, folclorista e biógrafo. Sua obra enquadra-se nessas três categorias.

Ao longo de sua obra, realizou estudos sobre aspectos políticos da história e da educação em Sergipe; estudou a Bahia no mundo colonial português, a Revolução de 1930 e elaborou uma quantidade significativa de biografias de homens públicos, sendo a obra mais

¹ José Carlos Sebe Bom Meihy, “Meu empenho foi ser o tradutor do universo sertanejo” (Entrevista com José Calazans), *Luso-Brazilian Review*, v. 30, n. 2, p. 23-33, 1993, p. 33. A entrevista foi realizada em dezembro de 1989.

importante a que ele escreveu sobre Miguel Calmon, professor, banqueiro e político renomado da Bahia, *Miguel Calmon Sobrinho e sua época, 1912-1967*². Não obstante, ganhou notoriedade internacional com seus estudos sobre a guerra de Canudos, paixão de sua vida.

A Guerra de Canudos ou a Campanha de Canudos foi o resultado de um movimento social que eclodiu no Brasil em fins do século XIX. O extermínio quase que completo dos habitantes da comunidade, em outubro de 1897, manchou de sangue a história nacional. O seu líder, Antônio Conselheiro, foi o mais insigne personagem daquele drama que se desenrolou nos sertões da Bahia, na “cidadela de Deus”, conhecida como Belo Monte.

A saga de Antônio Conselheiro é um dos capítulos mais marcantes da historiografia brasileira. Diversos escritores e pesquisadores, especialmente no século XX, de diferentes campos do conhecimento e das mais variadas linhas de referencial teórico, contribuíram para a ampliação e compreensão de tal episódio.

Nenhum historiador brasileiro, no entanto, pesquisou e estudou a guerra de Canudos e a vida de Antônio Conselheiro, de forma constante e pioneira, quanto José Calasans. Ele percorreu o país garimpando em bibliotecas e arquivos, seguindo, como poucos, os passos do peregrino Antônio Conselheiro, do Ceará à Bahia, bem como o desenrolar do conflito em si, revelando, aqui e ali, uma documentação preciosa que reformularia a historiografia “canudense”, presa durante muito tempo ao livro de ouro de Euclides da Cunha, *Os Sertões*.

José Calasans inicia seus estudos sobre Canudos a partir de 1950, quando publica *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, originalmente, tese para concorrer à Docência Livre de História do Brasil, na Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal da Bahia. Até então, *Os Sertões*, “fonte inquestionável”, reinava absoluto na historiografia, narrando os fatos e acontecimentos da campanha de Canudos:

*Depois da publicação do grande ensaio, tudo que se tem feito, salvo artigos sobre pormenores do famoso embate, é cópia servil de Euclides da Cunha ou interrogação das manifestações do desventurado escritor. Estuda-se Canudos via Euclides da Cunha. A obra renomada como que extinguiu a capacidade de pesquisa em torno do doloroso momento da evolução histórica do Brasil.*³

²José Calasans, *Miguel Calmon Sobrinho e sua época, 1912-1967*, Salvador, Museu Eugênio Teixeira Leal/Memorial do Banco Econômico, 1991.

³José Calasans, *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro: contribuição ao estudo da campanha de Canudos*, Salvador, Tipografia Beneditina, 1950, p. 14.

Por ter conduzido os parâmetros da pesquisa da guerra de Canudos e de Antônio Conselheiro durante a segunda metade do século XX, dialogando e debatendo com diversos estudiosos do assunto, poder-se-ia dizer que a história de Canudos se divide em antes e depois dele. Antes, porque *Os Sertões* reinava absoluto como sendo a verdade histórica sobre Canudos. Calasans, aos poucos, distanciou-se dessa visão, embora considerasse um livro importante, como ele mesmo afirmou em entrevista a Marco Antonio Villa:

(...) eu me libertei de Euclides. E eu sinto mesmo que fui me libertando sem perder a admiração que todo brasileiro deve ter por ele... eu comecei a ver o sertanejo real, não naquelas tiradas de Euclides. Tiradas que o povo aceitou e todo mundo no Brasil sabe: 'O sertanejo é antes de tudo um forte'⁴.

A sua contribuição, assim, concentra-se nos seguintes pontos: *a valorização da oralidade popular acerca do tema como fonte de pesquisa*, seja expressa na própria oralidade e memória do povo sertanejo ou contada através da literatura de cordel; *a visão plural de Canudos e da saga de Antônio Conselheiro*, que suscitou o debate, ao longo da segunda metade do século XX em torno de alguns assuntos como o número de habitantes do Belo Monte, a composição social e naturalidade dos moradores do arraial, a negação da existência de uma sociedade igualitária em Canudos, o papel do Conselheiro como agente social, o seu comportamento e suas atitudes diante da escravidão, a sua relação conflituosa com os clérigos do interior baiano etc.; *a organização de uma "base" de pesquisa para o tema*, através do *Núcleo Sertão*, criado em 1983 na UFBA são aspectos da obra de José Calasans, contribuições que ele legou para os estudiosos do tema.

O nosso objeto de estudo é o seguinte: analisar especificamente a contribuição de José Calasans no estudo da guerra de Canudos e da saga de Antônio Conselheiro, destacando a amplitude temática e os elementos interpretativos de sua obra, contextualizados com a sua vivência social, que num primeiro momento absorveu elementos da interpretação euclidiana e se distanciou aos poucos, mas não completamente, desse modelo ao longo de suas pesquisas, pois o seu objetivo era apresentar uma versão diferente da de Euclides da Cunha, sem deixar de perceber, no entanto, os limites de sua obra.

Para atender tal fim, a dissertação foi dividida em duas partes.

Na Parte 1, destacou-se, em essência, o homem, sua vida e sua obra. Constitui-se numa parte, fundamentalmente, biográfica. Um esboço do seu pensamento, vale ressaltar, não

⁴ Marco Antonio Villa, *Calasans, um depoimento para a história*, Salvador, Gráfica da UNEB, 1998, p. 46.

é o objeto da pesquisa. No entanto, foram estudados traços de sua trajetória de vida para entender elementos de sua obra, compreender a formação do seu pensamento intelectual a partir de sua vivência social. Tornar-se-ia extremamente difícil, ou mesmo ilusório, estudar a obra de um determinado historiador, pesquisador ou intelectual, sem levar em consideração seu pensamento, o contexto social em que ele viveu e atuou. Pensamento e contexto, duas particularidades que se completam, fundamentam e edificam o estudo e a análise da obra de qualquer intelectual.

Em outras palavras, partimos do pressuposto de que, para se entender o conjunto de uma obra de um determinado autor, seja um historiador, filósofo ou um romancista, com suas particularidades de escrita e estilo, inerentes ao seu ofício, deve-se estudar a sua formação intelectual consoante com o mundo, com o ambiente social em que ele viveu e atuou, ou seja, analisar a estreita relação entre obra e contexto, como bem apontou o sociólogo francês Pierre Bourdieu⁵.

Os dois primeiros capítulos constituem-se, assim, em um breve esboço biográfico. No primeiro, traçou-se um perfil da vida de José Calasans, apontando os antecedentes familiares, seus primeiros estudos em Aracaju, sua passagem pela Faculdade de Direito da Bahia, sua atuação no magistério, em Sergipe e na Bahia, em instituições de ensino básico e superior, na Universidade Federal da Bahia, sua passagem como membro ou administrador de instituições de caráter cultural, como no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, na Academia de Letras da Bahia, no Conselho Estadual de Cultura e no Museu Eugênio Teixeira Leal.

No segundo capítulo, trataou-se da sua participação no movimento integralista, na Bahia e em Sergipe; enfatizamos a sua passagem pela Faculdade de Direito da Bahia (1933-1937), porque foi nessa instituição que a doutrina de Plínio Salgado o atraiu: a sua formação familiar bem como as leituras de intelectuais nacionalistas durante o curso em Salvador, como Oliveira Vianna e Alberto Torres, cimentaram em seu pensamento um ideal nacionalista que ele carregou na maior parte de sua vida, como se perceberá em discursos e conferências pronunciados em agremiações culturais, na sua passagem pela Escola Superior de Guerra, do Rio de Janeiro, e na sua participação como Vice-Presidente na Liga de Defesa Nacional, seção Bahia, na década de 1970.

Finalizou-se essa parte, abordando, no terceiro capítulo, o seu ofício de historiador, o enquadramento da sua obra na corrente historiográfica positivista, os principais

⁵ Cf. Pierre Bourdieu, Por uma ciência das obras, In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, Campinas, Papirus, 1996, p. 53-89.

autores que influenciaram seu pensamento, como Gilberto Freyre, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Sílvio Romero e Luis da Câmara Cascudo, sua escrita e sua concepção de História. Concluiu-se esse capítulo, fazendo-se um “breve passeio” sobre a sua participação no movimento folclórico em Sergipe e na Bahia, analisando suas principais obras.

Na Parte 2, enfocou-se exclusivamente o que, em sua obra, versa sobre Canudos. É o cerne, a alma que compõe o corpo deste estudo. No capítulo 4, discutir-se-á a inserção de novas fontes e abordagens no estudo da guerra de Canudos, a oralidade e a literatura de cordel, e a participação de José Calasans no uso pioneiro dessas fontes. A oralidade, na época em que começou seus estudos sobre Canudos, não era valorizada pelos pesquisadores. Na análise desse pioneirismo, foram incluídos, por questão de justiça, Odorico Tavares e Nertam Macedo, que também recolheram depoimentos de sobreviventes. José Calasans também o fez, e conseguiu “costurar” várias partes da trama do tecido histórico de Canudos: usou a literatura de cordel como documento, demonstrando que o folheto produz uma versão da história tão rica quanto outras fontes representativas de suas épocas em que foram escritas.

No capítulo 5, discutir-se-ão as principais questões e interpretações suscitadas ao longo de suas pesquisas em torno do tema Canudos, mostrando o caminho percorrido e a evolução dos seus estudos diante de temas, como por exemplo, o diagnóstico de loucura de Antônio Conselheiro e o sebastianismo em Canudos, influência euclidiana contida em *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, que ele reformulou, em outros trabalhos na década de 1970⁶. Enfim, quais as suas contribuições para o estudo da guerra de Canudos ? Quais os limites de seu trabalho ? No presente capítulo, tentar-se-á responder tais indagações.

Analisar-se-ão, assim, os aspectos plurais de sua obra, demonstradora de elementos que negavam a tese socialista para as relações de trabalho no arraial de Canudos, descaracterizando a postura revolucionária de um provável projeto político de Antônio Conselheiro de transformar o sertão, postulada por historiadores marxistas – apontou, no entanto, o seu discurso a favor dos oprimidos, escravos e negros; indicou a contribuição do peregrino Conselheiro no desenvolvimento do sertão, em obras sociais, realizadas em mutirões; pesquisou a origem e a procedência dos habitantes de Canudos, a organização da comunidade; estudou *Os Sertões* e o perfil de seu autor; organizou um acervo que serve de base para todos os pesquisadores de Canudos, o *Núcleo Sertão*, criado em 1983, na

⁶ Os principais trabalhos de José Calasans, dentre outros, nesse período, são: Antonio Conselheiro e os “treze de maio”, *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, ano X, n. 47, p. 91-95, maio/jun. 1968; O “matricídio” de Antônio Conselheiro, *Revista Brasileira de Cultura*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 14, p. 61-69, out./dez. 1972; Antônio Conselheiro, Construtor de Igrejas e Cemitérios, *Revista Brasileira de Cultura*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 16, p. 69-81, abr./jun. 1973; e Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico. *Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, Bahia, 2 a 8 de setembro, 1973, p. 461-477.

Universidade Federal da Bahia, por iniciativa de José Calasans, o qual doou todo o material que conseguiu reunir em três décadas de pesquisa. No *Núcleo Sertão* encontra-se os apontamentos de Antônio Conselheiro, a primeira referência sobre ele conhecida, publicada em *O Rabudo*, em 1874, centenas de artigos de revistas e recortes de jornais, livros, mapas, fotografias, quase todas as edições de *Os Sertões*, além de edições em outras línguas, depoimentos, entrevistas, poemas e vários livros de cordel sobre o tema. Hoje, com mais de 4.000 volumes entre livros, revistas, recortes de jornais etc., que versam sobre Canudos, folclore regional da Bahia, cangaço, entre outros temas, o *Núcleo Sertão* é um centro de referência para pesquisadores nacionais e estrangeiros.

É, portanto, uma obra vasta, que se pretende articular e dialogar com outros autores, no intuito de perceber os caminhos que José Calasans abriu para os estudiosos do assunto.

Enfim, poder-se-ia “(...) dizer que Calasans, devido ao fato de ter conhecido e entrevistado alguns sobreviventes do conflito, por sua constante dedicação ao tema de Canudos e pela amplitude de sua obra, aqui resumida (...)”, foi o “último conselheirista vivo”⁷.

⁷ Jairo Carvalho do Nascimento, Os intelectuais de Canudos: Euclides da Cunha e José Calasans, *Cadernos do CEDOC*, Ilhéus, n. 1, p. 65-75, 2002. p. 74.

PARTE 1

1. JOSÉ CALASANS: O HOMEM, A VIDA E A OBRA

“Eu sou muito seduzido por essa idéia de que a gente só faz alguma coisa se pode ajudar os outros”⁸.

José Calasans.

1.1. Antecedentes familiares

José Calasans Brandão da Silva foi um dos principais nomes da intelectualidade sergipana, no século XX, que construiu uma carreira de sucesso em outro Estado, Bahia. Em terras baianas, consagrou-se como renomado professor, pesquisador do folclore e da guerra de Canudos⁹.

Filho de Irineu Ferreira da Silva e de Noemi Brandão da Silva, nasceu no dia 14 de julho de 1915, na cidade de Aracaju, na Rua de Maroim. Dessa união matrimonial, além de José Calasans, nasceram Francisco Brandão da Silva, que morreu jovem, América Brandão da Silva e Joana Brandão da Silva¹⁰. O seu aniversário era uma data da qual tinha muito orgulho em lembrar na juventude, pois era o dia da queda da Bastilha na França, data significativa para o mundo contemporâneo ocidental – na capital sergipana, inclusive, até 1930, o dia era feriado.

Seus pais, de origens sociais diferentes, nasceram em cidades do interior do Estado. Irineu Ferreira da Silva, de origem modesta, filho de Francisco Ferreira da Silva e de Joana de Góes Ferreira, era natural da cidade de Itabaiana. Homem trabalhador e generoso, andava pelas ruas de Aracaju com os bolsos cheios de moedas para distribuí-las aos

⁸ Depoimento de José Calasans, em entrevista ao programa da Videoteca Aperipê Memória. Vídeo (Direção: Marlene Alves Calumby/Ano:1994/58 min./Aracaju). O Dr. Wagner Ribeiro, sobrinho de Calasans, doou-me gentilmente uma cópia do vídeo.

⁹ Na Bahia, além de José Calasans, destacaram-se: Junot Silveira, no jornalismo; Renato Mesquita, na política e na área jurídica; Jenner Silveira, nas artes plásticas; Mamede Paes Mendonça, na área empresarial; Macedo Costa, como professor de Medicina (foi reitor da UFBA, entre 1980 e 1984). Cf. “Estes baianos nasceram em Sergipe”, *A Tarde*, Salvador, 20 de dezembro de 1979. Caderno 3, p. 1.

¹⁰ Atualmente (2003), apenas Dona América está viva. Reside em Aracaju.

necessitados¹¹. Tornou-se comerciante, dando seguimento à atividade de seu pai, que negociava com fumo. Segundo América Brandão da Silva, Irineu Ferreira foi proprietário de um armazém de cereais na capital sergipana. Sua esposa, natural de Estância, filha de Benjamin Francisco Brandão e de Maria Filomila Silveira Brandão, ao contrário de Irineu, era de origem social abastada. De origem tradicional, figuram na sua família, nomes importantes da sociedade sergipana como o do Monsenhor Antônio Fernandes da Silveira, o pioneiro da imprensa em Sergipe, em meados da década de 1830, e o renomado médico e professor, Josafá Brandão, tio de José Calasans¹².

Da família de Irineu, o nome principal era o do General José Calasans, militar e político de destaque na história de Sergipe. De família modesta, ingressou nas forças armadas, logo cedo. As armas eram uma forma de os jovens de famílias pobres conseguirem um meio de vida e ascender socialmente: “*O caminho do pobre era a carreira das armas. Assentando praça no exército ou na marinha, o sergipano encontrava os meios necessários à sua própria manutenção e tinha diante de si um futuro assegurado*”¹³. José Calasans ganhou espaço no meio sergipano e se projetou como grande liderança militar do Estado. Governou o Estado em duas oportunidades. De 18 de maio de 1892 a 11 de setembro de 1894, durante o momento crítico de instabilidade política por que passava a República brasileira. Foi o primeiro Presidente do Estado de Sergipe eleito constitucionalmente pela Assembléia Constituinte, em 18 de maio de 1892 – na época ele tinha a patente de Capitão¹⁴. Em outro momento, durante as semanas iniciais da eclosão da “Revolução de 1930”, período de articulação e definição das forças políticas locais dos Estados, assumiu (como general) o Governo Provisório do Estado de Sergipe durante dezesseis dias, de 20 de outubro a 5 de novembro de 1930, sendo substituído pelo Major Marcelino José Jorge¹⁵.

1.2. Formação educacional: Atheneu Pedro II e Faculdade de Direito da Bahia

¹¹ Depoimento de José Calasans, em entrevista ao programa da Videoteca Aperipê Memória. Vídeo (Direção: Marlene Alves Calumby/Ano:1994/58 min./Aracaju).

¹² *Entrevista com América Brandão da Silva*. Aracaju, em 29 de abril de 2003. Em depoimento recolhido em sua casa, Dona Lúcia, viúva, forneceu dados sobre a família de José Calasans.

¹³ José Calasans, O desenvolvimento cultural de Sergipe na primeira década do século XX, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. XXII, n. 26 -A, p. 46-57, 1962-1965, p. 54.

¹⁴ Bonifácio Fortes, General Calasans: 1º Presidente Constitucional de Sergipe, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe*, São Cristóvão, ano 15, n. 15, p. 147-172, 1971, p. 152. Palestra lida no IHGS, em 1963, em função das comemorações do centenário de nascimento do General José Calasans.

¹⁵ José Ibarê Costa Dantas, *Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis*, São Paulo, Cortez, 1983, p. 47-48.

Na infância, como é normal na idade, Calasans gostava muito de brincar com os amigos, na Rua de Laranjeiras, onde foi criado. Desde cedo, tomou gosto pela leitura, lendo os jornais que o pai comprava¹⁶. Começou seus estudos iniciais no Colégio Nossa Senhora da Conceição, escola particular, da Professora Maria da Glória Chaves. O ensino se resumia, basicamente, nas disciplinas: Português, Aritmética e História, lecionadas pela professora Glorinha, como era conhecida entre os alunos. As aulas eram ministradas nos dois turnos, manhã e tarde, em sua residência, localizada no centro da cidade. Sobre esse período, ele recordou, em entrevista a Maria Palácios, a didática e as limitações da regente:

A professora passava o trabalho marcando o livro, “daqui até aqui”, e tomava a lição, acrescentando, aliás, muito pouco ao que constava dos compêndios. (...) A professora não era uma mulher ilustre, capaz de enriquecer aquelas informações que nós adquiríamos nos livros. Era enérgica, porém não era ditatorial. Procurava fazer com que os alunos cumprissem o seu dever mas não impunha medidas disciplinares mais sérias¹⁷.

Quando concluiu essa primeira parte dos estudos, preparou-se para prestar o exame de admissão no estabelecimento de ensino Atheneu Pedro II. Para tal fim, seu pai contratou o estudante secundário Nelson Rocha, muito requisitado na capital sergipana em cursos preparatórios, para dar aulas ao jovem Calasans. O estudante Nelson Rocha pretendia estudar Medicina em Salvador, por isso dava aulas com o objetivo de arrecadar fundos para custear as despesas da viagem e os primeiros dias na capital baiana¹⁸.

Em 1928, antes de ingressar definitivamente no Atheneu Pedro II, no entanto, José Calasans fez uma tentativa de estudos no Rio de Janeiro, por influência do pai, no Colégio Militar. Passou alguns meses e retornou a Aracaju, onde ingressou no Atheneu Pedro II em 1929, um dos mais respeitados estabelecimentos de ensino do Estado de Sergipe. O colégio foi criado pelo regulamento provincial n. 24, de 24 de outubro de 1870, mas instalado definitivamente em meados do mês de janeiro de 1871, com o nome de Atheneu Sergipense, tendo como Diretor o Dr. Manuel Luiz Azevedo d'Araújo, um dos seus idealizadores¹⁹.

Entre 1918 e 1938, o colégio foi equiparado ao Colégio Pedro II, tendo, em 1925, em função do centenário do aniversário do último imperador do Brasil, sua denominação

¹⁶ Entrevista com América Brandão da Silva. Aracaju, em 29 de abril de 2003.

¹⁷ Maria Palácios, Entrevista: Professor José Calasans, *Revista da FAEBA*, Salvador, n. especial (Canudos), p. 189-204, jan./jun. 1995, p. 189-190.

¹⁸ *Ibid.*, p. 190.

¹⁹ Prof. Acrísio Torres Araújo, *O velho Ateneu Sergipense hoje Colégio Estadual de Sergipe*, Aracaju, Imprensa Oficial, 1970, p. 24. Hoje, chama-se Colégio Estadual Atheneu Sergipense.

alterada para Atheneu Pedro II. Apesar de ser uma instituição pública, mantida pelo Estado (cobravam-se apenas as inscrições para os exames e as taxas de matrícula), o corpo discente era formado pelos filhos da alta e média burguesia do Estado.

No período em que Calasans estudou, o curso oferecido era o Ginásial, preparatório para o ingresso em cursos superiores. Funcionava em um único turno, das 9:00 às 16:00 horas. O colégio possuía uma boa estrutura física, concentrada em dois pavimentos, com 8 (oito) salas de aula, com Biblioteca, Laboratório de Física, Química e História Natural²⁰. O corpo docente, majoritariamente formado por homens graduados em Medicina ou Direito, reunia o que tinha de melhor no ensino de Sergipe na época. Lecionava História Universal o renomado professor Arthur Fortes; História do Brasil, Luiz José da Costa Filho, escritor e jornalista; Português, o escritor Clodomir de Souza e Silva; Geografia, Cosmografia e Geofísica, Felte Bezerra; Literatura, Maria Rita Gomes Andrade; Psicologia e Latim, José Augusto da R. Lima, que mais tarde viria a ser Presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia; Física, José Rollemberg Leite, de família tradicional do Estado, que, em meados da década de 1940, foi Diretor-Geral do Departamento de Educação do Estado de Sergipe²¹.

José Calasans concluiu o ensino secundário em 1932. No Atheneu Pedro II, obteve uma formação sólida, especialmente em História Geral e do Brasil, em virtude da admiração que nutriu em relação aos professores Arthur Fortes e Costa Filho. Ambos e Clodomir Silva exerceram uma influência marcante na vida do jovem estudante, particularmente na escolha da carreira profissional, como se perceberá mais adiante. Em outras palavras, adquiriu uma base educacional que lhe deu condições de pleitear uma vaga na Faculdade de Direito da Bahia.

Segunda opção de seu pai, o curso de Direito era, ao lado de Medicina, um dos mais procurados pelos estudantes de famílias das classes médias e altas da sociedade brasileira. Além da estabilidade econômica que o curso de Direito poderia proporcionar no futuro, o Bacharel adquiria status e prestígio social, recebia o título de Doutor. O culto ao bacharelismo, herança da colonização portuguesa, era uma característica da sociedade brasileira, como bem mostrou Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*:

Apenas, no Brasil, se fatores de ordem econômica e social – comuns a todos os países americanos – devem ter contribuído largamente para o prestígio das

²⁰ *Arquivo do Colégio Estadual Atheneu Sergipense*. Livro de Registros do Atheneu Pedro II, n. 315 (Limites: 1920-1930), folha 15.

²¹ *Arquivo do Colégio Estadual Atheneu Sergipense*. Livro de Registros do Atheneu Pedro II, n. 315 (Limites: 1920-1930), folha 3; *Arquivo do Colégio Estadual Atheneu Sergipense*. Livro Ponto do Pessoal Docente do Atheneu Pedro II, n. 17/133 (Limites: 1937-1938).

*profissões liberais, convém não esquecer que o mesmo prestígio já as cercava tradicionalmente na mãe-pátria. Em quase todas as épocas da história portuguesa uma carta de bacharel valeu quase tanto como uma carta de recomendação nas pretensões a altos cargos públicos*²².

A capital baiana, “era uma opção mais ou menos óbvia para os jovens nordestinos de outros estados... sendo centro cultural é para cá que vinham os filhos das famílias em posição de fazer os filhos profissionais liberais (...)”²³, lembrou Calasans. Maria Thétis Nunes, historiadora sergipana, em *História da Educação em Sergipe*, apontou os motivos pelos quais os jovens sergipanos escolhiam Salvador para estudar em instituições de ensino superior:

*Ante a ausência de cursos superiores, os sergipanos continuavam a emigrar procurando-os em outros Estados, predominantemente a Bahia pela proximidade em que se encontrava, nas Faculdades de Direito, Medicina, Farmácia e na Escola Politécnica. Essas primeiras décadas do século XX são marcadas pela influência cultural da Bahia na formação sergipana, que estenderá até os começos de 1950, quando são fundadas as Faculdades locais (...)*²⁴.

José Calasans chegou à capital baiana em dezembro de 1932 para prestar o exame vestibular na Faculdade de Direito da Bahia, localizada, na época, no Portão da Piedade. Na ocasião, participou do curso preparatório para o exame vestibular oferecido pela própria instituição. Esse curso era, além das mensalidades, uma das fontes de renda da Faculdade. O curso havia começado em 15 de julho de 1932 e se estendeu até 31 de janeiro do ano seguinte. As disciplinas eram ministradas pelos professores lotados na Faculdade. O curso se resumia a seis disciplinas: Latim, Prof. Filinto Justiniano Ferreira Bastos; Geografia, Prof. Bernardino José de Souza; Literatura, Prof. Aloysio de Carvalho Filho; Psicologia e Lógica, Prof. Francisco Prisco Paraíso; Noções de Higiene, Prof. João Américo Garcez Fróes²⁵.

José Calasans, segundo a Guia n. 2221, efetuou sua inscrição no exame vestibular em 21 de janeiro de 1933, pagando a quantia de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis)²⁶. Os

²² Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1979, p. 116.

²³ José Carlos Sebe Bom Meihy, “Meu empenho foi ser o tradutor do universo sertanejo” (Entrevista com José Calazans), *op. cit.*, p. 23.

²⁴ Maria Thétis Nunes, *História da Educação em Sergipe*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 234.

²⁵ Relatório apresentado à Congregação da Faculdade de Direito da Bahia pelo Diretor Prof. Bernardino José de Souza, em Sessão de 15 de Fevereiro de 1933, *Revista da Faculdade de Direito da Bahia*, Salvador, v. 8, p. 177-210, 1933, p. 184-185.

²⁶ *Arquivo – Memória da Faculdade de Direito da Bahia (UFBA)*. Pasta: Processados Ex-Alunos (1936-1937). Cx. 94 A – Letra J. Guia n. 2221, de 21 de janeiro de 1933.

exames vestibulares, que consistiam em provas escritas e orais, foram realizados de 6 a 15 de fevereiro. Participaram do processo seletivo 90 candidatos, sendo aprovados apenas setenta e três, com um desistente e dezesseis reprovados²⁷. José Calasans realizou os exames no dia 14 de fevereiro. Foi aprovado com médias 5 (cinco) e 10 (dez). Efetuou sua matrícula no dia 20 de fevereiro, pagando a quantia de 295\$000 (duzentos e noventa e cinco mil réis), concernente à primeira prestação de matrícula no 1º Ano²⁸. As aulas começaram no dia 2 de março, em abertura solene, com uma palestra do Prof. Dr. João Marques dos Reis. O curso na Faculdade de Direito da Bahia era anual.

José Calasans estudou na Faculdade até 1937, ano da sua formatura. Nesse período, o estudante de Direito não se deixou seduzir pelas leituras normais do curso, obras de autores da área de ciências jurídicas:

(...) eu não tinha vocação nem para magistrado, nem para promotor, nem para advogado. Ao invés de ler os trabalhos de Direito, comecei a me dedicar, mais fervorosamente, a ler as obras de história, Folclore e Sociologia²⁹.

Suas leituras concentravam-se em autores como Joaquim Nabuco, Oliveira Vianna, Alberto Torres, Manoel Bomfim; em nomes que despontavam no cenário nacional como Gilberto Freyre, com *Casa Grande e Senzala*, Caio Prado Júnior, com *A formação política do Brasil* e Sérgio Buarque de Holanda, com *Raízes do Brasil*. Essa inclinação pelos estudos históricos da realidade social brasileira, refletiu no transcorrer do curso em seu desempenho nas disciplinas, como podemos verificar no seu Boletim Escolar:

Boletim Escolar – Faculdade de Direito da Bahia

Disciplinas	Ano/Série	Notas	Nº de Aulas	Nº de Faltas
Introdução à Ciência do Direito	1933/1º Ano	– *	122	7
Economia Política e Ciências das Finanças		–	136	14
Direito Público Constitucional	1934/2º Ano	7,5	75	9
Direito Penal		7,0	69	6
Direito Civil		7,0	70	12

²⁷ Relatório apresentado à Congregação da Faculdade de Direito da Bahia pelo Diretor Prof. Bernardino José de Souza, em Sessão de 15 de Fevereiro de 1933, *op. cit.*, p. 203.

²⁸ *Arquivo – Memória da Faculdade de Direito da Bahia (UFBA)*. Pasta: Processados Ex-Alunos (1936-1937). Cx. 94 A – Letra J. Guia n. 2387, de 20 de fevereiro de 1933.

²⁹ Neivalda Oliveira & Venética Rios, Entrevista: José Calasans Brandão da Silva (A Terra, o Homem e sua História), *Contraponto*, Salvador, n. 1, p. 269-281, nov. 1998, p. 273.

Direito Civil (2ª Cadeira)	1935/3º Ano	7,0	60	5
Direito Penal		8,0	63	3
Direito Comercial		7,5	60	0
Direito Público Internacional		7,5	64	5
Direito Civil (3ª Cadeira)	1936/4º Ano	7,0	79	11
Direito Comercial (2ª Cadeira)		6,5	73	0
Direito Judiciário Civil (1ª Cadeira)		6,5	82	2
Medicina Legal		6,5	76	0
Direito Civil (4ª Cadeira)	1937/5º Ano	8,0	70	13
Direito Judiciário Civil (2ª Cadeira)		7,5	72	5
Direito Judiciário Penal		9,0	71	11
Direito Administrativo		9,0	71	4
Direito Internacional Privado		7,5	59	8
Direito Industrial e Legislação do Trabalho		8,0	65	8

Fonte: *Arquivo – Memória da Faculdade de Direito da Bahia (UFBA)*. Pasta: Processados Ex-Alunos (1936-1937). Cx. 94 A – Letra J. * Não encontramos as notas do primeiro ano.

Pelas notas, verificamos que José Calasans foi um aluno regular ao longo do curso. Apenas no 5º Ano, em 1937, ele se empenhou mais, conseguindo a média 8,1. Não obstante, a sua média final foi 7,4. Além disso, envolveu-se com o movimento integralista, como outros colegas da Faculdade, participando de eventos regionais e exercendo cargos na Secção baiana. Esse envolvimento, provavelmente, refletiu também em seu desempenho em relação às notas das disciplinas (será estudada, num capítulo específico, a participação de José Calasans no integralismo). Enfim, o curso não o empolgava, uma vez que o seu objetivo não era seguir a carreira jurídica, mas, a de professor.

1.3. O professor, o educador e o administrador cultural

Apesar de ter concluído o curso de Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito da Bahia, José Calasans viajou a Salvador, em 1947, já com “uma profissão definida”, carreira que ele pretendia seguir por toda vida: ser professor de História.

Foi justamente durante o período em que ele estudou no Atheneu Pedro II, que o desejo de ser professor brotou em seu pensamento. Dois professores o influenciaram para tal decisão: Artur Fortes e Luiz José da Costa Filho. O primeiro lecionava História Universal. O segundo, História do Brasil. Além deles, Clodomir de Souza e Silva, professor de Português, influenciou-o aos estudos do folclore. Sobre os três, ele escreveu:

*Foi meu professor de História do Brasil [Costa Filho] no antigo Ateneu Sergipense. Devo-lhe, sem dúvida alguma, o interesse que tenho tudo pelo estudo do passado brasileiro, como a um outro saudoso mestre, Artur Fortes, o gosto pelo magistério. A inclinação pelas pesquisas folclóricas veio do contacto com Clodomir Silva*³⁰.

Assim, Artur Fortes foi a principal influência à escolha do magistério. Artur Fortes marcou época, no ensino de Sergipe, na primeira metade do século XX. Foi tido como um professor de História que dominava os conteúdos, que lecionava com desenvoltura, associando os temas históricos com doses de ensinamento ético e moral, segundo a pedagogia tradicional da época³¹. A capacidade de Artur Fortes de expor os fatos históricos com clareza e precisão fez nascer no jovem estudante o desejo de seguir o mestre.

Ao retornar a Aracaju, em 1937, com o Diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas, não procurou casos para defender nem abriu um escritório para trabalhar, mas sim uma instituição de ensino para lecionar: “*Chegando em Sergipe, eu não pleiteei um cargo de promotor, de juiz municipal que é a primeira etapa da carreira, quis ensinar*”³².

No período de 1938 a 1947, José Calasans ensinou nos principais estabelecimentos de ensino de Aracaju. A sua primeira experiência em sala de aula se deu no colégio Atheneu Sergipense. Iniciou suas atividades em 1938. Ao contrário do que ele imaginava, a primeira disciplina que lecionou não foi História, mas Literatura. Permaneceu alguns meses ensinando Literatura, sendo remanejado, em seguida, para a disciplina História da Civilização³³.

Na Escola Normal “Rui Barbosa”, ingressou em março de 1939, substituindo o professor de História do Brasil e de Sergipe. Em setembro, foi nomeado professor interino da cadeira. Além de História, lecionou também Literatura, substituindo a professora temporariamente. Em 1940, iniciou suas atividades no Ginásio Nossa Senhora de Lourdes, ensinando História do Brasil. O colégio era de freiras, dirigida por uma francesa, Irmã Saint Sylvain. O colégio tinha o ensino voltado para a educação da juventude feminina. Em 1941,

³⁰ *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Arquivo José Calasans. Cx. 025 A. Correspondência de Costa Filho. Documento datilografado, 2 folhas, sem data.

³¹ J. B. de Lima e Silva, “Artur Fortes”, *Correio de Aracaju*, Aracaju, 12 de maio de 1942, p. 3.

³² Maria Palácios, *op. cit.*, p. 189-190.

³³ Depoimento de Dona Lúcia, viúva de José Calasans. Ver também *Arquivo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA*. Pasta do Professor José Calasans. Curriculum Vitae.

assumiu atividade docente em outro estabelecimento importante de Aracaju, o Colégio Tobias Barreto, colégio particular, dirigido por José de Alencar Cardoso.

Em 1942, ele projetou o seu nome entre os principais professores de História da capital sergipana, quando do concurso público para a cadeira de História do Brasil e de Sergipe, da Escola Normal “Rui Barbosa”. Na ocasião, concorreu, como candidato único, com a tese *Aracaju: contribuição à história da capital de Sergipe*, um estudo da mudança da capital de Sergipe, de São Cristóvão para Aracaju, em 1855. O assunto já era objeto de seu interesse, logo quando retornou a Aracaju. Pesquisando em arquivos e consultando jornais da época, publicou um artigo sobre o tema intitulado “Como nasceu Aracaju”, em 17 de março de 1939, adiantando já algumas linhas de um trabalho maior que ele pretendia desenvolver³⁴.

Com uma extensa bibliografia e um riquíssimo acervo de fontes, onde se misturam livros, relatórios, documentos oficiais e matérias de jornais, *Aracaju* constitui-se num dos melhores trabalhos de cunho histórico a retratar a história da capital sergipana. As razões da mudança foram estudadas por José Calasans, do ponto de vista econômico e geográfico. Os grandes proprietários de engenho preferiram à região do Cotinguiba por causa da excelente localização do porto do povoado de Santo Antônio de Aracaju, que possuía condições físicas propícias para as embarcações, enquanto que “*S. Cristóvão, colocada numa zona economicamente vencida, estava, ainda, sob o ponto de vista geográfico, em precária situação, no fundo de um riacho insignificante, até onde não podiam chegar, nas marés baixas, nem embarcações de pequeno calado*”³⁵. Defendeu a tese no dia 22 de dezembro. A banca examinadora do concurso, composta pelos professores Júlia Teles da Costa, Cônego José Curvelo Soares, Dr. Gonçalo Rollemberg Leite, José Augusto da Rocha Leite e Artur Fortes, “*arguiu o candidato inscrito que soube defender satisfatória e brilhantemente a sua tese*”³⁶, que foi aprovada com distinção.

Além da defesa da tese, fez uma prova escrita e participou da prova didática. A prova didática foi realizada no dia 23. Dos vinte pontos da lista, José Calasans versou sobre a “Guerra do Paraguai” (17º ponto), demonstrando segurança e domínio do tema, “*causando real e profunda impressão entre os circunstantes os seus vastos conhecimentos da matéria em apreço*”³⁷. Em Decreto de 20 de janeiro de 1943, o Interventor Federal do Estado de Sergipe, Augusto Maynard Gomes, nomeou José Calasans Brandão da Silva, que “*obteve o grau*

³⁴ José Calasans, “Como nasceu Aracajú”, *Folha da Manhã*, Aracaju, 17 de março de 1939, p. 1.

³⁵ José Calasans, *Aracaju: contribuição à História da capital de Sergipe*, In: *Aracaju e outros temas sergipanos*, Aracaju, Governo de Sergipe/FUNDESC, 1992, p. 87.

³⁶ *Diário Oficial do Estado de Sergipe*. Aracaju, ano 24, n. 8.625, 23 de dezembro de 1942, p. 3.

³⁷ *Diário Oficial do Estado de Sergipe*. Aracaju, ano 24, n. 8.628, 28 de dezembro de 1942, p. 4.

*máximo de classificação no concurso realizado*³⁸, Professor catedrático da cadeira de História do Brasil e de Sergipe, da Escola Normal “Rui Barbosa”.

O concurso, enfim, consolidou-o enquanto professor e pesquisador. Serviu para inseri-lo definitivamente no universo intelectual sergipano do período, sendo o seu nome indicado para promover palestras em instituições culturais e exercer cargos públicos no Estado, ou seja, não foi apenas como professor que José Calasans projetou seu nome na área de educação e cultura. Participou de atividades ligadas à administração pública, exercendo cargos, na década de 1940, de Delegado do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e de Delegado do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SESC).

Ademais, contribuiu, no campo de políticas públicas, como Assessor Técnico do Departamento de Educação do Estado de Sergipe, ao lado do seu Diretor-Geral, Arício Fortes, para a reorganização da rede estadual de ensino, sendo “(...) *um dos encarregados de propor e fundamentar técnica e cientificamente a política educacional do Estado Novo em Sergipe*”³⁹.

Essa fase em Aracaju (1938 a 1947) foi muito produtiva em sua vida pessoal e profissional. Do lado pessoal, o acontecimento mais marcante foi o seu casamento, em 30 de dezembro 1941, com Lúcia Margarida Maciel, soteropolitana, de família tradicional, filha de Afonso Maciel Filho, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. José Calasans conheceu-a, segundo ele mesmo afirmou, no dia 13 de agosto de 1935, numa sexta-feira, em Salvador, na Praça da Sé, quando estava sentado fazendo a barba e ela passara num bonde. Conheceram-se e começaram a namorar⁴⁰. Desse laço matrimonial nasceram José Calasans e Maria Madalena. José Calasans Maciel da Silva, nasceu em 21 de setembro de 1942. Diplomou-se em Direito. Faleceu ainda jovem, na flor da idade, no dia 17 de maio de 1972, vítima de esquistossomose medular, quando ocupava o cargo de Juiz, na cidade de Paramirim (Bahia). Já Maria Madalena Maciel da Silva nasceu no dia 29 de setembro de 1949, em Salvador. Formada em Psicologia, reside atualmente no Rio de Janeiro⁴¹.

A morte do filho primogênito abalou a família. José Calasans perdeu um pouco da sua alegria, do seu senso de humor – tão marcantes em suas palestras – características herdadas de sua mãe, Dona Noemi. Segundo familiares, restabeleceu-se do impacto uma década depois, quando assumiu a direção do Departamento de Estudos e Publicações do

³⁸ *Diário Oficial do Estado de Sergipe*. Aracaju, ano 25, n. 8.646, 21 de janeiro de 1943, p. 1.

³⁹ Jorge Carvalho do Nascimento, “A desconhecida contribuição do Professor Calasans”, *Correio de Sergipe*, Aracaju, 15 e 16 de junho de 2003. Suplemento Especial Memória de Sergipe (Educação), n. 2, p. 11.

⁴⁰ Depoimento de José Calasans, em entrevista ao programa da Videoteca Aperipê Memória. Vídeo (Direção: Marlene Alves Calumby/Ano:1994/58 min./Aracaju).

⁴¹ Depoimento de Dona Lúcia.

Museu Eugênio Teixeira Leal – Memorial do Banco Econômico (Salvador - BA), encontrando, gradativamente, um novo ânimo para o trabalho⁴².

Quanto ao seu lado profissional, em Aracaju, na primeira fase intelectual de sua vida, escreveu artigos nos principais jornais e nas principais revistas de instituições culturais, como a *Revista de Aracaju* e a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. No *Correio de Aracaju*, principal periódico da época, em meados da década de 1940, publicou uma série de artigos sobre folclore, história de Sergipe e pequenas biografias de personalidades locais numa seção denominada *Temas de Ontem e de Hoje*. Ministrou palestras e conferências sobre o folclore e a história de Sergipe na Academia Sergipana de Letras e no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Neste último, teve uma atuação marcante. Filiou-se à instituição como sócio em 1938. Durante a Segunda Guerra, o IHGS funcionou como um centro cívico, de apoio à política nacionalista de Vargas. A vida intelectual na década de 1940 girava em torno do IHGS, que congregava em seu núcleo uma nova geração de intelectuais sergipanos: José Calasans, Garcia Moreno, médico, professor, poeta e escritor, José Augusto da Rocha Lima, de formação religiosa, professor de Línguas Estrangeiras (francês, latim) e Literatura dos principais colégios de Aracaju, Mário Cabral, advogado, escritor e jornalista, José Amado Nascimento, poeta e escritor, Epifânio Dória, Felte Bezerra, Fernando Porto, dentre outros.

José Calasans assumiu diversos cargos no IHGS. Foi Secretário Geral no biênio 1941-1943. No biênio 1945-1947, foi o Presidente, substituindo o professor José Augusto da Rocha Lima. Durante a sua gestão, incentivou publicações, promoveu palestras e conferências. Dirigiu a instituição com zelo e competência, a ponto de ser indicado para permanecer no cargo na gestão 1947-1949⁴³. Não prosseguiu porque, no final de 1947, mudou-se com a família para Salvador, onde fixou residência definitiva, apesar de a sua inserção no meio intelectual sergipano ter-se consolidado, de atuar na área que escolhera, o magistério, dando aulas de História nos principais colégios de Aracaju.

As razões da mudança foram duas: primeiro, por motivo de trabalho. Em 1947, ele exercia o cargo de Delegado do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SESC) de Sergipe. Recebeu e aceitou o convite para ser o Diretor do Serviço Nacional de Aprendizagem

⁴² “Toalha preciosa”, *Correio da Bahia*, Salvador, 1º de junho de 2003. *Correio Repórter*, p. 6. Na década de 1990, as comemorações dos dois centenários de Canudos, fundação e destruição do arraial, respectivamente 1993 e 1997, nas quais ele participou ativamente da organização das atividades culturais, contribuíram para reanimá-lo, segundo depoimento de Dona Lúcia Maciel.

⁴³ Sobre o IHGS ver o livro de Itamar Freitas, *A escrita da História na “Casa de Sergipe”: 1913-1999*, São Cristóvão, Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2002.

Comercial (SENAC) de Salvador. O outro motivo foi de ordem pessoal e profissional: José Calasans queria ampliar seus horizontes, continuar na carreira de professor, não apenas do curso básico, mas almejava dar aulas no ensino superior, e Aracaju não possuía, nesse sentido, nenhuma faculdade, nenhuma instituição universitária na área de ciências humanas. Por isso, optou por Salvador, um dos principais centros culturais e de ensino do Norte/Nordeste, cidade onde as suas possibilidades eram possíveis, pois a capital baiana já contava com uma instituição de ensino superior, a Universidade da Bahia.

Em Salvador, segundo momento ou fase de sua vida intelectual, sua primeira atividade foi, então, dirigir o Departamento Regional do SENAC. Assumiu suas funções no dia 15 de setembro de 1947, permanecendo no cargo até 1963⁴⁴. O SENAC foi criado pelo decreto-lei n.º 8.621, de 10 de janeiro de 1946. Segundo o Regulamento, de 1957, o SENAC tinha por finalidade básica “*promover a elevação do nível técnico profissional do empregado no comércio*” (Art. 1º). Seus principais objetivos, dentre outros, eram: organizar e manter escolas de aprendizagem para os trabalhadores menores que exercem atividades no comércio, em todo o país; manter cursos práticos ou de especialização para o trabalhador adulto no comércio e difundir e aperfeiçoar o ensino voltado para a aprendizagem comercial⁴⁵.

José Calasans foi escolhido e nomeado Diretor Regional do SENAC por ter curso superior, era professor, educador e tinha experiência em políticas públicas na área de Educação. Cabia ao Diretor, segundo o Regulamento, “*organizar, dirigir e fiscalizar, direta ou indiretamente, todos os serviços do departamento a seu cargo, baixando as necessárias instruções*”⁴⁶. Desempenhou um bom trabalho promovendo cursos que preparavam tanto o comerciante quanto o empregado para o trabalho, propiciando condições a fim de as empresas acompanharem a evolução e a rapidez da tecnologia e a especialização do trabalho. Para tal, viajou à Europa, precisamente Itália, em 1958, para trocar experiências e apreender novas técnicas pedagógicas de ensino voltadas aos interesses do mercado. Ao mesmo tempo em que assumiu o cargo no SENAC, nos primeiros meses, sentiu vontade de voltar a lecionar.

Começou a sua carreira no magistério em Salvador em 1948, no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, estabelecimento particular, fundado em 1927, sob a direção de Anfrísia

⁴⁴ *Arquivo do Museu Eugênio Teixeira Leal*. Arquivo José Calasans. Pasta: SENAC. Assunto: Atestado de idoneidade moral.

⁴⁵ *Arquivo do Museu Eugênio Teixeira Leal*. Arquivo José Calasans. Pasta: Boletim Informativo. Assunto: Vários (Limites: 1953-1963). As informações foram extraídas do periódico *Correio do SENAC*, ano 10, n. 187, 15 de set. de 1958.

⁴⁶ *Arquivo do Museu Eugênio Teixeira Leal*. Arquivo José Calasans. Pasta: Boletim Informativo. Assunto: Vários (Limites: 1953-1963). As informações foram extraídas do periódico *Correio do SENAC*, ano 10, n. 187, 15 de set. de 1958.

Santiago, que o convidou para dar aula de História⁴⁷. Ensinou História Geral e do Brasil. José Calasans era um dos principais professores do colégio, pessoa na qual Dona Anfrísia depositava total confiança. O colégio constituía-se em um dos estabelecimentos de ensino de referência em Salvador. As turmas eram divididas por sexo⁴⁸. Anfrísia Santiago levou uma vida voltada exclusivamente para a educação, seja como professora ou administradora, exercendo funções no Departamento de Educação do Estado da Bahia, em 1947, no Governo de Octávio Mangabeira Foi, ademais, sócia fundadora do Centro de Estudos Baianos e do Instituto Genealógico da Bahia⁴⁹.

José Calasans lecionou História em outros estabelecimentos de ensino da capital, escolas renomadas como o Colégio SS. Sacramento (Sacramentinas), o Colégio Brasil e o Colégio Antônio Vieira, um dos mais tradicionais da Bahia⁵⁰. Aos poucos, foi projetando seu nome no cenário da educação soteropolitana. No ensino secundário, parece que permaneceu lecionando até meados da década de 1960, quando se voltou, exclusivamente, para o ensino na Universidade Federal da Bahia e à pesquisa em torno de Canudos e do folclore.

Na Universidade Federal da Bahia, que na época se chamava Universidade da Bahia, ele ingressou em 1950. Foi contratado para dar aulas de História do Brasil, por três meses, em substituição ao Dr. Mário Barros⁵¹. Ele queria uma oportunidade para se efetivar como professor e, nesse mesmo ano, prestou concurso para Docência Livre de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, apresentando a tese *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, um estudo da guerra de Canudos a partir da oralidade presente em cantigas, versos e ditos populares, ou seja, a história de Canudos contada pelo folclore⁵². O concurso consistia em uma prova de títulos, uma prova escrita, uma prova oral e a defesa da tese. Durante a defesa da tese mostrou segurança, conhecimento e domínio do tema discutido, agradando os examinadores da banca, os professores Américo Jacobina Lacombe, Helio Vianna (ambos do Rio de Janeiro), Antonio de Oliveira Dias e Frederico Edelweiss (professores da Universidade da Bahia).

⁴⁷ Marco Antonio Villa, *Calasans, um depoimento para a história*, op. cit., p. 24.

⁴⁸ *Entrevista com Consuelo Ponde de Sena*. Salvador, em 16 de abril de 2003.

⁴⁹ Consuelo Pondé de Sena, Anfrísia Santiago, paradigma de educadora, *Revista da Fundação Pedro Calmon*, Salvador, ano I, n. 1, p. 99-109, set. 1996. Sobre o legado de dona Anfrísia Santiago ver também Elizete Passos, Entre a autoridade e o afeto: Anfrísia Santiago e a educação feminina na Bahia, In: Lina Maria B. de Aras, Cecília Maria B. Sardenberg e Iole M. Vanin, *Fazendo gênero na historiografia baiana*, Salvador, NEIM/UFBA, 2001, p. 105-118.

⁵⁰ Depoimento de Dona Lúcia Maciel.

⁵¹ Marco Antonio Villa, op. cit., p. 24.

⁵² José Calasans, *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, op. cit.

Além de História do Brasil, logo no início de sua carreira, assumiu também, como Professor Interino, a disciplina História da América, em substituição ao professor Jorge Calmon, impedido temporariamente em função da sua legislatura como Deputado Estadual.

Em 1955, tornou-se Professor Catedrático Interino de História Moderna e Contemporânea. Seis anos depois, prestou um novo concurso para essa mesma disciplina, pleiteando a vaga como Catedrático da Cadeira. Foi o terceiro concurso de sua vida, e o terceiro como candidato único. O primeiro na Escola Normal, em 1942, e o segundo, em 1950, na própria Universidade da Bahia. Sobre esse aspecto de sua vida profissional comentou: “*Outro dia, eu estava parafraseando um verso de Manoel Bandeira: faço concurso como quem morre. Mas cismeique deveria fazer a carreira me submetendo a concurso*”⁵³. O concurso foi realizado entre os dias 8 e 12 de maio de 1961. Consistia numa prova de títulos (dia 8), uma prova didática (dia 9), uma prova escrita (dia 10) e a defesa da tese (dia 12). Na prova didática, dos 12 pontos enumerados, versou sobre o ponto de n. 10, “A política européia de Bismark, entre 1878 e 1890”. Na prova escrita, da lista dos 12 pontos, escreveu sobre o tema, ponto n. 7, “A decadência do Império Otomano, na primeira metade do século XIX, e a rivalidade internacional”. Para a etapa final apresentou a tese *Os vintistas e a regeneração econômica de Portugal*. Foi argüido na defesa da tese, 30 minutos para cada examinador, por uma banca composta por Maria Yedda Leite Linhares, Eduardo de Oliveira França, Nilo de Oliveira Pereira, Godofredo Rebello de Figueiredo Filho e Jorge Calmon Moniz de Bittencourt (Presidente da Comissão). Teve um bom desempenho na defesa da tese. No geral, foi aprovado por unanimidade, com média final de 9,0, como demonstra o quadro abaixo (resultado final)⁵⁴:

Concurso para Professor Catedrático da Cadeira de História da Moderna e Contemporânea

Examinadores	Títulos	Didática	Escrita	Defesa da tese	Média
Maria Yedda Leite Linhares	8,7	9,0	9,0	8,0	8,67
Eduardo de Oliveira França	8,9	9,0	8,0	8,0	8,47
Nilo de Oliveira Pereira	8,7	10,0	9,0	9,0	9,17
Godofredo Rebello de F. Filho	9,5	10,0	9,0	9,0	9,37
Jorge Calmon Moniz de Bittencourt	9,5	10,0	9,0	9,0	9,37

José Calasans, além das disciplinas já citadas, ensinou também História Econômica Geral, Formação Econômica do Brasil (Faculdade de Economia), Problemas

⁵³ Maria Palácios, *op. cit.*, p. 197.

⁵⁴ *Arquivo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA*. Pasta do Professor José Calasans. Assunto: Concursos.

Brasileiros e Folclore (Departamento de Antropologia). Além da UFBA, lecionou também na Universidade Católica do Salvador, trabalhando com a disciplina História Econômica.

Ao longo da sua vida acadêmica na UFBA, José Calasans exerceu diversos cargos na administração da instituição. Foi Chefe do Departamento de História, entre 1962 e 1963. Em 1967, foi Vice-Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. De 1968 a 1973, novamente Chefe do Departamento de História. Foi Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, de 1974 a 1978. E o cargo de Vice-Reitor, de 1980 a 1986, no reitorado de Macedo Costa, médico e professor, seu conterrâneo de Sergipe radicado na Bahia. Dirigiu e coordenou o curso de Mestrado em Ciências Sociais (criado em 1962), no ano de 1977, em substituição ao professor Luis Henrique Dias Tavares, que havia ido a Londres para fazer curso de pós-graduação. Na Pós-Graduação, orientou diversos trabalhos como, por exemplo, as dissertações de Flávio José S. Costa, *Antônio Conselheiro: uma reforma à luz da psicologia social* (1970), de Fernando da Rocha Peres, *Gregório de Matos e Guerra: uma revisão biográfica* (1970), de Florisvaldo Moreira de Matos, *A comunicação social na Revolução dos Alfaiates* (1971), de Mário Augusto da Silva, *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão* (1973), de Consuelo Pondé de Sena, *Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano: Itapicuru, 1830-1892* (1977) e a de José Augusto Cabral Barreto Bastos, *Ideologia dos discursos sobre Canudos* (1979)⁵⁵.

José Calasans participou também do processo inicial de criação do Centro de Estudos Baianos (CEB), em 1941, ao lado de Afrânio Coutinho, Frederico Edelweiss, Anfrisia Santiago, Jorge Calmon, Affonso Ruy, Luis Vianna Filho, Oldegar Vieira, Osvaldo Valente e Nestor Duarte, dentre outros. Esse centro passou a ser um Órgão Suplementar da UFBA, em outubro de 1974, pela Resolução n. 5 do Conselho Universitário, durante o reitorado de Lafayete Pondé. Consuelo Pondé de Sena foi a primeira diretora da nova fase do CEB. Pesquisando sobre a história do CEB, Consuelo Pondé constatou que José Calasans, Affonso Ruy e Osvaldo Valente foram os associados que mais se empenharam na manutenção do centro⁵⁶. O Centro de Estudos Baianos se constitui hoje num núcleo de estudos e pesquisa sobre a história da Bahia e do Brasil. Composta de várias bibliotecas, como a Biblioteca Frederico Edelweiss e a Núcleo Sertão, o CEB possui coleções de centenas de revistas e milhares de livros.

⁵⁵Universidade Federal da Bahia. Mestrado em Ciências Sociais (História e Sociologia). *Catálogo de Dissertações*. Salvador: Centro Editorial e Didático, 1995.

⁵⁶Consuelo Pondé de Sena, Centro de Estudos Baianos, elementos para sua história, *Universitas*, Salvador, n. 33, p. 41-58, jul./set. 1985, p. 42-43. Cf., também, texto da mesma autora: Centro de Estudos Baianos – UFBA, *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, n. 12, p. 69-76, jan./dez. 1997.

Quanto a sua atuação como professor, ficou conhecido como um professor sério e eloqüente, generoso e comunicativo, seja no ensino secundário ou superior. Mantinha uma postura democrática durante suas aulas, mescladas com umas pitadas de humor e “causos engraçados”. Consuelo Pondé de Sena, historiadora e atual Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, foi sua aluna no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em 1947, e lembra bem a sua didática e postura em sala de aula, em seu discurso de posse na Academia de Letras da Bahia, ocupando a cadeira que pertencia ao próprio Calasans:

Cordial e comunicativo, cedo conquistou a simpatia dos alunos, entre os quais desfrutava de compreensível popularidade. Excelente expositor, era exigente sem ser severo, aproximando-se de cada discípulo em particular, concedendo-lhe atenção e escutando-lhe as inquietações. Dessa postura humana, quase paternal, decorria o grande apreço com que sempre foi considerado em todos os estabelecimentos de ensino em que lecionou nesta capital⁵⁷.

Outrossim, ela lembra outra particularidade de José Calasans, que marcou, inclusive, sua vida: o amor ao tema Canudos. Eram poucos os professores da década de 1940 que tocavam no tema Canudos, ou em temas tidos como menores ou que contavam a história dos vencidos. Esses assuntos eram, sobretudo, negligenciados pelos livros didáticos oficiais. Quando raramente abordavam, liam a partir do olhar do vencedor, repetindo o discurso oficial.

O ensino nas décadas de 1940 e 1950, basicamente, no seu eixo central, era pautado pelo eurocentrismo, pelo nacionalismo e pela análise histórica dos grandes vultos da pátria. Calasans não fugiu a essa regra, mas ao conteúdo tradicional de ensino de História acrescentou a guerra de Canudos. Quando era estudante, ele próprio não ouvira falar da guerra de Canudos, uma vez que o currículo era extenso e quase nunca chegava à República brasileira⁵⁸. Consuelo Pondé de Sena afirmou que ele falava da guerra de Canudos e da vida do beato Antônio Conselheiro para seus alunos secundaristas, os quais ficavam surpresos por não conhecerem esse episódio da história nacional. Acrescentou, também, que dela se aproximou por saber que a família Pondé era natural de Itapicuru, terra de influência do beato, e alguns membros da sua família haviam participado direta ou indiretamente da guerra, como um tio que assinou o Manifesto da Faculdade de Direito da Bahia, assinado pelos estudantes

⁵⁷ *Discurso de Posse da Acadêmica Consuelo Pondé de Sena*, na Cadeira n. 28 da Academia de Letras da Bahia, em 14 de março de 2002. Discurso doado pela autora.

⁵⁸ Neivalda Oliveira & Venética Rios, *op. cit.*, p. 275. Depoimento de José Calasans.

de Direito, em 3 de novembro de 1897, contra as atrocidades cometidas em Canudos⁵⁹; e outro tio, João Pondé, que participou da 4ª Expedição Militar como estudante de Medicina⁶⁰.

Outro ponto marcante em sua trajetória enquanto professor, que se constitui em uma marca a demonstrar o seu grau de aproximação com seus alunos, é o fato de que os laços de amizade e companheirismo gestados durante o seu ofício de professor transcenderam a sala de aula. Maria Thétis Nunes, historiadora sergipana, sua aluna no final da década de 1930, no Atheneu Sergipense, afirmou que muitos dos seus alunos se tornaram amigos e admiradores de seu trabalho e de sua pessoa⁶¹. Dentre outros tantos alunos que se tornaram amigos fraternos ao longo de sua atividade docente destacam-se, além das duas historiadoras citadas acima, a historiadora Consuelo Novais Sampaio e os historiadores Luis Henrique Dias Tavares, Fernando da Rocha Peres, Cândido da Costa e Silva, Florisvaldo Moreira de Matos e Mário Augusto da Silva Santos.

Na Bahia, José Calasans dividiu suas atividades acadêmicas na Universidade com outras obrigações em instituições de caráter histórico e cultural. Era sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia desde 1937, quando estava no último ano do curso de Direito. Ao retornar a Salvador, passou a ser presença freqüente na sede da instituição, localizada ao lado da Praça da Piedade. Entre 1960 e 1961, exerceu o cargo de Primeiro Secretário do Instituto. No biênio 1970-1971, foi Vice-Presidente do IGHB⁶².

Na Academia de Letras da Bahia, ingressou em 11 de novembro de 1963, na cadeira n. 28 cujo patrono era Luis José Junqueira Freire e o fundador Francisco Torquato Bahia da Silva Araújo. Foi Presidente da ALB de 1971 a 1973. Luis Henrique Dias Tavares lembrou que José Calasans assumiu em um momento difícil, com falta de recursos para manter a instituição, porém se empenhou muito na administração, convocando e incentivando os membros para colaborarem financeiramente, uma vez por mês, a fim de manter a casa funcionando normalmente⁶³.

⁵⁹Sobre esse assunto consultar José Calasans, *A Faculdade de Direito da Bahia e a Guerra de Canudos, Revereor: Estudos Jurídicos em homenagem à Faculdade de Direito da Bahia 1891-1981*, São Paulo, Saraiva, 1981, p. 135-141. O artigo foi republicado, com o mesmo título, pelo Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, n. 105, 1984, p. 19-29.

⁶⁰ *Entrevista com Consuelo Ponde de Sena*. Salvador, em 16 de abril de 2003. Sobre a participação de João Pondé na 4ª Expedição ver Consuelo Ponde de Sena, João Pondé e a Campanha de Canudos, *Revista da Fundação Pedro Calmon*, Salvador, ano II, n. 2, p. 75-84, 1997.

⁶¹ *Entrevista com Maria Thétis Nunes*. Aracaju, em 9 de setembro de 2002.

⁶² *Arquivo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA*. Pasta do Professor José Calasans. Curriculum Vitae.

⁶³ *Entrevista com Luis Henrique Dias Tavares*. Salvador, 6 de maio de 2002.

De 1973 a 1979, desempenhou um bom papel como Presidente do Conselho de Cultura da Bahia, incentivando a cultura baiana através de projetos culturais e dando um novo impulso à *Revista de Cultura da Bahia*. Um dos últimos trabalhos em instituições foi no Museu Eugênio Teixeira Leal, onde dirigiu o Departamento de Estudo e Publicações, de 1984 a 1994.

José Calasans foi um homem que valorizava a cultura, muito ligado às instituições, onde gostava de proferir palestras e conferências. Frequentou diversos ambientes culturais, recebendo, inclusive, inúmeras homenagens por onde passou. Da UFBA recebeu o título de Professor Emérito, em 1992. Da Prefeitura do Município de Canudos, o Título de Cidadão Canudense (1993). Da Universidade Federal de Sergipe recebeu, em 1994, o título de Doutor Honoris Causa. Era motivo de prazer, de realização pessoal essa sua vivência institucional.

Jerusa Pires Ferreira, ex-orientanda de Calasans no curso do Mestrado em Ciências Sociais da UFBA, comentou muito bem essa particularidade do “Mestre Calasans”, o seu gosto pelas instituições de caráter cultural, “*pelo prestígio conferido por agremiações e academias*”⁶⁴. Gosto que vinha desde a juventude, da admiração que nutria, ainda em Aracaju, pelos intelectuais e poetas da Academia Sergipana de Letras. No seu discurso de posse na Academia de Letras da Bahia, no dia 11 de novembro de 1963, falou sobre essa “vocação” para o “mundo acadêmico”, quando se referiu a uma visita que fez a Academia Sergipana de Letras, em 1931:

*Formei, naquele inenarrável momento intensamente vivido, meu primeiro juízo sobre as Academias. A fase iconoclasta da mocidade não conseguiu destruir de todo o conceito formulado ao enseja da tertúlia memorável. A vida inteira, fiel à impressão inicial do ginásio, tenho olhado, com respeito, a Academia – um mundo extraordinário, no qual não me sentia em condições de poder ingressar. Devo, porém, senhores acadêmicos, fazer de público uma confissão. O estudante afoito de 1931, com a cabeça repleta de ilusões, ambicionando grandes conquistas, sonhou, naquele instante memoroso, com a poltrona acadêmica*⁶⁵.

Muito ligado a instituições culturais, ele foi, sobretudo, um grande incentivador da cultura e da pesquisa no Brasil:

⁶⁴ Jerusa Pires Ferreira, *José Calasans: um mestre, um pesquisador, um pioneiro*, Projeto História, São Paulo, n. 23, p. 423-426, nov. 2001, p. 424. José Calasans também presidiu o Rotary Clube da Bahia, de 1963 a 1964, e em 1986, o Instituto Genealógico da Bahia.

⁶⁵ *Discurso de Posse do Acadêmico José Calasans Brandão da Silva*, na Cadeira n. 28, da Academia de Letras da Bahia, em 11 de novembro de 1963, *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, v. 22, p. 5-15, 1971/1972, p. 6.

(...) um homem de espírito generoso, desprendido de valores materiais. Uma prova disso é o fato de ele ter doado todos os documentos, revistas e livros que adquiriu ao longo de sua vida intelectual e acadêmica para bibliotecas de entidades e universidades. (...) Ademais, Calasans costumava, doar dinheiro para ampliar o acervo das bibliotecas das instituições das quais era membro, como por exemplo, a doação que fez, de mil reais (R\$ 1.000,00), para a Academia de Letras da Bahia, em junho de 1995⁶⁶.

A sua generosidade pode ser verificada tanto em Aracaju quanto em Salvador. Em Aracaju, ofereceu livros, revistas e documentos para diversas instituições da capital sergipana, dentre elas a Universidade Federal de Sergipe e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Na capital baiana, a sua ação social e cultural foi maior: doou centenas de revistas, livros (história da Bahia, economia, política, sociologia) e documentos para o acervo do Museu Eugênio Teixeira Leal, biblioteca que ele ajudou a fundar; para a Fundação Pedro Calmon, entregou sua biblioteca especializada na Revolução de 1930; contribuiu na fundação do Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC), núcleo de pesquisa sobre Canudos da UNEB, ao ceder à documentação do Núcleo Sertão para a reprodução de cópias. O *Núcleo Sertão*, anexado ao Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, foi sua maior realização. Fundado em 1983, a partir de todo o material recolhido por Calasans durante quatro décadas, o núcleo constituiu-se em um dos principais acervos do país sobre a guerra de Canudos, concentrando uma rica documentação que vai de fontes do século XIX até artigos de jornais recentes. Em função das comemorações dos dois centenários na década de 1990, fundação (1993) e destruição do arraial de Canudos (1997), o local foi muito freqüentado por estudiosos nacionais e estrangeiros⁶⁷.

O professor Calasans visitava o núcleo periodicamente. Orientava todos que o procuravam, seja um estudante de graduação ou um doutorando ele, pacientemente, guiava o pesquisador a trilhar o caminho seguro das fontes e do conhecimento histórico, lembrou Maria Zelinda, Bibliotecária do *Núcleo Sertão*: “*não fazendo distinção se era um secundarista, um universitário, um pós-graduando nem mesmo se eram brasileiros ou estrangeiros, o que importava para o Professor era o interesse deles pelo tema Canudos (...)*”⁶⁸.

Ao longo de sua vida, na sua ação como pesquisador ou na condição de gestor de instituições culturais, ele sempre procurou socializar o conhecimento, facilitando o acesso das

⁶⁶ Jairo Carvalho do Nascimento, José Calasans, prova de amor à pesquisa, *A Tarde*, Salvador, p. 10-11, 31 de maio de 2003. Caderno A Tarde Cultural. p. 10.

⁶⁷ *Entrevista com Maria Zelinda Ferreira Lopes*. Salvador, 9 de abril de 2002.

⁶⁸ *Entrevista com Maria Zelinda Ferreira Lopes*. Salvador, 9 de abril de 2002.

peessoas às informações: “*Eu gosto muito de pesquisar. Mas gosto, sobretudo, de criar condições para que os outros pesquisem*”⁶⁹. Ele foi um exemplo de intelectual engajado com a difusão do conhecimento: não procurou vender sua biblioteca, com um acervo formado dos mais variados assuntos, resolveu distribuí-la em dezenas de centros de pesquisa e fundações. Um exemplo de professor, educador e humanista, que a Bahia perdeu no dia 28 de maio de 2001!...

⁶⁹ Depoimento de José Calasans, em entrevista ao programa da Videoteca Aperipê Memória. Vídeo (Direção: Marlene Alves Calumby/Ano:1994/58 min./Aracaju).

2. NACIONALISMO E INTEGRALISMO

“A nação brasileira deve ser organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica, prospera e feliz. Para isso precisamos que todos os brasileiros estejam unidos”⁷⁰.

Plínio Salgado.

A década de 1930 no Brasil foi marcada por um período de efervescência política. Em outubro, explodiu no centro-sul do país o movimento que levou Getúlio Vargas ao poder. A Era Vargas (1930-1945), como ficou conhecida na historiografia, encontrou sustentação e legitimação ideológica no pensamento de intelectuais brasileiros que pregavam os valores da pátria, a consolidação da nação brasileira diante do mundo, como é o caso, por exemplo, de Oliveira Vianna, que faria parte do Governo Vargas antes e durante o Estado Novo.

Nacionalismo era a palavra e o tom do momento. Discurso nascido no século XIX, cresceu com a idéia de unidade política e territorial propagada pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro durante o Império e avançou com o advento da República, amadurecendo entre o meio intelectual durante as quatro primeiras décadas do século XX. Foi esse período o de afirmação de uma identidade cultural brasileira. Lúcia Lippi de Oliveira, em *A questão nacional na Primeira República*, analisa os diferentes discursos da ideologia nacionalista, apontando os objetivos dos intelectuais na construção das bases do edifício cultural e político brasileiros:

Os intelectuais, independente da sua origem de classe, da sua formação bacharelesca ou especializada, mantiveram-se ocupados em “pensar” o Brasil e em propor caminhos para a salvação nacional. Ao atuarem na construção de consciências coletivas, os intelectuais consideram-se imbuídos de uma missão e procuraram difundir suas propostas mediando aspirações nacionais e políticas governamentais. Nesta tarefa missionária foram os intelectuais que procuraram criar um ideário nacional baseado em um culto a uma tradição passada ou trabalharam na construção de uma nova tradição.⁷¹

⁷⁰ Plínio Salgado, “Manifesto Integralista de Outubro (1932)” *apud* Vamireh Chacon, *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1985, p. 333.

⁷¹ Lúcia Lippi de Oliveira, *A questão nacional na Primeira República*, São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 187.

O nacionalismo, segundo Lúcia Lippi de Oliveira, “*é uma representação ideológica preocupada em definir os traços específicos de um povo e suas diferenças frente aos demais – a identidade e alteridade*”⁷². Euclides da Cunha, por sua vez, preocupado com a realidade social brasileira, era um nacionalista que caminhava nessa perspectiva de preservação da identidade nacional. Na sua visão, influenciada pelo evolucionismo spenceriano, as “raças fortes” tendiam a dominar as “raças fracas” pela cultura, pela introdução de seus valores culturais. Nesse “conflito cultural”, o Brasil deveria preparar-se para “*enfrentar sem temores as energias dominadoras da vida civilizada, aproveitando-as cautelosamente*”, sem, contudo, “*abdicarmos a originalidade das nossas tendências, garantidoras exclusivas da nossa autonomia entre as nações*”⁷³.

O pensamento nacionalista consolidou-se nas três primeiras décadas do século XX, nos trabalhos de intelectuais como Eduardo Prado, Paulo Prado, Manoel Bomfim, Alberto Torres, Oliveira Vianna e Olavo Bilac, dentre outros. O aperfeiçoamento das estruturas políticas e econômicas, o fortalecimento da unidade nacional, a consolidação do sentimento patriótico eram pontos de destaque na obra desses autores⁷⁴.

Alguns deles, como Oliveira Vianna, aprisionado às idéias raciológicas e deterministas européias, defendiam a unidade nacional, garantida através de um governo forte e centralizador cujas condições só seriam possíveis graças ao papel decisivo da nobreza portuguesa, que assegurou as bases políticas e sociais da integração, especialmente, ademais, a aristocracia brasileira no processo de independência⁷⁵. Uma interpretação apologética da colonização portuguesa, da aristocracia rural brasileira.

Outros, como Manoel Bomfim, valorizaram o sentimento nacionalista do povo brasileiro, pensando o Brasil a partir de bases culturais brasileiras sem interferência direta de modelos importados, com forte oposição aos intelectuais que enalteciam o passado português.

⁷² *Ibid.*, p. 188.

⁷³ Euclides da Cunha, Nativismo provisório, In: *Contrastes e confrontos*, Rio de Janeiro, Record, 1975, p. 201.

⁷⁴ Eduardo Prado, *A ilusão americana*, São Paulo, IBRASA, 1980 (1ª edição data de 1893); Manoel Bomfim, *O Brasil na América*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1929; Manoel Bomfim, *O Brasil na história*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1930; Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, São Paulo, Duprat-Mayença, 1928; Alberto Torres, *O problema nacional brasileiro*, São Paulo, Nacional, 1933; Oliveira Vianna, *Populações meridionais do Brasil*, São Paulo, Monteiro Lobato e Cia., 1920; Oliveira Vianna, *Evolução do povo brasileiro*, São Paulo, José Olympio, 1956 (1ª edição data de 1923); Olavo Bilac, *A defesa nacional*, Rio de Janeiro, Liga de Defesa Nacional, 1917.

⁷⁵ “*Só a ação envolvente e absorvente da alta nobreza da terra, cerceando e isolando inteiramente o jovem Regente [Dom Pedro I], é capaz de explicar o fato do próprio supremo representante do dominador se fazer paradoxalmente o centro da reação contra o dominador*”. Oliveira Vianna, *Evolução do povo brasileiro*, op. cit., p. 248.

Entre as décadas de 1910 a 1930, os intelectuais estavam assim divididos quanto à natureza do nacionalismo, quanto à importância do passado português e aos modelos explicativos europeus para explicar a realidade social.

Nesse momento, o contexto internacional foi um fator que favoreceu o movimento nacionalista. Durante a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha torpedeou navios brasileiros, levando o Brasil, em outubro de 1917, a tomar partido ao lado das nações aliadas. O momento foi bem aproveitado por alguns intelectuais, quando o sentimento patriótico foi chamado à prova. Aproveitando o contexto da guerra, bem antes da “participação” do Brasil no conflito, Olavo Bilac promoveu uma campanha para estimular o patriotismo, incitando o militarismo brasileiro. Após discurso na Faculdade de Direito e de Medicina de São Paulo, em que conclamou o engajamento da sociedade para a causa nacionalista, Bilac, ao lado de Pedro Lessa e Miguel Calmon, organizaram a Liga de Defesa Nacional, “*fundada em 7 de setembro de 1916*”, sob a presidência de Rui Barbosa, e “*centrava-se na questão do serviço militar obrigatório e na educação cívica-patriótica. Educação e defesa nacional seriam o lema-síntese deste momento*”⁷⁶.

A campanha nacionalista recebeu também o apoio dos militares. No ano seguinte, em 1917, no Estado de São Paulo, surgiria a Liga Nacionalista, outra agremiação de cunho patriótico, sob a liderança de Júlio de Mesquita Filho, Nestor Rangel Pestana, Frederico Vergueiro Steidel, dentre outros. A Liga Nacionalista recebeu o apoio e incentivo do governo de São Paulo para promover suas campanhas e, apesar de conter também um discurso militarista, o seu conteúdo tinha um caráter de “uma organização civil” dando uma importância fundamental, por exemplo, à transparência eleitoral e à alfabetização da população brasileira⁷⁷. A Liga de Defesa Nacional difundiu-se pelo país com a criação de seções estaduais e mandamentos cívicos, criados para difundir seu ideário⁷⁸.

Entre as décadas de 1920 e 1930, floresceram também na Europa movimentos nacionalistas de cunho autoritário, especialmente na Itália e na Alemanha. Na Itália, na década de 1920, Benito Mussolini chegou ao poder institucionalizando o regime fascista como doutrina e forma de governo. Na Alemanha, o movimento nazista chegou ao poder em

⁷⁶ Lúcia Lippi Oliveira, *op. cit.*, p. 147.

⁷⁷ Thomas Skidmore, *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 175.

⁷⁸ O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia possui, em uma de suas revistas, um texto de conteúdo nacionalista, “os dez mandamentos”, redigido por Coelho Neto e distribuído em todo o país. Segundo o próprio autor, depois de enaltecer a bandeira, honrar nossos heróis, dentre outras coisas, “os dez mandamentos”, em suma, resumiam-se em dois: “*Amar a Pátria sobre todas as coisas e aos que conosco trabalham para engrandecel-a (sic)*”. Cf. Coelho Neto, Os dez mandamentos cívicos da Liga de Defesa Nacional, *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, ano 27, n. 46, p. 213-214, 1920.

1933, com Adolf Hitler. Num momento em que ambas sociedades estavam afetadas pela crise política e econômica oriundas da Primeira Guerra Mundial, o fascismo e o nazismo, com uma política nacionalista girando em torno de um partido forte e de um líder, com um discurso expansionista, de alargar as fronteiras do país para aumentar as riquezas nacionais, surgiram como modelos capazes de solucionar os problemas sociais naquele contexto.

Os movimentos de teor autoritário que se desenvolveram na Europa ganharam a simpatia e o apoio das classes capitalistas que não tinham, naquele momento, um projeto nacional para superar a crise econômica. Os movimentos de cunho fascista, de modo geral, segundo Maurício Dias David, para ganhar espaço e projeção no campo político, estabeleceram alianças em torno de suas lideranças e os grupos tradicionais da indústria, do setor financeiro e militar⁷⁹. O fascismo, nesse contexto, surge *“como uma resposta às pressões da classe operária (...) sobre a burguesia e o sistema político-econômico. O medo das pressões reivindicatórias da classe operária é um fator importante na constituição do suporte de massas aos movimentos fascistas e seu financiamento pelos grandes capitalistas”*⁸⁰.

Um Estado forte, centralizador, autoritário, intervencionista, regulador da economia e do destino da nação eram as principais linhas políticas dos movimentos fascista e nazista. Esse conteúdo nacionalista serviu de modelo para alguns países, expandiu-se ideologicamente para outros continentes. Na América Latina esse modelo foi adaptado. Na Argentina e no Brasil, por exemplo, no Governo de Vargas e de Perón, respectivamente, desenvolveu-se uma política nacionalista que adotou elementos nazi-fascistas:

*Os projetos nacionalistas de Vargas e Perón recuperaram elementos pré-fascistas ou fascistas propriamente ditos. Além disso, os mecanismos de controle das consciências e valores veiculados pela propaganda política, também tiveram forte inspiração nos regimes totalitários.*⁸¹

No caso brasileiro, como foi visto anteriormente, esse modelo se consolidou com a ajuda do movimento nacionalista propagado por parte dos intelectuais, que preparou o

⁷⁹ Maurício Dias David, Fascismo e ditaduras militares na América Latina, *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 149-162, fev. 1979.

⁸⁰ Maurício Dias David, *op. cit.*, p. 152.

⁸¹ Maria Helena Rolim Capelato, Fascismo: uma idéia que circulou pela América Latina, *“História em debate: problemas, temas e perspectivas”*: Anais do XVI Simpósio da Associação Nacional dos Professores de História, Rio de Janeiro, p. 51-63, 1991, p. 58.

terreno ideológico para a instalação de um Estado autoritário⁸². No campo das idéias políticas e do discurso nacionalista, o integralismo foi o principal movimento da década de 1930 a se basear fundamentalmente nos regimes nazi-fascistas.

Plínio Salgado foi ideólogo e principal líder do movimento integralista brasileiro. Seguindo “os passos” traçados por Héglio Trindade, em *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*, o nacionalismo de Plínio Salgado evoluiu do campo literário para o campo político. Em 1922, Plínio Salgado participou da Semana da Arte Moderna, em São Paulo, filiando-se à tendência de cunho nacionalista literário que se estabeleceu no seio do movimento. Na ala nacionalista, cuja corrente ficou conhecida como o grupo Verde-Amarelo (depois passou a chamar-se movimento Anta), estavam, além de Plínio Salgado, Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo, dentre outros⁸³.

Em 1930, em viagem ao exterior, passando pela Itália, Plínio Salgado encantou-se com a doutrina fascista, pelo seu conteúdo nacionalista, por sua organização e mobilização das massas. Escreveu cartas para amigos brasileiros dizendo que era preciso adaptar tal doutrina para a realidade brasileira. Naquele momento, provavelmente, ocorreu a inserção da agenda política, aos moldes fascistas, no pensamento de Plínio Salgado⁸⁴.

A fundação oficial do movimento integralista ocorreu em outubro de 1932, com o lançamento do Manifesto de Outubro, “*primeiro documento da AIB, base de toda sua ideologia*”⁸⁵. Era um libelo nacionalista que pregava no seu discurso à harmonia entre as classes sociais, o amor à família e à pátria, a disciplina e a ordem social, o ataque à influência estrangeira na cultura brasileira, o combate firme e forte ao comunismo, a formação de um Estado Integralista, sem qualquer tipo de divisão (política, regionalista, por exemplo):

*Temos de nos afirmar como um povo unido e forte, que nada mais poderá dividir. O nacionalismo para nós não é apenas o culto a Bandeira e do Hino Nacional, é a profunda consciência das nossas necessidades, do caráter, das tendências, das aspirações da Pátria e do valor da raça. Essa é a grande campanha que vamos empreender*⁸⁶.

⁸² Sobre a relação entre intelectuais, nacionalismo e autoritarismo no Brasil, na Era Vargas, ver: Lúcia Lippi Oliveira, *Elite intelectual e debate político nos anos 30*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas; Brasília, INL, 1980; Ângela de Castro Gomes, Lúcia Lippi Oliveira & Mônica Pimenta (orgs.), *Estado Novo: ideologia e poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

⁸³ Héglio Trindade, *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*, Rio de Janeiro, Difel, 1979. Ver o capítulo II, p. 35-69.

⁸⁴ Héglio Trindade, *op. cit.*, p. 74-75.

⁸⁵ Edgard Carone, *A República Nova (1930-1937)*, São Paulo, Difel, 1976, p. 223.

⁸⁶ Plínio Salgado, *op. cit.*, p. 335.

Ao lado de Plínio Salgado, estiveram presentes no processo de fundação do integralismo os intelectuais Miguel Reale e Gustavo Barroso⁸⁷. A doutrina atraiu pessoas dos mais diversos setores da sociedade, como comerciantes, industriais, grandes e pequenos proprietários rurais, profissionais liberais, militares de alto e baixo escalão, professores universitários e estudantes, trabalhadores rurais, enfim, indivíduos da média e pequena burguesia até as camadas populares. A disposição desses indivíduos dentro da estrutura organizacional da AIB estava de acordo com a sua posição social, ou seja, no topo da organização estavam os membros da burguesia e a elite pensante do movimento; na camada inferior, membros da pequena burguesia e as camadas populares:

Portanto, o conjunto da estrutura social da A.I.B pode ser sintetizado por uma pirâmide formada de três camadas conforme o grau de participação nacional, regional ou local.(...) essa estratificação social é análoga à estrutura paramilitar da organização da milícia: as elites intelectuais detêm o “comando” e as camadas médias e populares não intelectualizadas constituem a “tropa”⁸⁸.

O integralismo expandiu-se por todo o país. Em diversos Estados foram criados núcleos regionais, sendo os mais importantes, em termos de força política, os de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Guanabara, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, do Espírito Santo, de Minas Gerais, da Bahia e do Ceará⁸⁹. O seu discurso nacionalista, anticomunista, de moral e civismo, facilitou a aceitação por parte de setores médios urbanos, por parte dos intelectuais e de membros da Igreja Católica, sobretudo, justamente no momento em que o temor do avanço comunista incomodava a elite brasileira.

Além disso, vale lembrar que o integralismo não foi o primeiro movimento de bases fascistas. Antes da A.I.B, doutrinas e programas autoritários foram criados como a Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista, em São Paulo), a Legião Cearense do Trabalho, a Legião de Outubro (em Minas Gerais), dentre outros. Segundo Marilena Chauí, o pensamento autoritário brasileiro não foi fruto da importação das idéias fascistas; ao contrário, “tal pensamento fascista” encontrou um quadro favorável no Brasil como se viu nas páginas

⁸⁷De Miguel Reale ver as seguintes obras: *ABC do Integralismo*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1935; e *Perspectivas integralistas*, São Paulo, Odeon, 1935. De Gustavo Barroso ver: *O Integralismo em marcha*, Rio de Janeiro, Schmidt, 1933; *A palavra e o pensamento integralista*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935; e *O que o integralista deve saber*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935.

⁸⁸Hélgio Trindade, *op. cit.*, p. 137.

⁸⁹*Ibid.*, p. 130.

anteriores⁹⁰. Foi esse contexto de predominância do pensamento autoritário que José Calasans vivenciou ao chegar a Salvador, em 1933, para estudar Direito na Faculdade de Direito da Bahia, numa cidade onde o núcleo integralista estava se fortalecendo, atraindo indivíduos de vários setores e camadas sociais. E Calasans foi um deles...

2. 1. José Calasans e o integralismo

A Bahia, no ano de 1933, estava dividida politicamente. Governava o Estado Juracy Magalhães, o sexto Interventor Federal no poder desde a eclosão da Revolução de 1930. A Bahia havia mantido uma postura legalista, de fidelidade e de apoio ao Presidente Washington Luiz. Segundo Consuelo Novais Sampaio, eram poucos os que apoiavam o movimento revolucionário, “*a sociedade baiana, de forma global, continuava a manifestar-se refratária a quaisquer idéias que pudessem ameaçar a ordem estabelecida, ou desviá-la do caminho da legalidade, asseguradora do poder de sua elite dirigente*”⁹¹. O capitão Juracy Magalhães governou a Bahia de 1931 a 1937. De 1931 a 1935, como Interventor Federal. De 1935 a 1937, como governador eleito constitucionalmente, de forma indireta, pela Assembléia Legislativa, a 24 de abril de 1935⁹². Foi substituído em 1937, “*apeado do poder pelo golpe de estado de novembro de 1937*”⁹³, pelo Interventor Federal do Estado Novo, Antônio Fernandes Dantas.

Pelo Palácio Rio Branco, antes de Juracy Magalhães, haviam passado cinco interventores, na seguinte ordem: Custódio dos Reis P. Júnior, Ataliba Jacinto Osório, Leopoldo Afrânio B. do Amaral, Arthur Neiva e Raimundo Rodrigues Barbosa⁹⁴.

Em oposição ao governador do Estado, aglutinaram-se diversas lideranças como J.J. Seabra, Otávio Mangabeira, Pedro Lago e Simões Filho. O grupo da situação era chamado de *juracisistas*, e contava com o apoio de João Pedro dos Santos e Pedro João Pacheco dos

⁹⁰ Marilena Chauí & Maria Sylvia C. Franco, *Ideologia e mobilização popular*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978: “*Acredito que é por se tratar de um pensamento autoritário que há importação de idéias e não porque há tal importação que um certo pensamento brasileiro tornar-se-ia mimeticamente autoritário. Ao fazer essa afirmação estou considerando que há uma forma autoritária de pensar e não apenas pensamentos que nasçam de formas autoritárias de agir*”. Cf. p. 37.

⁹¹ Consuelo Novais Sampaio, *Partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*, Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 223. Nesse livro, Consuelo Novais Sampaio faz uma riquíssima análise da história política baiana durante a Primeira República.

⁹² Consuelo Novais Sampaio, *Poder e representação: o legislativo da Bahia na segunda República (1930-1937)*, Salvador, Assembléia Legislativa, 1992, p. 102.

⁹³ *Ibid.*, p. 63.

⁹⁴ Conferir a relação de todos os governadores da Bahia, de 1549 até 1995, na *Revista da Fundação Pedro Calmon: Centro de Memória da Bahia*, Salvador, ano I, n. 1, p. 177-185, 1996.

Santos, ambos ex-deputados federais durante a República Velha, e do desembargador Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt. O grupo de oposição era chamado de autonomistas cuja expressão significava a luta dos baianos pela liberdade política na Bahia, governada por um Interventor Federal, que não era baiano de nascimento, mas, cearense⁹⁵.

Em torno desses dois grupos, giravam oficialmente dois partidos: o Partido Social Democrático (PSD), governista, e a Liga de Ação Social e Política (LASP), autonomista. Do ponto de vista da mudança social, excetuando “as origens sociais” e os “princípios ideológicos”, *“nenhuma diferença substancial distinguia a LASP do PSD. Os membros de ambos os partidos, de modo geral recrutados em setores da classe alta e da classe média alta, pareciam mais interessados na conquista do poder do que nos urgentes problemas sociais do estado”*⁹⁶.

Além dessas correntes políticas, uma que ganhou forças na Bahia foi o Integralismo. O núcleo provincial da Bahia foi fundado em junho de 1933, tendo à frente Messias Tavares (Bacharel), João Alves dos Santos (comerciante) e J. Cesimbra. Ademais, Victor Hugo Aranha, chefe da Seção Provincial, *“figura de relevo da Ação Integralista local”*⁹⁷, jornalista e diretor do jornal *O Imparcial*, porta-voz do integralismo na Bahia, e o engenheiro Joaquim de Araújo Lima⁹⁸, foram membros importantes do integralismo baiano.

O movimento ganhou força e se espalhou pelo interior da Bahia. Na capital, atingiu diversos espaços da sociedade baiana, entre eles as instituições de ensino, associações e agremiações culturais. O contato mais próximo de José Calasans com a doutrina integralista, provavelmente, aconteceu na Faculdade de Direito da Bahia, em 1933. Nesse ano, um fato merece atenção. Na sua peregrinação pelo Brasil, com o objetivo de divulgar a sua doutrina e aumentar o número de membros, Plínio Salgado visitou as instalações da Faculdade de Direito da Bahia, no dia 3 de julho: *“Visitei hoje a Faculdade de Direito da Bahia: levo uma grade impressão de tudo quato vi neste estabelecimento que honra a cultura de nossa Patria”*

⁹⁵ “(...) Vargas escolheu um tenente de vinte e seis anos, natural do Ceará, Juraci Montenegro Magalhães”. Cf. Eul-Soo Pang, *Coronelismo e oligarquias (1889-1943): a Bahia na Primeira República Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 224. Na composição do quadro político baiano, Juracy Magalhães contou com o apoio dos principais coronéis do interior do Estado, o que lhe deu bases sólidas para consolidar sua liderança na Bahia nos primeiros anos de governo.

⁹⁶ Consuelo Novais Sampaio, *Poder e representação*, op. cit., p. 102.

⁹⁷ *A Tarde*, Salvador, 9 de outubro de 1936, p. 10. Essa matéria trata da prisão de Victor Hugo Aranha, justamente no momento de endurecimento de Juracy Magalhães na perseguição aos integralistas. Cf. Consuelo Novais Sampaio, *Poder e representação*, op. cit., p. 118. Esse livro é um bom ponto de partida para se estudar o integralismo na Bahia.

⁹⁸ Joaquim de Araújo Lima também foi preso em 1936. Cf. *A Tarde*, Salvador, 9 de outubro de 1936, p. 3.

⁹⁹. Na ocasião, ele ofertou dois livros para o acervo da biblioteca: *Psicologia da revolução e O que é o integralismo*¹⁰⁰.

Em *O que é o integralismo*, Plínio Salgado fez severas críticas ao liberalismo e ao comunismo. Defendeu veementemente a unidade nacional, a disciplinarização da sociedade, “o Estado vivo, identificado com a própria Nação”. Convocou a juventude para não se apegar aos bens materiais, mas para engrandecer “a sua Pátria no trabalho, no estudo, no aperfeiçoamento moral, intelectual e physico”¹⁰¹. Plínio Salgado retornou a Salvador outra vez, em 1935, para participar de um congresso integralista¹⁰².

Provavelmente, em 1933, a juventude estudantil da Faculdade tenha tido conhecimento desses livros e os tenha lido. José Calasans, em 1933, leu essas obras de Plínio Salgado, pois nesse mesmo ano ele já era integralista. Em discurso pronunciado na Academia de Letras da Bahia, no dia 29 de outubro de 1992, ele disse que as leu e aceitou, no ano de ingresso na Faculdade, o Manifesto de Outubro (de 1932), que “*Oldegar Vieira me fez ler*”¹⁰³.

Nesse momento, a Faculdade de Direito estava dividida quanto à política baiana. Havia estudantes que apoiavam os *autonomistas* e aqueles, em menor número, que apoiavam os *juracisistas*. Ao longo do curso, as discussões começaram a girar em torno do integralismo e do aliancismo, de tendência socialista, da Aliança Nacional Libertadora. Direita contra esquerda. Segundo Adhemar Raymundo da Silva, colega de José Calasans na Faculdade, o grupo da direita, representado pelos integralistas, “era muito forte” dentro da Faculdade. Os estudantes dessa ala, estendiam suas atuações fora da comunidade acadêmica, participando de comícios, eventos, reuniões e palestras. Da esquerda, o nome de destaque da instituição era o de Orlando Gomes, professor de Direito Civil e Introdução à Ciência do Direito na Faculdade¹⁰⁴. Havia também o centro, aqueles estudantes que não se filiaram a nenhuma tendência, como Jorge Calmon, Claudionor Ramos, Mario Cabral e Adhemar Raymundo da Silva, todos colegas de José Calasans.

Da tendência integralista, Walter da Silveira, José Calasans, Oldegar Vieira, João Adonias Aguiar, Julival Rebouças, Rubem Nogueira, Jayme Fagundes dos Santos, Dermival

⁹⁹ Relatório apresentado à Congregação da Faculdade de Direito da Bahia pelo Diretor Prof. Bernardino José de Souza, em Sessão de 15 de Fevereiro de 1933, *Revista da Faculdade de Direito da Bahia*, Salvador, v. 8, p. 177-210, 1933, p. 195. Quando da visita, a Faculdade estava em recesso escolar, de 20 de junho a 10 de julho. Cf. *Revista da Faculdade de Direito da Bahia*, op. cit., p. 204.

¹⁰⁰ *Psicologia da Revolução*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933; *O que é o integralismo*, Rio de Janeiro, Schmidt-Editor, 1933.

¹⁰¹ Plínio Salgado, *O que é o integralismo*, op. cit., p. 126 e 128, respectivamente.

¹⁰² Consuelo Novais Sampaio, *Poder e representação*, op. cit., p. 116.

¹⁰³ José Calasans, Agradecimento, *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 40, p. 419-423, set. 1994, p. 422.

¹⁰⁴ *Entrevista com Adhemar Raymundo da Silva*. Salvador, em 28 de maio de 2003.

Costa Lima, José Borba Tourinho, Zoroastro Sá de Andrade, Joffrino Tourinho, todos da turma de José Calasans, exceto Walter da Silveira, que era da turma de 1931. Esses nomes participaram de eleições para o Centro Acadêmico Rui Barbosa, gestão 1935-1936. José Calasans participou da chapa como Bibliotecário¹⁰⁵.

Em outra oportunidade, para a gestão seguinte, José Calasans participou de mais uma eleição para o centro acadêmico, ao lado dos colegas Rubem Nogueira, João Aguiar e Oldegar Vieira. Nessa oportunidade, José Calasans concorreu ao cargo de Vice-Presidente da chapa “Integralista”¹⁰⁶.

No programa da chapa, pretendiam revisar e criticar as várias concepções do Direito, promover cursos e conferências para estudar os problemas da realidade brasileira, estimular o desenvolvimento psíquico a partir da prática esportiva etc¹⁰⁷.

A turma de José Calasans congregava as principais lideranças do movimento integralista na Faculdade, a qual se constituiu, sobretudo nesse momento, como um dos principais centros integralistas da juventude estudantil da Bahia, enquanto que a Faculdade de Medicina, por sua vez, abrigava simpatizantes da ANL¹⁰⁸.

Durante o encerramento do *1º Congresso Jurídico Universitário do Brasil*, realizado entre 4 e 16 de outubro de 1936, em Salvador, e organizado pelos estudantes da Faculdade de Direito da Bahia, sob a coordenação do integralista Julival Rebouças¹⁰⁹, “*os integralistas presentes*”, ao tocar o Hino Nacional, na presença do Governador Juracy Magalhães, “*levantaram o braço, como é o costume dos camisas-verdes ao ouvirem o Hymno. Esse gesto, depois da atitude do governo local, com referencia á doutrina do Sigma, causou sensação*”¹¹⁰.

As atividades de José Calasans no movimento transcenderam as fronteiras da Faculdade. Assumiu algumas funções dentro da organização da Seção Provincial. O Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, possui documentos emitidos pela Ação Integralista Brasileira, Província da Bahia, endereçados ao “Companheiro José Calasans Brandão da Silva”. Na resolução n. 5, de 18 de dezembro de 1933, José Calasans foi

¹⁰⁵ *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Arquivo José Calasans. Cx. 025 B. Doc. 021.

¹⁰⁶ *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Arquivo José Calasans. Cx. 025 B. Doc. 002.

¹⁰⁷ *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Arquivo José Calasans. Cx. 025 B. Doc. 027. Identificou-se os anos das eleições, cruzando os documentos da campanha com os relatórios anuais publicados pela revista da Faculdade de Direito da Bahia. Quanto às eleições, para a gestão 1936-1937, além da chapa Integralista, concorreu a chapa “Pela Democracia”, composta, dentre outros, por Adhemar R. Silva e Claudionor Ramos, colegas de turma de Calasans. Nas *Ephemerides* do relatório anual da Faculdade de Direito da Bahia constam as datas das eleições e as datas de posse, normalmente no mês de abril.

¹⁰⁸ Consuelo Novais Sampaio, *Poder e representação*, op. cit., p. 105.

¹⁰⁹ *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Arquivo José Calasans. Cx. 025 B. Doc. 037.

¹¹⁰ *A Tarde*, Salvador, 17 de outubro de 1936, p. 3.

nomeado como membro da Comissão de Imprensa da Bahia, criada por um dos chefes locais, Messias Tavares da Cruz¹¹¹. No ano seguinte, em 16 de abril de 1934, ele foi, mais uma vez, nomeado pela Portaria n. 1, para coordenador da Secção Universitária de Estudos. Assinou o documento Luiz de Albuquerque Porciúncula, secretário da Secção Integralista Universitária¹¹². Em 18 de maio de 1935, foi nomeado Chefe da Divisão de Coordenação, do Departamento de Coordenação e Inspectoria, que estava ligada à Secretaria Provincial de Organização Política. Em 12 de maio de 1937, o Chefe Provincial Victor Hugo Aranha nomeou-o para o cargo de Legionário Chefe da Terceira Secção do Departamento Technico Provincial (D.T.P)¹¹³. E, por último, nesse mesmo ano, ele foi nomeado para o cargo de Director Provincial dos Serviços Eleitoraes e Políticos, da Secretaria Provincial de Corporações e Serviços Eleitoraes¹¹⁴.

A atuação de José Calasans foi mais presente em Salvador. Não obstante, em Aracaju, ele também atuou, participando de eventos organizados pelo núcleo sergipano. Em uma dessas ocasiões, justamente na primeira sessão pública do núcleo integralista sergipano, realizada em 30 de dezembro de 1933, período em que estava de férias, encerrou o evento discursando para o público¹¹⁵. O núcleo havia sido criado algumas semanas antes, no dia 5 de dezembro. Alguns dias antes, Gustavo Barroso e Miguel Reale estiveram na cidade para organizar os preparativos da fundação do Núcleo Provincial Sergipano. Os principais nomes do integralismo sergipano eram Omes Mont’Alegre, Manuel Cabral Machado, José Amado Nascimento, Clodoaldo Alencar, Santos Mendonça, Agnaldo Celestino, Jacinto Figueiredo, Ávila Lima, dentre outros¹¹⁶.

José Calasans aderiu ao integralismo por dois motivos fundamentais: primeiro, uma ligeira tendência ao militarismo na juventude. Irineu Ferreira da Silva, pai de José Calasans, tinha um irmão militar, o general José de Calasans e Silva, como se viu anteriormente, nome importante da história militar e política de Sergipe. No seu próprio nome, percebe-se essa influência: *José Calasans* Brandão da Silva. Ao nome José, Irineu acrescentou “Calasans”, uma homenagem ao seu irmão general¹¹⁷. Irineu queria que seu filho seguisse a carreira militar, seguindo os passos do tio. José Calasans, nesse sentido,

¹¹¹ *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Arquivo José Calasans. Cx. 025 B. Doc. 059. A correspondência é de 23 de dezembro de 1933. Calasans, nesse período, estava em férias na cidade de Aracaju.

¹¹² *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Arquivo José Calasans. Cx. 025 B. Doc. 060.

¹¹³ *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Arquivo José Calasans. Cx. 025 B. Doc. 063.

¹¹⁴ *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Arquivo José Calasans. Cx. 025 B. Doc. 064.

¹¹⁵ Ademir da Costa Santos, *O integralismo em Sergipe: os intelectuais e a ação da Igreja Católica (1933-1938)*, Aracaju, 1996, 99 p., Monografia (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal de Sergipe, p. 26.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 25-26.

¹¹⁷ *Entrevista com América Brandão da Silva* (irmã de José Calasans). Aracaju, em 29 de abril de 2003.

matriculou-se no Colégio Militar, do Rio de Janeiro, em 1928. Não obstante, percebeu que a carreira militar não era sua área de estudos. Retornou a Aracaju, ingressando, no ano seguinte, no Atheneu Sergipense. O professor e historiador Luis Henrique Dias Tavares, aluno e depois seu colega de trabalho na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, comentou sobre essa questão:

A sua formação em casa, a sua formação familiar, foi conservadora. Entende-se que ele tenha escutado a mensagem conservadora do jornalista Plínio Salgado pelos princípios que recebeu na infância e na adolescência. O mestre era sobrinho de um general, o general Calasans, personalidade sergipana de primeiro nível. O general Calasans exerceu influência sobre ele, tanto que o mestre pensou em ser militar. Fez exames na Escola Militar, no Rio de Janeiro. Coursou um tempo na Escola Militar e descobriu que aquela não era a vocação dele.¹¹⁸

Assim, a sua formação familiar, sua proximidade com seu tio general, embora não tivesse vocação para a carreira militar, provocou uma identificação com o militarismo, com a ordem, a disciplina, mantendo-as ao longo de sua vida. Durante o regime militar, 1964-1985, José Calasans estudou na Escola Superior de Guerra, ligada às forças armadas brasileiras, criada em 20 de agosto de 1949, no contexto da guerra fria, com o apoio técnico de militares norte-americanos – inclusive, sua estrutura foi organizada nos moldes da *National War College* dos Estados Unidos. Seu objetivo era, basicamente, defender os interesses nacionais e estudar os problemas sociais brasileiros¹¹⁹. A ESG atrelou-se a doutrina da Segurança Nacional, inspirada ideologicamente pelos Estados Unidos, que visava combater o avanço vermelho pelo mundo, instruindo os militares e as elites dirigentes dos países para o perigo do comunismo.

José Calasans, professor da Universidade Federal da Bahia, ingressou na ESG em março de 1972, conforme ofício enviado ao Diretor da Faculdade de Filosofia da UFBA, Prof. Joaquim Batista Neves, comunicando que, a partir do dia 2 de março do corrente ano, seguiria para o Rio de Janeiro e ficaria por lá até dezembro¹²⁰. Durante o curso, o conteúdo programático, no primeiro semestre, versou sobre os seguintes temas: Estratégia Nacional, O Processo Decisório e o Controle de Execução das Decisões, Segurança Nacional, debatendo-se “os aspectos básicos doutrinários da Segurança Nacional, visando ao entendimento

¹¹⁸ Entrevista com Luis Henrique Dias Tavares. Aracaju, em 6 de maio de 2003.

¹¹⁹ Antônio de Arruda, *A Escola Superior de Guerra*, São Paulo, GRD, 1983, p. XXI-XXV.

¹²⁰ Arquivo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Pasta do Prof. José Calasans. Assunto: Afastamentos.

*adequado dos problemas de Segurança Nacional Interna e Externa, de Informações e de Mobilização Nacional e dos conceitos correlatos*¹²¹. A sua turma tinha como Patrono Dom Pedro I. Segundo o Almanaque dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, a turma era composta por 106 cursistas, na sua grande maioria, de militares, contando apenas com 10 professores de instituições de curso superior¹²². A cerimônia de diplomação foi realizada em 14 de dezembro de 1972, que contou com a participação do Presidente da República, o General Emílio Garrastazu Médici¹²³.

Na Escola Superior de Guerra, José Calasans elaborou uma monografia para concluir o curso, *A Educação Moral e Cívica no Ensino do 1º e 2º Graus*, versando sobre a defesa da implantação da disciplina Educação Moral e Cívica no currículo das escolas como uma forma de difundir o ideário nacionalista, o sentimento patriótico na sociedade brasileira¹²⁴. Apesar de não se envolver politicamente com os militares nesse período, uma prova disso é que, além de ser professor da UFBA, exerceu vários cargos nessa instituição no período em que perdurou o regime militar, e manteve sempre uma relação profissional, de respeito com seus colegas comunistas, isentando-se de prejudicar quem quer que fosse, afirmou claramente sua simpatia e admiração pela nova fase política que o país vivia a partir do Golpe de 1964. Fez sérias críticas ao Governo de João Goulart, período em que o país vivia uma fase de intranquilidade e “indisciplina generalizada”, quando “*a nação foi atingida pela pregação subversiva*”. Essa fase foi “*contida*” e “*extirpada*” com a “*Revolução de Março, querendo fazer retornar o Brasil aos seus verdadeiros caminhos, procurando conter a inflação, tratando de moralizar os costumes políticos (...)*”¹²⁵.

Ademais, durante o regime militar, em 1973, foi instalado na Bahia o Diretório Estadual da Liga de Defesa Nacional, cruzada cívica que teve sua origem na LDN de Olavo Bilac, “*entidade que tem por objetivo manter viva a idéia de coesão social e integridade nacional (...)*”, além de difundir valores culturais, as artes, as letras, “*(...) a educação em massa, utilizando todos os meios possíveis, como a televisão, cinema, rádio, congressos, conferências e outros*”¹²⁶.

¹²¹ *Arquivo da Escola Superior de Guerra*. Departamento de Estudos. Programa do 1º Período do Ano Letivo de 1972. No segundo semestre o tema principal foi o “Estudo da Expressão Política do Poder Nacional”, em que se discutiu as relações internacionais do Brasil, problemas institucionais do Estado Moderno, políticas nacionais, dentre outros assuntos.

¹²² *Arquivo da Escola Superior de Guerra*. Almanaque dos Diplomados da Escola Superior de Guerra de 1972.

¹²³ *Arquivo da Escola Superior de Guerra*. Histórico de Membro do Corpo de Estagiários de 1972.

¹²⁴ José Calasans, *A Educação Moral e Cívica no Ensino do 1º e 2º Graus*. Rio de Janeiro, 1972, 56 p., Monografia (Curso Superior de Guerra), Escola Superior de Guerra do Estado Maior das Forças Armadas.

¹²⁵ José Calasans, *A Educação Moral e Cívica no Ensino do 1º e 2º Graus*, op. cit., p. 16.

¹²⁶ *Tribuna da Bahia*, Salvador, 19 de abril de 1973, p. 5.

Segurança nacional e nacionalismo constituíam-se, no entanto, as bases do discurso político dos militares. O diretório da Bahia foi criado para atingir tal fim, congregando autoridades civis e militares no seu núcleo regional. Fundado oficialmente no dia 4 de maio, discursaram na solenidade, dentre outros, no Salão Nobre do Fórum Rui Barbosa, o Governador Antônio Carlos Magalhães e o capitão-de-mar-e-guerra, Max Justo Guedes, que proferiu uma conferência sobre “A Atuação da Marinha na Consolidação da Independência”. O Dr. Bernardo Spector foi eleito Presidente do Diretório da LDN, e José Calasans, o Vice-Presidente. Além deles, faziam parte do diretório regional as seguintes pessoas: Monsenhor Manoel Aquino Barbosa, secretário, representando a Academia de Letras da Bahia; Prof. Jaime Sá Menezes, representando o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Renato Berbert de Castro, representando o Arquivo Público do Estado; Cel. Osvaldo Sampaio, Cel. Heitor Sena Gomes, Prof. Jaime Balleiro e Salvador Ávila, dentre outros¹²⁷.

José Calasans, em 1971, foi agraciado, pela Diretoria do Serviço Militar do Ministério do Exército, com a Medalha Olavo Bilac. Na década de 1960, proferiu conferências sobre a participação de Duque de Caxias na história brasileira e integrou as comissões examinadoras dos Concursos do Serviço Militar sobre Olavo Bilac (1968), Rio Branco (1969) e Pandiá Calogeras (1970)¹²⁸. Em 1961, proferiu uma palestra no Rotary Club da Bahia, onde esboçou o seu nacionalismo ao homenagear a marinha brasileira, as forças armadas e a sua participação na consolidação da unidade nacional no século XIX¹²⁹.

Em vista da sua proximidade com os militares, portanto, a sua indicação para a Vice-Presidência da LDN não foi nenhuma novidade. Em outras palavras, em palestras e conferências, José Calasans já havia provado seu nacionalismo. E é esse nacionalismo, gestado na década de 1930, o segundo motivo fundamental, que o influenciou a ingressar no movimento integralista. As leituras iniciais na Faculdade de Direito da Bahia influenciaram o seu pensamento. Durante o curso de Direito, José Calasans dedicava-se mais a leituras no campo da História, da Sociologia, do Folclore, do que necessariamente a leituras da área das ciências jurídicas. Joaquim Nabuco, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda figuravam na lista dos autores lidos nesse período. Não obstante, Oliveira Vianna e Alberto Torres constituíam-se, naquele momento, suas leituras fundamentais. Esses autores,

¹²⁷ Ver *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, Salvador, n. 19, 1973, p. 145-146. Sobre a relação dos membros do diretório regional ver matéria no jornal *A Tarde*, Salvador, 5 de maio de 1973, p. 3.

¹²⁸ *Arquivo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA*. Pasta do Prof. José Calasans. Curriculum Vitae.

¹²⁹ José Calasans, *A Bahia e a Marinha: palestra pronunciada pelo comp. José Calasans na sessão de 8-6-61, no Rotary Club da Bahia*, Bahia, Rotary Club da Bahia, 1961.

ideólogos do discurso nacionalista, influenciaram enormemente o pensamento de Calasans. Em entrevista ao jornal *A Tarde*, ele abordou esse assunto:

Eu tinha começado minhas leituras com o grande sociólogo Oliveira Vianna tratava muito sobre a unidade nacional. Esta minha dificuldade em me adaptar aos grupos existentes [juracistas e autonomistas] e minhas idéias me levaram a aceitar o integralismo, um movimento de sentido nacionalista. Eu não admitia que os partidos fossem regionais. A política do País devia se distinguir pela existência dos partidos nacionais que, na época, eram o Liberal e o Conservador.¹³⁰

Os integralistas promoviam eventos, cursos e seminários para estudar os problemas sociais brasileiros. Estudavam temas ligados aos aspectos econômicos, políticos e culturais do Brasil. Além do seu sentido nacionalista, a busca pelo saber, o gosto pelo conhecimento levou Calasans a aderir ao integralismo. Sobre o contexto político da década de 1930 na Bahia e da sua adesão ao integralismo, comentou:

Em 1933, quando iniciei o meu curso jurídico na Bahia, a mocidade acadêmica estava dividida em dois grupos: autonomistas e juracistas. Não podia me alistar no primeiro grupo porque era sergipano, sergipano retinto, e assim queria continuar. O autonomismo tinha fumaça de baianidade agressiva. O juracismo era esteio da ditadura getuliana (primeira fase), que eu repelia. Fui então parar na Ação Integralista Brasileira, primeiro pelo seu sentido nacional. Não era um grupo estadual e no meu modo de ver o sentido de uma organização política de âmbito nacional era muito importante. Por outro lado, o Integralismo se propunha a estudar os problemas brasileiros, inclusive os de caráter histórico. Eu tinha lido Oliveira Vianna e Alberto Torres, cujas conclusões me levaram a pensar num movimento político nacional interessado nos temas gerais do país. Miguel Reale, Gustavo Barroso, Thiers Martins Moreira, Hélio Viana, lideranças integralistas cuidavam da história do Brasil. A Ação Integralista Brasileira foi, para mim, nos seus primeiros tempos, um campo de estudos históricos.¹³¹

Calasans foi procurar no integralismo as discussões sobre a realidade social brasileira, temas e assuntos que ele não via no curso de ciências jurídicas. Ele mesmo disse várias vezes, como se viu anteriormente, que não tinha vocação para a área jurídica. O que ele queria era ser professor de História. O conhecimento da história do Brasil, “o querer saber” o atraiu para a doutrina de Plínio Salgado.

¹³⁰ *A Tarde*, Salvador, 31 de maio de 1992, p. 12.

¹³¹ Entrevista: Professor José Calasans Brandão da Silva, *Cadernos UFS: História*, São Cristóvão (UFS), n. 4, p. 7-10, 1997, p. 8.

No cenário político baiano, entre 1933 e 1937, justamente no período em que José Calasans se encontrava na Faculdade de Direito da Bahia, circulavam diversas ideologias, como o integralismo e o comunismo, que se confrontavam em acalorados discursos políticos promovidos por estudantes em instituições de ensino, por membros de associações e agremiações políticas. O contexto era propício para adesões.

Apesar da participação de José Calasans em eleições para o centro acadêmico, de exercer cargos na seção da província da Bahia, de participar de eventos em Salvador e em Aracaju, a sua atuação talvez esteja intimamente ligada ao entusiasmo da juventude, que contaminou vários colegas. O ideal nacionalista, a intensificação nas representações dos símbolos nacionais (Hino Nacional, Bandeira Nacional, heróis do passado que lutaram pelo engrandecimento da nação brasileira) promovidos pelo Governo Vargas contribuíram para disseminar esse sentimento na sociedade.

José Calasans, como outros estudantes da época, aderiu ao discurso nacionalista em razão dos motivos explicitados acima. Rompeu com o integralismo, quando este se tornou “*uma área muito violenta. Desisti, tempos depois, e nunca mais ingressei em partidos políticos*”¹³². No entanto, o ideal nacionalista permanecerá no seu pensamento, no seu trabalho historiográfico como será visto nos capítulos seguintes.

¹³² *A Tarde*, Salvador, 31 de maio de 1992, p. 12.

3. O HISTORIADOR E O FOLCLORISTA: UM RESUMO DA OBRA

“O principal legado que o mestre nos deixou foi este: para manter o que se sabe é necessário estudar o tempo todo”¹³³.

Luis Henrique Dias Tavares.

José Calasans renegou os estudos jurídicos, nos quais era formado, e passou a maior parte de seu tempo enveredando por dois caminhos completamente diversos ao do Direito: o da pesquisa histórica e o do estudo folclórico. Foi nesses dois campos do saber que ele adquiriu notoriedade, especialmente em alguns assuntos de ordem histórica e folclórica, como a Guerra de Canudos, escrevendo e publicando vários estudos. Nesse capítulo, analisar-se-ão a sua concepção de História e o tratamento que ele deu aos estudos folclóricos. Para isso, o capítulo foi dividido em duas partes. Na primeira, serão abordados os estudos de cunho fundamentalmente históricos. Na segunda, será analisada sua contribuição para os estudos folclóricos.

3.1. O ofício de historiador: autores, temas e a escrita da história

A Faculdade de Direito da Bahia teve uma importância substancial na formação de José Calasans. Foi estudar Direito e saiu com o espírito voltado para os assuntos de ordem histórica. Suas leituras acusavam-no. Diversos colegas comentavam a sua inclinação por outras leituras, especialmente livros de História e de Sociologia, obras que influenciaram o seu pensamento, a sua forma de entender e escrever ensaios históricos. A sua adesão ao integralismo e ao ideário nacionalista, por sua vez, em parte fruto daquelas leituras, exerceu um papel importante na sua obra, seja em seus estudos históricos ou folclóricos.

Oliveira Vianna e Alberto Torres, pensadores de discursos nacionalistas e principais estudiosos da realidade social brasileira nas primeiras décadas do século XX, foram

¹³³ *Entrevista com Luis Henrique Dias Tavares. Salvador, em 6 de maio de 2002.*

autores lidos com frequência, especialmente seus livros básicos naquele momento, *Evolução do povo brasileiro* e *O problema nacional brasileiro*, respectivamente¹³⁴.

Gilberto Freyre, em 1933, no seu livro *Casa Grande e Senzala*, introduziu o conceito de cultura no lugar do conceito de raça para interpretar o Brasil, inaugurando um novo olhar sobre a nossa formação social. Caio Prado Júnior, em 1933, em *Evolução Política do Brasil*, inovou os estudos e os ensaios sobre o Brasil, ao introduzir como referencial teórico de análise o materialismo histórico, estudando a formação brasileira a partir das bases materiais de existência. Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, produziu uma interpretação vigorosa da realidade brasileira, da sua formação e desenvolvimento das bases políticas, econômicas e culturais, uma obra “*que reúne e combina elementos retirados da história social, da antropologia, da sociologia, da etnologia e da psicologia*”¹³⁵.

A década de 1930 se constitui num momento importante de inflexão historiográfica. Os autores citados reabrem um novo debate sobre a história nacional, apresentando teses e modelos metodológicos que diferem da geração anterior, representada pelos historiadores e intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, especialmente Francisco Adolfo de Varnhagen, além de Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, dentre outros¹³⁶.

Momento de renovação da historiografia que José Calasans acompanhou, lendo as obras daqueles autores, todas elas publicadas durante o período em que era estudante de Direito. Além desses autores, figurava em seu rol de leituras *Um estadista do Império*, de Joaquim Nabuco¹³⁷. Euclides da Cunha, por sua vez, foi uma influência marcante. *Os Sertões*, obra lida na década de 1940, marcou a sua vida, guiando-o para o estudo da guerra de Canudos – mais adiante, discutir-se-á essa influência.

Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior faziam parte de suas leituras preferidas, mas não estabeleceram nenhuma influência no seu pensamento, na sua forma de escrever a história. Dos autores citados, dois realmente merecem destaque, pois, de alguma forma, exerceram uma influência na sua obra: Gilberto Freyre e Joaquim Nabuco. Sobre essa influência ele declarou:

¹³⁴ Oliveira Vianna, *Evolução do povo brasileiro*, op. cit.; Alberto Torres, *O problema nacional brasileiro*, op. cit.

¹³⁵ Carlos Guilherme Mota, A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica, *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 27, n. 5, p. 472-486, maio 1975, p. 477.

¹³⁶ Carlos Guilherme Mota, op. cit., p. 475.

¹³⁷ Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, 2 vol.

*Alguns livros marcaram profundamente minha formação. Os dois principais foram: “Um Estadista do Império” de Joaquim Nabuco, que será relançado numa edição muito rica, e “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freire. (...) Completei essa formação em História com “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda (livro da época de estudante) e com “A Formação Política do Brasil” de Caio Prado Júnior. Esses livros me encaminharam definitivamente para a História*¹³⁸.

Quando concluiu o curso de Direito e voltou para Aracaju, pensou em escrever uma história sobre a formação econômica do Estado de Sergipe, seguindo o exemplo de Gilberto Freyre. Ao estudo deu o título de “Currais e Engenho: a formação de Sergipe”, em que pretendia “*escrever sobre os primeiros currais sergipanos, sua expansão; posteriormente a formação dos engenhos, que mantiveram a vida econômica de Sergipe até a segunda República*”¹³⁹.

Começou a pesquisar, então, nos arquivos de Sergipe. Não obstante, não conseguiu realizar o trabalho em virtude da atividade docente nos colégios onde lecionava, o que inviabilizou a pesquisa que, pela amplitude temática, requeria uma significativa disponibilidade de tempo. Mesmo assim, aproveitou o material recolhido e publicou um artigo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, intitulado “Aspectos da formação sergipana: os franceses e a exploração do pau Brasil em Sergipe”. Nesse estudo, abordou as atividades comerciais e exploratórias na costa sergipana, bem como a mestiçagem estabelecida entre franceses e os tupinambás, que em Sergipe deixaram-se “*levar pelas imposições do sexo*”.

Aqui, mais uma vez, encontramos a influência de Gilberto Freyre, que em *Casa Grande e Senzala* estudou o intercuro sexual entre os portugueses e as índias: “*De acordo com o pensamento de Gilberto Freire os franceses deveriam ter, no Brasil, exercido influência de sangue e de cultura, no sentido sociológico da expressão*”¹⁴⁰. Em *Casa Grande e Senzala*, Freyre enalteceu a colonização portuguesa no Brasil, a bravura dos lusitanos que, numa terra estranha e diferente, conseguiram prosperar e criar uma sociedade onde as relações sociais, estabelecidas entre índios, negros e mulatos, eram muito mais amistosas que conflituosas¹⁴¹. José Calasans era partidário dessa interpretação.

¹³⁸ Neivalda Oliveira & Venética Rios, Entrevista: A Terra, o Homem e sua História (José Calasans Brandão da Silva), *op. cit.*, p. 273-274.

¹³⁹ Neivalda Oliveira & Venética Rios, *op. cit.*, p. 274.

¹⁴⁰ José Calasans, Aspectos da formação sergipana: os franceses e a exploração do pau Brasil em Sergipe, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. XI, n. 16, p. 7-13, 1942, p. 10.

¹⁴¹ Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala*, Rio de Janeiro, Record, 2002.

Identifica-se essa visão em um discurso que ele proferiu em Salvador, no dia 10 de junho de 1955, para um público de portugueses, no dia da raça. Elogiou, com uma postura romântica, a colonização portuguesa, o lusitano desbravador, o “mundo grandioso” que criou; enalteceu o papel da Bahia nos primeiros séculos da colonização: “*Cidade fiel as suas origens, orgulhosa de sua procedência, a Bahia não esquece a tarefa ciclópica que a valorosa gente lusitana aqui e além empreendeu*”¹⁴². Não mencionou a participação do índio e do negro na formação da sociedade brasileira, muito menos o extermínio dos indígenas e a escravidão. Talvez, por diplomacia, não tenha tocado na escravidão, mas o seu discurso segue a linha de pensamento de Gilberto Freyre.

Por sua vez, Joaquim Nabuco, grande pensador brasileiro do século XIX, exerceu uma influência significativa em José Calasans, na sua formação de historiador. De Gilberto Freyre, mais no campo das idéias, na interpretação do Brasil. De Joaquim Nabuco, da obra *Um estadista do Império*, publicado em 1890, absorveu o gosto pelas biografias de pessoas ilustres, de políticos, dos homens de letras:

*Joaquim Nabuco foi o meu escritor predileto em 1935 e “Um estadista do Império” meu livro de cabeceira. Li e reli, então, os trechos mais interessantes da grande obra. Gostei, principalmente, daqueles perfis políticos, que Nabuco traçou com perfeição de mestre. Veio-me, daí, o desejo de escrever também alguns perfis de homens públicos de minha terra*¹⁴³.

Essa postura combina com o jovem que sonhava em ingressar, desde cedo, na Academia Sergipana de Letras, que gostava de conversar e ouvir pessoas ilustres da vida intelectual sergipana e convivia com intelectuais e políticos em torno do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Essa influência de Joaquim Nabuco gerou uma particularidade investigativa na obra de José Calasans: a biografia histórica.

A biografia histórica, tão comum no século XIX, que contava a vida dos reis, príncipes, generais e papas, perdeu espaço na produção do conhecimento histórico na maior parte do século XX. Irmã da história política, de fundo positivista, tanto os Annales quanto o marxismo, a partir da década de 1930, relegaram a um segundo plano as biografias, as

¹⁴² José Calasans, *Dia da raça: discurso pronunciado em 10 de junho de 1955*, Bahia, Artes Gráficas, 1956, p. 8.

¹⁴³ José Calasans, *A última figura do Império*, *Correio de Aracaju*, Aracaju, 26 de fevereiro de 1942, p. 3.

histórias de vida, privilegiando as formações sociais, os aspectos econômicos e culturais numa perspectiva de uma história total¹⁴⁴.

José Calasans manteve essa particularidade ao longo da sua obra, do seu ofício de historiador. Tanto em Aracaju quanto em Salvador, escreveu e proferiu, constantemente, nas instituições culturais por onde passou, discursos sobre personalidades de destaque na política e na cultura. Em Aracaju, na década de 1940, escreveu periodicamente para o *Correio de Aracaju* uma seção denominada Temas de Ontem e de Hoje. Os assuntos e temas principais eram o folclore de Sergipe e biografias históricas (no momento, interessam as biografias dos homens ilustres que ele versou; no próximo item, trabalhar-se-á com o folclore).

Alguns anos antes de escrever a seção Temas de Ontem e de Hoje, naquele mesmo jornal, escreveu um esboço biográfico do Barão de Maroim, com sua trajetória política no Estado de Sergipe, onde exerceu várias vezes o cargo de deputado provincial e de senador do Império por mais de vinte anos, além de ter assumido provisoriamente a Presidência da província, e sobre as suas qualidades: “*Trabalhador e inculto, generoso e modesto, era assim o Borão*”¹⁴⁵.

Na seção Temas de Ontem e de Hoje, de 29 de janeiro de 1942, ele escreveu um pequeno artigo enaltecendo as raízes culturais de Sergipe e a memória de três figuras históricas, um “culto ao heroísmo” de Camerino, Fausto Cardoso e Salomão da Rocha. Sobre o heroísmo dos três, escreveu:

*Na pequena galeria dos nossos heróis, ele representa a bravura militar assim como Fausto, a coragem cívica. Eles dois e mais Salomão da Rocha são os únicos heróis populares. Outros existem sem dúvida alguma. Porém são eles três os conhecidos, os que o povo admira, os que são citados nos discursos, nas festas cívicas*¹⁴⁶.

Em 5 de fevereiro de 1942, escreveu outro artigo, dessa vez, direcionado ao Duque de Caxias. O artigo mostra o valor que o nacionalismo representava no seu pensamento. Abordou não a vida militar, mas a postura política de Duque de Caxias, que nas suas palavras era “*mais do que um símbolo de uma classe, porque a história de sua vida*

¹⁴⁴ Vavy Pacheco Borges, O historiador e seu personagem: algumas reflexões em torno da biografia, *Horizonte*, Bragança Paulista, v. 19, p. 1-10, jan./dez. 2001. Nas duas últimas décadas, o movimento de renovação historiográfica, tendo a França como centro desencadeador, reaproximou o historiador da biografia e da história política.

¹⁴⁵ José Calasans, O Barão, *Correio de Aracaju*, Aracaju, 20 de janeiro de 1937, p. 1.

¹⁴⁶ José Calasans, Temas de Ontem e de Hoje, *Correio de Aracaju*, Aracaju, 29 de janeiro de 1942, p. 3.

reflete também uma admirável ação política” cujo bom senso, calma, energia, moderação e generosidade eram os elementos chaves de sua bem sucedida prática política durante o Segundo Império¹⁴⁷.

Na Bahia, fez um discurso no dia 7 de abril de 1978, em homenagem a Álvaro Augusto da Silva, político, professor e educador, ex- diretor do Departamento de Educação do Estado da Bahia, em virtude do seu falecimento. Intelectual que se destacou em Salvador, foi membro do Instituto Genealógico da Bahia e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. O discurso foi pronunciado na sede do Instituto Genealógico da Bahia¹⁴⁸. Escreveu a biografia de Vital Henrique Batista Soares, ex-Governador da Bahia, na *Revista da Fundação Pedro Calmon*¹⁴⁹. Em 1984, escreveu uma série de pequenos artigos no jornal *A Tarde*, denominada Gente da Bahia, sobre personalidades ilustres do Estado. Em 1991, produziu sua maior biografia, dessa vez sobre Miguel Calmon Sobrinho, professor universitário, político e banqueiro, um dos principais presidentes do Banco Econômico da Bahia. Uma biografia vasta, que cobriu toda a vida pessoal e profissional do biografado¹⁵⁰.

Mas a sua produção historiográfica foi construída, fundamentalmente, na segunda fase de sua vida intelectual, em Salvador. Seu primeiro grande trabalho como historiador data de 1950, *O Ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, onde estudou a guerra de Canudos e seus principais personagens a partir da oralidade presente na memória coletiva do povo sergipano e baiano. Escreveu inúmeros ensaios sobre a guerra de Canudos, tornando-se o principal historiador a estudar a guerra e a saga de Antônio Conselheiro ao longo da segunda metade do século XX – abordar-se-á a sua contribuição para o estudo da guerra de Canudos no capítulo 5.

Escreveu alguns estudos sobre a Bahia no período colonial. Em *A Santidade de Jaguaripe*¹⁵¹, de 1952, trabalho escrito originalmente para ser apresentado no II Congresso de História da Bahia, José Calasans tem o mérito de ser um dos pioneiros “no estudo da Santidade de Jaguaripe”¹⁵². Com uma sólida bibliografia, baseada principalmente em obras dos cronistas coloniais e, em parte, na documentação do Santo Ofício, esse trabalho, que narra

¹⁴⁷ José Calasans, A lição de Caxias, *Correio de Aracaju*, Aracaju, 5 de janeiro de 1942, p. 2.

¹⁴⁸ José Calasans, Álvaro Augusto da Silva: discurso pronunciado em sessão do Instituto Genealógico da Bahia, a 7 de abril de 1978, *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 87, p. 71-81, 1978.

¹⁴⁹ José Calasans, Vital Henriques Batista Soares, 1874-1933: fases de uma biografia - a formação, *Revista da Fundação Pedro Calmon*, Salvador, ano 1, n. 1, p. 47-52, set. 1996.

¹⁵⁰ José Calasans, *Miguel Calmon Sobrinho e sua época, 1912-1967*, op. cit.

¹⁵¹ José Calasans, *A Santidade de Jaguaripe*, Bahia, Artes Gráficas, 1952, p. 10.

¹⁵² Ronaldo Vainfas, *A heresia os índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p. 219. O autor, inclusive, em reconhecimento, fez uma dedicatória ao mestre Calasans. Antes dele, Capistrano de Abreu já havia tocado no assunto.

a “*pitoresca história*” da santidade, difundiu com maior vigor o assunto no meio acadêmico, lançando luzes, abrindo caminhos para outros historiadores, a exemplo do livro de Ronaldo Vainfas, *A heresia dos índios*, publicado em 1995, quarenta e três anos depois. Em outras palavras, escreveu a primeira história moderna desse movimento religioso de caráter insurgente, de resistência ao domínio português, fundamentados em rituais idolátricos, promovido pelos Tupinambás do Recôncavo Baiano por volta da década de 1580, que unia elementos da sua cultura com a religiosidade cristã, que abalou a ordem e administração colonial, sendo destruída em 1585 e seus líderes investigados e perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, em 1591.

Escreveu *Bahia, primeira capital do Brasil (1549-1763)*, estudo sobre a formação e o desenvolvimento da capital da colônia portuguesa na América, abordando, sucintamente, a organização da defesa da cidade contra ataques estrangeiros e indígenas, a miscigenação entre as culturas, a administração política da colônia etc. No trabalho, há uma referência que remete à influência de Gilberto Freyre, quando afirmou que na Bahia, mesmo considerando o excesso da prática punitiva em relação aos negros, aconteceu “*a primeira experiência de democracia racial*”¹⁵³.

Na década de 1960, escreveu diversos trabalhos abordando a revolução de 1930. Em *A Revolução de 1930 na Bahia*, abordou o andamento do processo revolucionário no seu primeiro momento, de articulação e conspiração promovida pelos militares para derrubar o Governo de Washington Luis¹⁵⁴. Seguindo essa linha, em *A primeira conspiração no Norte: abril-maio, 1930*, abordou o andamento da conspiração tenentista no processo que iria desencadear na revolução de 1930, analisando o papel de Juarez Távora na articulação política do movimento¹⁵⁵.

Analisando sua obra no âmbito dos estudos históricos, destacam-se, assim, três tendências principais: uma para a biografia histórica, uma para a história política e uma para a história de Canudos. Na sua obra, a biografia histórica está entrelaçada à história política, uma vez que a maioria de seus trabalhos enquadrados na segunda temática são biografias de militares ou políticos. Essa veia pela história política vem, desde cedo, na época da adolescência, em Aracaju, quando se mantinha informado sobre os acontecimentos políticos

¹⁵³ José Calasans, *Bahia, primeira capital do Brasil (1549-1763)*, Salvador, Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1972. p. 8.

¹⁵⁴ José Calasans, *A revolução de 1930 na Bahia, Pôrto de Todos os Santos*: Revista do Departamento da Educação Superior e da Cultura, Salvador, ano 1, n. 1, p. 5-17, 1968.

¹⁵⁵ José Calasans, *A primeira fase da conspiração no Norte: abril-maio, 1930*, *Universitas*: Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia, Salvador, n. 5, p. 41-61, jan./abr 1970.

do país, lendo os jornais que o pai comprava: “*Quando adolescente me interessei muito por notícias políticas*”¹⁵⁶. E a guerra de Canudos foi o tema que guiou sua vida.

Apesar de ter recebido influências de alguns autores em seu pensamento, a exemplo de Gilberto Freyre, não há na obra de José Calasans um referencial teórico balizador, definido, de filiação a uma linha de pensamento ou a um grupo de historiadores, como se pode encontrar em Sérgio Buarque de Holanda que, para entender a realidade social brasileira em seus estudos, utilizou como referencial teórico Karl Marx, Georg Lukacs e, especialmente, Max Weber, apoiando-se nos “tipos idéias” weberianos para analisar a realidade histórica na dicotomia entre trabalho e aventura, o sementeiro e o ladrilhador, além do conceito patrimonialismo para descrever as relações políticas nas instâncias do poder¹⁵⁷. A sua formação é, fundamentalmente, nacional. Não seguiu nenhuma filosofia da História, nem referencial estrangeiro. Leu apenas autores nacionais, as obras de sua época para corroborar suas pesquisas, para atingir seus objetivos, não para seguir modelos. Como bem argumentou Eduardo Hoornaert, no livro *Os anjos de Canudos: uma revisão histórica*, Calasans foi um “apaixonado pelo fato em si (...) avesso às grandes teorias”¹⁵⁸.

Ligado à geração de historiadores como João da Silva Campos, João Ribeiro, Braz do Amaral, Alberto Silva, Luis Vianna Filho e Pedro Calmon, dentre outros autores citados com frequência em vários de seus trabalhos, teve sua formação fundamentada na tradição positivista, pelo fato de sua escrita da História se resumir basicamente na valorização da enumeração e do cruzamento cuidadoso de fontes para estudar os fatos históricos, para atingir a verdade histórica, dando pouca atenção às incursões interpretativas, permanecendo muito preso ao relato, à narrativa.

Duas características emergem, de modo geral, de sua obra. A primeira característica, *atingir a verdade histórica a partir do cruzamento de tipos diferentes de fontes*, é uma preocupação que pode ser identificada no artigo *Antônio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios*. Ao tratar da construção do Caminho da Santa Cruz, em Monte Santo, ele citou primeiramente o trabalho de Jota Sara, pseudônimo de José Aras, natural de Euclides da Cunha, conhecedor do universo cultural sertanejo, *História da guerra de Canudos*, que narra

¹⁵⁶ Neivalda Oliveira & Venética Rios, *op. cit.*, p. 270.

¹⁵⁷ Maria Odila Leite da Silva Dias, *Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda*, In: Antônio Cândido (org.), *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

¹⁵⁸ Eduardo Hoornaert, *Os anjos de Canudos: uma revisão histórica*, Petrópolis, Vozes, 1997, p. 93.

o episódio. O livro, folheto de cordel, foi construído a partir da tradição oral presente nas falas dos sertanejos da região nordeste da Bahia¹⁵⁹.

Para comprovar a sua informação, Calasans usou outra fonte, dessa vez escrita, uma matéria de um periódico baiano: “*A tradição oral recolhida por Jota Sara pode ser comprovada através da notícia enviada, em 1893, pelo correspondente do Diário de Notícias em Monte Santo, a propósito de Antônio Conselheiro*”.

Em outra passagem, Calasans não encontrou documentação para comprovar a informação de Jota Sara quanto à construção da Igreja de Esplanada. Sobre isso ele escreveu: “*Uma mera referência na poética de Jota Sara, no item anterior. Nada mais sabemos a tal respeito*”¹⁶⁰. Em outros trabalhos, como *Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico* e *Quase biografias de jagunços*, essa postura metodológica está mais flexível, não procura demasiadamente outras fontes para corroborar suas teses¹⁶¹.

A segunda característica, a *pouca atenção às incursões interpretativas a partir de referenciais teóricos*, é uma particularidade verificada, por exemplo, na sua obra *Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico*, trabalho apresentado no VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, evento ocorrido na Bahia, de 2 a 8 de setembro de 1973. No ensaio em apreço, Calasans produziu um estudo detalhado da comunidade de Canudos e de sua organização, abordando diversos assuntos como a economia e a infra-estrutura do arraial, o crescimento populacional, as rivalidades entre os comerciantes e as redes de poder etc. Em nenhum momento procurou fazer uma discussão a respeito da questão do messianismo, apesar de citar o trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O messianismo no Brasil e no mundo*, duas vezes¹⁶². Levando em consideração o próprio título do ensaio, caberia discutir pontos relativos ao messianismo, fazer uma discussão teórica em torno do tema Canudos com outros redutos religiosos, visto que o título indicava que a comunidade era um arraial com essa característica. Ele se resumiu a comparar apenas o arraial com Juazeiro do Padre Cícero e mostrar que Antônio Conselheiro não era um novo messias, como muitos acreditavam.

¹⁵⁹ Jota Sara, *História da guerra de Canudos*, Euclides da Cunha, [sem indicação de editora], 1963.

¹⁶⁰ José Calasans, *Antônio Conselheiro, Construtor de Igrejas e Cemitérios*, op. cit., p. 77 e 78, respectivamente.

¹⁶¹ José Calasans, *Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico*, op. cit.; e *Quase biografias de jagunços: o séquito de Antônio Conselheiro*, Salvador, Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1986.

¹⁶² Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O messianismo no Brasil e no mundo*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

Em alguns momentos, chega a aceitar a fonte sem fazer as críticas devidas. Quando cita a frase do Frei João Evangelista do Monte Marciano (capuchinho encarregado de dissolver a comunidade de Canudos, atendendo pedido do Governador da Bahia, Rodrigues Lima, via Arcebispado, para que a paz reinasse no interior da Bahia e a ordem da mão-de-obra nas fazendas fosse restabelecida)¹⁶³, de que em apenas duas horas observou a passagem de oitos enterros, ele não levantou a hipótese de que o clérigo pretendia com isso encontrar justificativas para uma reação por parte das autoridades, demonstrar que aquilo era um caos social¹⁶⁴.

Calasans, nessa postura, foi fiel à fonte: “a fonte fala por si só”. No trabalho *Bahia, primeira capital do Brasil (1549-1763)*, quando comentou as medidas punitivas promovidas pelos senhores aos negros, baseando-se nas fontes, disse que os registros dos cronistas e os documentos “*eram idôneos*”¹⁶⁵. Atribui um peso de verdade, de veracidade. Em outra oportunidade, quando se referiu à proximidade do centenário da cidade de Aracaju, 1955, chamando a atenção para as comemorações, ele estabeleceu o seu método de investigação:

*É mister estudar com carinho e critério científico, o passado aracajuano. O estudo da evolução de uma cidade não é tarefa que se possa executar em pequeno lapso de tempo. O assunto é dos que mais exigem trabalho de “equipe”, com pesquisas demoradas, sérias, divulgação e interpretação de documentos, ensaios lúcidos, pacientes e honestos, crítica construtiva*¹⁶⁶.

Vale ressaltar uma questão importante quanto ao tratamento das fontes na investigação histórica. Seu pensamento sugere que o historiador deve ter respeito, usar da honestidade no diálogo com as fontes, ou seja, ser fiel aos documentos. Quanto à crítica construtiva, sugere que o investigador seja imparcial, que não teça comentários além dos elementos explícitos contidos no documento. O critério científico, nesse caso, é o critério positivista.

O método de Calasans seria narrar o que aconteceu, promovendo o encadeamento de diversas fontes, usando quantas forem possíveis para atingir suas afirmações, prendendo-se

¹⁶³ Relatório apresentado pelo Revd. Frei João Evangelista do Monte Marciano ao Arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial de Canudos. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1987. p. 4. (Edição Facsimilada do original de 1895).

¹⁶⁴ José Calasans, *Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico*, op. cit.

¹⁶⁵ José Calasans, *Bahia, primeira capital do Brasil (1549-1763)*, op. cit., p. 8.

¹⁶⁶ José Calasans, O ensino público em Aracaju (1830-1871), *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. XV, n. 20, p. 96-120, 1949/1951, p. 96.

aos seus elementos explícitos, numa tentativa de transmitir veracidade. Renato Ferraz compara Calasans, nesse sentido, a Capistrano de Abreu: “*sua postura como historiador em nada difere da de Capistrano de Abreu na infatigável busca de documentação capaz de respaldar suas afirmações (...)*”¹⁶⁷.

A sua obra trouxe, fundamentalmente, três contribuições para a pesquisa na Bahia e no Brasil. A primeira foi a sua postura crítica, de cunho cientificista, diante das fontes, contribuindo significativamente para os estudos históricos na Bahia em um ponto: *ele foi o revelador de documentos*. A sua preocupação em cruzar as diversas fontes para comprovar “suas teses” levou-o a juntar uma quantidade enorme de documentos, recolhidos em diversos arquivos, que trouxeram novas luzes para a historiografia baiana, particularmente para o estudo da guerra de Canudos.

A segunda contribuição dada à historiografia baiana reside no fato de ele *ter chamado a atenção dos historiadores baianos a partir de suas pesquisas, na década de 1950 por diante, para os estudos regionais e locais*, tendo como foco a cultura do povo sertanejo, suas crenças, valores e tradições, estudar o sertão, enfim. Sobre isso ele comentou:

*Eu sempre achei que nós, historiadores, ficamos muita [sic] na capital. O congresso de 49 foi “capitalista”, só tratávamos sobre a capital. Os fortes, as ruas, as questões políticas... tudo era sobre Salvador. Quando muito, chegava-se ao Recôncavo, que, segundo os congressistas, dava e recebia da capital. Para esses historiadores, o sertão nem dava, nem recebe culturalmente nada. Além disso sempre achei muito importante se estudar a história local daqueles lugares não estudados. O sertão era um deles*¹⁶⁸.

No curso de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, a partir da década de 1960, percebe-se que as temáticas históricas e sociológicas invadem o interior da Bahia: Canudos, coronelismo, aspectos políticos e culturais da Chapada e do Recôncavo, dentre outros. Ele orientou e participou de diversas bancas, apontou temas e assuntos sobre o universo político, econômico e cultural sertanejo para a geração de historiadores que se formava, como os trabalhos de Lindinalva Simões, *As estradas de ferro do Recôncavo* (1970), de Consuelo Pondé de Sena, *Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano*:

¹⁶⁷ Renato Ferraz, O centenário do Belo Monte e algumas reflexões sobre ficção e história, *Revista USP*, São Paulo, n. 20, p. 83-87, 1993, p. 84.

¹⁶⁸ Neivalda Oliveira & Venética Rios, *op. cit.*, p. 279.

Itapicuru, 1830-1892 (1977), e de Cândido da Costa e Silva, *Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia* (1977)¹⁶⁹. José Calasans não foi o responsável por essa reorientação temática, mas, com certeza, contribuiu, para que ela se consolidasse.

Ademais, foi inovador, em outro sentido, como *valorizar a oralidade como fonte e objeto da História*, na década de 1950, postura não compartilhada pela ampla maioria dos historiadores da época. Essa postura, sua terceira contribuição para a pesquisa história no Brasil, é interessante porque os historiadores, preferencialmente, usavam as fontes oficiais, escritas, em detrimento de qualquer outra. As demais, se fossem usadas, serviriam apenas para acrescentar algo, algum detalhe ou pequenas informações, que não teriam o peso e a importância de um documento oficial. José Calasans, ao contrário, deu o mesmo peso às fontes orais. A sua obra, mescla fontes escritas e orais. Valorizando a oralidade e a memória, conseguiu construir uma história mais rica, uma vez que ele deu oportunidade, para que vozes, antes silenciadas, pudessem expressar suas versões, sem, contudo, deixá-las de articular, de fazer o confronto com as fontes escritas:

*Calasans aliou, de forma inovadora, a história oral à pesquisa rigorosa dos manuscritos e documentos. Fez de Canudos não apenas uma história a ser resgatada, mas antes um “mar de histórias”, contadas segundo diversas perspectivas. Deu aos relatos orais e populares a mesma importância que atribuía às interpretações impressas ou eruditas*¹⁷⁰.

Essa postura metodológica de valorizar a oralidade e a memória é uma influência direta das suas pesquisas sobre o folclore, desde os tempos de Aracaju, na década de 1940. E Calasans começou seus estudos, teve sua iniciação na pesquisa, primeiro no âmbito do folclore, antes de se enveredar pelos caminhos dos estudos históricos.

3.2. Os estudos folclóricos em Sergipe e na Bahia

José Calasans iniciou suas pesquisas no campo do folclore em Aracaju, na década de 1940, sob a influência do seu professor do Atheneu Pedro II (Atheneu Sergipense), Clodomir Silva, estudioso da cultura sergipana. Clodomir publicou, em 1926, um trabalho

¹⁶⁹ Universidade Federal da Bahia. Mestrado em Ciências Sociais (História e Sociologia). *Catálogo de Dissertações*. Salvador: Centro Editorial e Didático, 1995.

¹⁷⁰ Roberto Ventura, Um sertão não-euclidiano, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 de junho de 2001. Suplemento Mais!, p. 17.

sobre o folclore regional, intitulado *Minha Gente*, um retrato dos costumes e tradições sergipanas¹⁷¹. Esse livro, uma das suas leituras prediletas sobre Sergipe, marcou decisivamente o seu gosto pelo estudo da cultura:

*Clodomir Silva seria, sem dívida alguma, objeto especial de minhas memórias, se eu tivesse condições para escrever reminiscências. Depois do mestre, o livro. Foi em Minha Gente que iniciei a aprendizagem no campo do folclore. Lendo aquelas admiráveis páginas de literatura regional, viajei conhecimento com a poesia popular, com a linguagem do povo, com as credences, as superstições, os costumes da gente humilde do meu Sergipe*¹⁷².

Em 1976, em uma comunicação proferida no I Encontro Cultural de Laranjeiras, Calasans, ao fazer uma retrospectiva do estudo do folclore em Sergipe, lembrou e reforçou a importância de Clodomir Silva para os seus estudos folclóricos:

*Devemos a Clodomir Silva nosso interesse pelos estudos de Folclore. Foi ele quem nos fez conhecer e depois compreender a importância do povismo, expressão do seu especial agrado. Entramos em contacto com o saber do povo, ainda na adolescência, quando em suas aulas, com frequência, ouvimos exemplos colhidos nos adágios, no linguajar do povo, nos versos populares, nas estórias de Trancoso, nas conversas e usanças da gente sergipana, que ele tanto conhecia e amava*¹⁷³.

Além da influência direta de Clodomir Silva, os principais estudiosos da cultura brasileira que influenciaram José Calasans a enveredar pelo campo do folclore foram, especialmente, Sílvio Romero, Luis da Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. O primeiro, um dos principais estudiosos da cultura e da literatura brasileira, foi um dos fundadores dos estudos folclóricos no Brasil. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, que versa sobre os costumes, tradições e o linguajar do povo brasileiro, foi um dos principais trabalhos de Sílvio Romero que inspirou José Calasans¹⁷⁴. Luis da Câmara Cascudo e Gilberto Freyre, por sua vez, desenvolviam no início da década de 1940 estudos que versavam sobre o cancionário da cachaça, particularmente Câmara Cascudo.

¹⁷¹ Clodomir Silva, *Minha Gente (costumes de Sergipe)*, Rio de Janeiro, Editora Paulo Pongetti, 1926.

¹⁷² José Calasans, *Minha Gente*, *Revista de Aracaju*, Aracaju, ano 10, n. 7, p. 439-441, 1962, p. 440.

¹⁷³ José Calasans, Clodomir Silva e o folclore sergipano, *Cadernos Antônio Vianna*, Salvador, n. 4, p. 3-9, 1976.

¹⁷⁴ Sílvio Romero, *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1977.

O termo folclore foi utilizado pela primeira vez em 22 de agosto de 1846, na revista inglesa *The Athenaeum*, pelo arqueólogo William John Thoms: Folk-lore¹⁷⁵. Na Europa, a preocupação com os aspectos culturais das camadas populares só dá no final do século XVIII e no início do século XX, no momento de consolidação dos Estados nacionais, quando a cultura popular foi identificada pelos eruditos como fragmentos do passado, “*os costumes eram vistos como relíquias de uma antiguidade remota e perdida, como ruínas desmoronadas de fortificações e povoados antigos (...)*”, cabendo aos folcloristas descreverem os costumes, para que eles não se perdessem com o tempo, como bem salientou o historiador britânico Edward P. Thompson¹⁷⁶. Os folcloristas temiam, na verdade, que os ritos, as tradições e os costumes esvaecessem com a “vida moderna” advinda da revolução industrial, como apontou Nestor Garcia Canclini, em *Culturas híbridas*:

*Os precursores do folclore viam com nostalgia que diminuía o papel da transmissão oral frente à leitura de jornais e livros; as crenças construídas por comunidades antigas em busca de pactos simbólicos com a natureza se perdiam quando a tecnologia lhes ensinava a dominar essas forças*¹⁷⁷.

Renato Ortiz, por sua vez, em *Cultura popular: românticos e folcloristas*, identificou que o estudo da cultura popular nasceu com o movimento romântico para depois se inserir nas preocupações dos folcloristas europeus do século XIX. O objetivo fundamental dos folcloristas, como “*amantes de uma estética do passado*” era, sobretudo, resgatar as particularidades culturais das camadas populares, identificadas com tradições que mereciam ser preservadas¹⁷⁸.

No tocante à América Latina, Nestor Garcia Canclini percebeu que o campo de estudo do folclore se estruturou na mesma perspectiva dos estudos europeus, na esteira do romantismo e do nacionalismo:

(...) grande parte dos estudos folclóricos nasceu na América Latina graças aos mesmos impulsos que os originaram na Europa. De um lado, a necessidade de

¹⁷⁵ *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, ano 34, v. 68, n. 2, p. 10, ago. 1966.

¹⁷⁶ E. P. Thompson, Folclore, Antropologia e História Social, In: *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*, Campinas, Editora da Unicamp, 2001, p. 231. Sobre o advento do folclore na Europa ver a obra de Peter Burke, *Cultura popular na Idade Moderna*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

¹⁷⁷ Nestor Garcia Canclini, *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 209.

¹⁷⁸ Renato Ortiz, *Cultura popular: românticos e folcloristas*, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1985, p. 29.

*arraigar a formação de novas nações na identidade de seu passado; de outro, a inclinação romântica de resgatar os sentimentos populares frente ao iluminismo e ao cosmopolitismo liberal*¹⁷⁹.

No Brasil, os folcloristas foram os primeiros estudiosos a pensar a contribuição das camadas populares, predominantemente rural, para a cultura brasileira. Nesse percurso inicial, destacam-se no século XIX os pioneiros: Celso Tertuliano da Cunha Magalhães, maranhense, considerado um dos principais precursores da pesquisa da cultura popular¹⁸⁰ e o sergipano Silvio Romero, um dos principais intelectuais brasileiros da época.

No século XX, os estudos folclóricos ganham espaço no universo intelectual. Luis da Câmara Cascudo, Leonardo Mota, Théo Brandão, Manuel Diegues Júnior, Cecília Meireles, Edison Carneiro e Renato Almeida são os nomes mais representativos do movimento folclórico brasileiro. Luís Rodolfo Vilhena, em estudo sobre o folclore no Brasil, *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*, apontou o baiano Renato Almeida, musicólogo e folclorista, como um dos principais líderes do movimento folclórico no Brasil.

O estudo e a pesquisa da cultura popular também ganharam espaço nas instituições do poder através de órgãos e centros culturais, interessados em difundir o ideal nacionalista, ou seja, buscava-se na cultura popular “*as raízes autênticas e genuínas que permitiriam definir*” a “*cultura nacional*” brasileira¹⁸¹. Nessa perspectiva, em 1947, Renato Almeida fundou a Comissão Nacional do Folclore, uma instituição para-estatal ligada ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. Mais tarde, ao lado de Manuel Diegues Júnior e Joaquim Ribeiro, ajudou a criar um órgão federal, ligado ao Ministério da Educação e Cultura, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, criada pelo Decreto n.º 43.178, de 5 de fevereiro de 1958, da qual foi diretor-executivo durante as décadas de 1960 e 1970¹⁸². Ele foi uma figura importante para o movimento folclórico, pois, como bem afirmou José Calasans, alcançou “*um milagre de reunir folcloristas de todos os estados do Brasil. Os congressos de*

¹⁷⁹ Nestor Garcia Canclini, *op. cit.*, p. 211.

¹⁸⁰ José Calasans, Celso Magalhães e o folclore baiano, *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, n. 3, p. 31-34, jan./jun. 1969.

¹⁸¹ Luís Rodolfo Vilhena, *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 25.

¹⁸² Maria de Lourdes Borges Ribeiro, Defesa e preservação do folclore brasileiro, *Cultura*, Brasília, ano 3, n. 12, p. 54-64, jan./mar. 1974, p. 61.

*folclore que ele coordenou foram realmente nacionais e permitiu aos pesquisadores de estados diferentes um contato muito útil*¹⁸³.

Diversos intelectuais e pesquisadores de várias partes do país, em torno das revistas desses órgãos, *Revista Brasileira de Cultura* e a *Revista Brasileira de Folclore*, especialmente, foram convocados para contribuir para o conhecimento e o engrandecimento da cultura nacional, de criar uma imagem de um Brasil múltiplo, mas uno em sua essência: “*O movimento folclórico irá convocar os intelectuais dos institutos e academias locais para construir uma imagem da nação unificada mas que, por outro lado, confira ao regional um lugar de destaque*”¹⁸⁴. Em outras palavras, a finalidade do movimento folclórico estava intrinsecamente ligada aos objetivos das autoridades políticas dos poderes executivos estadual e federal de estabelecer parâmetros culturais que pudessem ser identificados como de caráter nacional, o objetivo era, antes de tudo, definir “*a identidade nacional*”¹⁸⁵.

O estudo do popular nasceu, assim, também no Brasil, com os folcloristas. Na sua essência, a noção de cultura popular guardou uma base conservadora. O popular era identificado com o passado, depositário de tradições e costumes que mereciam ser preservados. Os folcloristas, nesse período, faziam parte de um movimento que entendia os aspectos da cultura brasileira como algo a ser preservado, em razão do avanço dos perigos da modernidade: preservar os aspectos culturais na sua pureza original, os costumes, as danças, as falas, justamente no momento de definição de uma identidade nacional.

A participação de José Calasans no movimento folclórico insere-se nessa perspectiva. A sua primeira atividade de pesquisa em relação ao folclore foi estudar o cancionário popular do açúcar e da cachaça na população aracajuana. Os primeiros artigos de José Calasans publicados sobre o folclore datam de 1942. Na sessão do jornal *Correio de Aracaju*, *Temas de Ontem e de Hoje*, escreveu diversos artigos abordando o folclore em Sergipe.

Um dos primeiros trabalhos foi *O folclore do açúcar em Sergipe*, publicado em 12 de fevereiro de 1942, em que ele convocou os pesquisadores de sua geração, Garcia Moreno, Mário Cabral, Franco Freire e Orlando Dantas, dentre outros, para estudarem o folclore da cana-de-açúcar. No artigo, faz um breve comentário da importância do açúcar para o “*panorama cultural de Sergipe*”, registrando algumas pequenas quadrinhas recolhidas entre

¹⁸³ Entrevista: José Calasans, *Exu*, ano V, n. 30, p. 3-7, nov./dez. 1992, p. 4.

¹⁸⁴ Luís Rodolfo Vilhena, *op. cit.*, p. 263.

¹⁸⁵ Luís Rodolfo Vilhena, *op. cit.*, p. 254.

o povo sobre a formação e manutenção da lavoura açucareira no Estado. Na elaboração do artigo, pode-se perceber a influência de Gilberto Freyre, da leitura de *Casa Grande e Senzala*, quando afirmou que Sergipe foi “*uma das regiões profundamente marcadas pelo tipo de civilização que a cana de açúcar criou no nordeste brasileiro*”¹⁸⁶.

Em relação ao cancioneiro histórico da cachaça escreveu, em 1943, o artigo *Aspectos folclóricos da cachaça*, no qual mostrou quadrinhas e versos retirados da oralidade popular que versavam sobre diversas questões, tais como o ritual de cachaceiros, as estórias de bêbados, o valor medicinal e as crendices em torno da “branquinha”. O material para escrever o artigo, José Calasans encontrou entre os estivadores do porto de Aracaju ao lado de Garcia Moreno, que, por sua vez, pesquisava sobre a maconha¹⁸⁷. Esse estudo mereceu uma resenha de Sodrê Vianna, que afirmou: “*o professor José Calasans, de Aracaju, vem se juntar ao grupo dos que andam recolhendo e amontoando achegas para uma obra que de certo se escreverá no futuro: o estudo do folclore da cachaça*”¹⁸⁸.

Em 1943, em *Subsídios para o cancioneiro histórico de Sergipe*, José Calasans fez um ligeiro balanço da poesia poética de cunho político no Estado de Sergipe, comentando a obra de diversos autores como Manuel Passos, Clodomir Silva e Enoque Santiago.

Em 1951, morando em Salvador, publicou o seu principal trabalho no campo do folclore, *Cachaça, moça branca*. Esse estudo, uma continuação ampliada do seu artigo *Aspectos folclóricos da cachaça*, constitui-se numa obra-síntese do cancioneiro, concernente aos elementos e aspectos folclóricos ligados à cachaça.

Além de utilizar expressões verbais recolhidas entre os “bebedores” de Aracaju e da Bahia, Calasans se cercou de uma riquíssima bibliografia sobre o assunto, citando trabalhos de folcloristas de diversas partes do país¹⁸⁹. O trabalho contém versos e quadrinhas de várias partes do Brasil, formando um quadro-síntese nacional do cancioneiro da cachaça. Percorreu todo o universo que circunda o “*folclore do aguardentismo*”, como o culto e o

¹⁸⁶ José Calasans, “O folclore do açúcar em Sergipe”, *Correio de Aracaju*, Aracaju, 12 de fev. de 1942, p. 3. Escreveu no *Correio de Aracaju*, naquela mesma secção, “A influência baiana no folclore” (19 de fev. de 1942) e “O folclore da formação de Aracaju” (23 de abr. de 1942). Apesar de não ter citado nesses primeiros artigos os trabalhos de Gilberto Freyre sobre o cancioneiro do açúcar, provavelmente José Calasans conhecia alguns estudos do sociólogo pernambucano sobre essa temática. Ver Gilberto Freyre, *Nordeste: aspectos da influência da canna sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1937; e *Assucar: algumas receitas de doces e bolos dos engenhos do nordeste*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1939.

¹⁸⁷ José Calasans, Aspectos folclóricos da cachaça, *Revista de Aracaju*, Aracaju, ano I, n. 1, p. 89-107, 1943. Nesse estudo, a principal influência veio do artigo de Luís da Câmara Cascudo, *Folk-lore da Cachaça*. Cf. p. 107.

¹⁸⁸ Sodrê Vianna, Aspectos folclóricos da cachaça, *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, ano 12, v. 23, n. 3, p. 260-261, mar. 1944, p. 260.

¹⁸⁹ José Calasans, *Cachaça, moça branca: um estudo de folclore*, Bahia, Artes Gráficas, 1951.

elogio da bebida, os ditados, o ritual dos bebedores, a relação da cachaça com a alimentação, o poder de operar milagres etc. O final da obra traz uma relação significativa, um glossário de A a Z, com marcas de aguardente encontradas em vários pontos do país, além de um rico vocabulário de termos utilizados no trabalho, usados na linguagem popular¹⁹⁰. O jornalista Raymundo Souza Dantas, em resenha que fez do livro, destacou com precisão a contribuição da obra para os estudos folclóricos da cachaça:

Fez, aquele homem de estudos, longa e sistemática coleta de dados que continua como a mais vasta e rica, podendo se dizer que pouco ou quase nada se tem compilado no País, sobre o assunto, com a importância do que recolheu José Calazans. (...) Esse seu trabalho feito na base de peças colhidas em todo o País, apresenta uma contribuição inestimável sobre o populário da cachaça sergipana, sendo talvez, nesse particular, o mais completo, entre os que se conhece, publicados antes e depois do aparecimento de “Cachaça, Moça Branca”¹⁹¹.

Cachaça, moça branca, serviu, sobretudo, para projetar José Calasans no cenário nacional entre os estudiosos do folclore, espaço que ele já vinha, na verdade, conquistando aos poucos, em contatos com folcloristas e se integrando a associações ou órgãos de estudo do folclore.

Quando chegou a Salvador, fez parte da Comissão Baiana de Folclore, a convite do folclorista Antônio Vianna, exercendo, inclusive, o cargo de Secretário Geral, de 1956 a 1962. Em 1949, foi acolhido como membro titular da Sociedade Brasileira de Folclore. Em 1950, foi escolhido pelo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) para fazer parte da Comissão Organizadora do I Congresso Brasileiro de Folclore, que se realizou, no ano seguinte, no Rio de Janeiro (inclusive, a organização de tal evento partiu de uma sugestão de José Calasans¹⁹²). Na ocasião, apresentou seu trabalho *Cachaça, moça branca*.

A partir desse momento, José Calasans passou a ser uma figura conhecida; ampliou seus contatos com o grupo de pesquisadores e passou a ter acesso livre nos órgãos

¹⁹⁰ Sobre o cancionário da cachaça vale a pena ver os seguintes trabalhos: Luís da Câmara Cascudo, *Prelúdio da cachaça: etnografia, história e sociologia da aguardente no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1968; e Mário Souto Maior, *Cachaça: história, humor, medicina empírica, proibições, religião, serenata, sinonímia, sociologia e outros aspectos da aguardente no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1971.

¹⁹¹ Raymundo Souza Dantas, *Cancioneiro da cachaça, Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, ano 10, v. 19, n. 5, p. 122-123, ago. 1972, p. 122-123.

¹⁹² *Anais do VIII Congresso Brasileiro de Folclore*. Rio de Janeiro, Unesco/Comissão Nacional de Folclore, 1999, p. 29. O Congresso foi realizado em Salvador, em 1995.

federais de proteção e preservação do folclore, como a Comissão Nacional de Folclore e a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Em 1957, presidiu a comissão que organizou o III Congresso Brasileiro de Folclore, realizado em Salvador. No ano seguinte, representou a Comissão Nacional de Folclore em Portugal, na cidade do Porto, quando participou do Colóquio de Estudos Etnográficos Dr. José Leite de Vasconcelos. Em 1973, passou a ser Membro da Comissão Consultiva do Folclore do MEC, participando ativamente das propostas desse ministério na efetivação de planos nacionais no âmbito da pesquisa folclórica no país¹⁹³. No VIII Congresso Brasileiro de Folclore, em 1995, realizado novamente em Salvador, em homenagem ao centenário de nascimento de Renato Almeida, foi o Orador Oficial do evento¹⁹⁴.

Além de *Cachaça, moça branca*, em *Folclore Geo-Histórico da Bahia e seu Recôncavo* (trabalho publicado em 1972, fruto de uma pesquisa financiada pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e pela UFBA, sob a direção de José Calasans) escreveu um bom estudo sobre o Recôncavo, abordando os aspectos políticos, sociais e culturais dessa região da Bahia, especialmente a análise que fez do culto a São Tomé e à figura de Caramuru, das histórias e lendas em torno das igrejas e dos santos, bem como do romanceiro político ligado à Independência da Bahia¹⁹⁵.

Assim, foi na Bahia que José Calasans conquistou seu espaço no movimento folclórico brasileiro, ao lado de Frederico Edelweiss, Antônio Vianna, Hildegardes Vianna (filha do primeiro), Mário Cabral, Plínio de Almeida, Antônio Monteiro etc¹⁹⁶. Emergiu justamente no momento em que o Estado, nas décadas de 1950 e 1960, intensificou a preocupação com a preservação e divulgação da cultura brasileira, com o objetivo de fortalecer a idéia de uma identidade nacional para enfrentar os valores culturais estrangeiros

¹⁹³ Arquivo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Pasta do Professor José Calasans. Assunto: Afastamentos.

¹⁹⁴ Arquivo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Pasta do Professor José Calasans. Curriculum Vitae.

¹⁹⁵ José Calasans, *Folclore geo-histórico da Bahia e seu recôncavo*, Rio de Janeiro, MEC, 1972, 151 p. (Essa edição foi acrescida de dois trabalhos dos seguintes pesquisadores: Júlio Santana Braga e Maria Antonieta de Campos Tourinho). Além desse trabalho, escreveu alguns artigos em revistas locais, tais como: Vale Cabral e o folclore brasileiro, *Revista da Bahia*, Salvador, ano I, n. 1, p. 37-46, out. 1960; Celso Magalhães e o folclore baiano, *Revista de Cultura da Bahia*, op. cit.; Edson Carneiro e o folclore baiano, *Centro de Estudos Afro-Orientais*, Salvador, n. 7, p. 1-12, dez. 1980; Primeiros estudos de folclore na Bahia, *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 36, p. 117-123, jan. 1990.

¹⁹⁶ Ver, por exemplo, os trabalhos de alguns folcloristas baianos: Frederico Edelweiss, *Apontamentos de folclore*, Salvador, Edufba, 2001; Hildegardes Vianna, *Breve notícia sobre acontecimentos da Bahia no início do século XX*, Centro de Estudos Baianos Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1983 (n. 99); Hildegardes Vianna, *Folclore brasileiro*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/FUNARTE, s.d.

que se infiltravam no país, como apontou Renato Ortiz, que estudou a relação do Estado com os intelectuais nos projetos de política cultural:

O Estado, assumindo o argumento da unidade na diversidade, torna-se brasileiro e nacional, ele ocupa uma posição de neutralidade, e sua função é simplesmente salvaguardar uma identidade que se encontra definida pela história. O Estado aparece, assim, como guardião da memória nacional e da mesma forma que defende o território nacional contra as possíveis invasões estrangeiras preserva contra a descaracterização das importações ou das distorções dos pensamentos autóctones desviantes. Cultura brasileira significa neste sentido “segurança e defesa” dos bens que integram o patrimônio histórico¹⁹⁷.

José Calasans insere-se no bloco de estudiosos que se preocupavam em analisar o nacional a partir do folclore regional, visto como algo tradicional, que precisava ser conservado como expressão da nacionalidade brasileira:

Popular significava tradicional, e se identifica com as manifestações culturais das classes populares, que em princípio preservariam uma cultura “milénar”, romanticamente idealizada pelos folcloristas. Dentro dessa perspectiva, o popular é visto como objeto que deve ser conservado em museus, livros e casas de cultura, alimentando o saber nostálgico dos intelectuais tradicionais¹⁹⁸.

Os estudos sobre folclore que José Calasans escreveu inserem-se nessa postura mencionada por Renato Ortiz. Em outras palavras, a orientação teórica de Calasans nos estudos sobre folclore está ligada a esse movimento de cunho nacional institucionalizado, que refletia, na sua essência, uma preocupação em formar uma identidade nacional brasileira.

¹⁹⁷ Renato Ortiz, *Cultura brasileira e identidade nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 100.

¹⁹⁸ Renato Ortiz, *A moderna tradição brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 160.

PARTE 2

4. NOVAS FONTES E ABORDAGENS PARA A HISTÓRIA DE CANUDOS

“Confesso que a história contada pelos sertanejos era mais convincente, tinha outro sabor e era totalmente diversa... Logicamente respeito muito a obra de Euclides da Cunha, mas, acredito fielmente que paralelamente precisamos de outras alternativas... minha empreitada então passou a ser esta...”¹⁹⁹.

José Calasans.

4.1. Oralidade e memória na historiografia de Canudos

José Calasans teve uma participação fundamental na historiografia concernente a Canudos e a vida e obra de Antônio Conselheiro. Além dos documentos tradicionais aceitos pelos eruditos e pesquisadores, fontes escritas de ordem diversas, Calasans utilizou o testemunho oral para reconstruir a história de Canudos, *“iniciou uma tradição de recuperar os fatos a partir da história oral de uma comunidade”²⁰⁰.*

José Calasans, no artigo *Canudos não euclidiano*, afirmou que tudo isso começou a partir de 1950, quando uma nova fase na historiografia de Canudos despontou, uma renovação nos estudos, que começou aos poucos a se manter distante da interpretação euclidiana²⁰¹.

A historiografia de Canudos, até esse momento, estava marcada pela visão de autores que participaram do conflito, direta ou indiretamente. Em outras palavras, o primeiro momento da historiografia de Canudos é marcado especialmente por autores que participaram da campanha de Canudos ou por aqueles que não seguiram para o palco do conflito, mas foram contemporâneos ao evento.

¹⁹⁹ José Carlos Sebe Bom Meihy, “Meu empenho foi ser o tradutor do universo sertanejo”, *op. cit.*, p. 25.

²⁰⁰ Jotabê Medeiros, “Calasans foi o primeiro a ouvir o lamento do sertão”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 de junho de 2001. Caderno 2/Cultura, p. D8.

²⁰¹ José Calasans, “Canudos não euclidiano: fase anterior ao início da Guerra do Conselheiro”, In: SAMPAIO NETO, José Augusto et al. (orgs). *Canudos: subsídios para a sua reavaliação histórica*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Ruy Barbosa, 1986, p. 1-21.

Dividiu-se em dois blocos: as testemunhas oculares e os contemporâneos. O primeiro bloco é formado especialmente por militares e civis que serviram ao Exército durante a guerra, e jornalistas. O segundo, formado por intelectuais e políticos.

Um dos primeiros trabalhos sobre os acontecimentos em Canudos foi o de Nina Rodrigues, *A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os jagunços*. Esse “autor contemporâneo” construiu uma imagem negativa de Antônio Conselheiro. Influenciado pelo pensamento científico europeu, que analisava os comportamentos sociais dos indivíduos à luz de determinadas características físicas preconizadas por teorias raciológicas (Lombroso, Tanzi, Magnan, Gabineau, Gustave Le Bon), que viam especialmente nos mestiços elementos de degeneração mental, portadores hereditários de crime e loucura, Nina Rodrigues sentenciou: “*Antônio Conselheiro é seguramente um simples louco*”²⁰²; uma loucura gerada pelo meio étnico e social em que ele cresceu, acelerada pelas desventuras durante a sua infância e a idade adulta (órfão de mãe aos 6 anos, morte do pai aos 25 anos, traição da esposa, falência da sua casa comercial, mudanças periódicas de emprego e de cidades). Nina Rodrigues afirmou que ele sofria de um *delírio chronico*, de uma *psychose systematica progressiva* que desencadeou e afetou a população sertaneja. A transmissão desses distúrbios mentais, a loucura, foi favorecida porque essas pessoas estavam em um estágio sociológico inferior, tinham “*um espírito infantil e inculto (...)*”²⁰³.

O político e jornalista Cesar Zama foi outro contemporâneo do evento. Em *Libelo republicano acompanhado de comentário sobre a campanha de Canudos*, de 1899, César Zama teceu severas críticas às autoridades do regime republicano, tanto no âmbito federal quanto estadual. Culpou o jogo e as disputas políticas pelo controle de zonas eleitorais no interior da Bahia de terem causado a guerra de Canudos, que para ele foi “*o requinte da perversidade humana*”²⁰⁴. Criticou e denunciou veementemente a degola dos conselheiristas: “*Nos annaes da historia, ainda nos tempos de maior barbaria não se registra atrocidade semelhante*”²⁰⁵.

Para Cesar Zama, a atitude das autoridades republicanas não se justificava, visto que Canudos nada mais era do que simplesmente uma comunidade pobre do interior da Bahia

²⁰² Nina Rodrigues, *As colectividades anormaes*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1939, p. 52. O artigo foi publicado em novembro de 1897, na *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, ano III, tomo XII, fasc. 69.

²⁰³ Nina Rodrigues, *op. cit.*, p. 76.

²⁰⁴ Cesar Zama, *Libelo republicano acompanhado de comentário sobre a campanha de Canudos*, Salvador, Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1989, p. 23. (Edição facsimilada).

²⁰⁵ Cesar Zama, *op. cit.*, p. 38.

como outra qualquer e não representava nenhum perigo para a República. Os bandidos eram os degoladores e não os jagunços.

Apesar de seu repúdio aos acontecimentos de Canudos patrocinados e legitimados pelos políticos, Cesar Zama, como um intelectual urbano, portador de um ideal de civilidade, escreveu frases que soam pejorativamente, quando se refere aos sertanejos, vistos como “*Rudes, ignorantes, fanáticos talvez pelo seu chefe (...)*”, “*N’esse vasto recinto de sertanejos ignorantes e rudes (...)*” ou que Antônio Conselheiro “*(...) não passa de um infeliz tenebroso (...)*”²⁰⁶.

Em outra passagem, minimizou o perfil psicológico de Antônio Conselheiro, de fanático para um simples crente, mas não nega taxativamente o seu fanatismo ou o seu desequilíbrio mental: “*Antônio Conselheiro era um desequilibrado, um fanático, dizem; mas não servia aos partidos: nós o temos na conta de um crente, cujo espírito vivia em um sonho perenne entre os labores da terra e as esperanças de céu: trabalhava, orava e predicava*”²⁰⁷.

Aristides Milton, político e escritor baiano, mais um contemporâneo do evento, em *A Campanha de Canudos*, de 1901, defendeu em suas páginas a República que, segundo ele, agiu coerentemente para restabelecer a paz e a ordem institucional que estava ameaçada por um grupo de desordeiros e criminosos que convergiam em direção a Canudos: “*Contribuia também para aumentar a população do arraial a grande leva criminosa, que se lhe vinham incorporar, persuadidos de que por esse modo evitavam a punição de seus delictos (...)*”²⁰⁸. Influenciado pelas idéias e interpretações de Nina Rodrigues, Aristides A. Milton escreveu que Antônio Conselheiro era “*(...) um homem allucinado pela doutrina religiosa, que elle mesmo creara (...)*”, que “*(...) não passava de um louco, de um sonhador das cousas do céu*”²⁰⁹.

As testemunhas oculares, por sua vez, legaram também para a posteridade suas opiniões e conclusões acerca do conflito, visões imprescindíveis, no conjunto da historiografia de Canudos, do ponto de vista informativo, para entender a história de Antônio Conselheiro, os principais aspectos da guerra e os seus desdobramentos. Para completar esse esboço historiográfico, três obras se destacam: *O rei dos jagunços* (1899), de Manoel Benício;

²⁰⁶ *Ibid.*, p. 24, 53 e 55, respectivamente.

²⁰⁷ Cesar Zama, *op. cit.*, p. 57.

²⁰⁸ Aristides A. Milton, *A Campanha de Canudos*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1979, p. 7. (Edição facsimilada).

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 5 e 6, respectivamente.

Descrição de uma viagem a Canudos (1899), de Alvim M. Horcades; e *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha²¹⁰.

Manoel Benício, militar [capitão], jornalista pernambucano “*radicado em Niterói*”, participou da campanha de Canudos como correspondente do *Jornal do Comércio* (RJ)²¹¹. Em 1899, escreveu *O rei dos jagunços*, livro que trouxe importantes informações acerca da organização social da comunidade de Canudos, descrevendo a construção e disposição das casas, das ruas, as principais culturas plantadas às margens do rio, o trabalho feminino, o comércio local onde se destacava “(...) *o de couros, especialmente de bode e carneiro, que abundavam como peste pelas caatingas*”²¹². Denunciou, também, as atrocidades cometidas pelo Exército, como a carnificina provocada pelos bombardeios e incêndios e a degola dos conselheiristas: “*Entretanto que a ferocidade dos jagunços era quente, produzida pelas balas, pela pólvora, pela mornidão do sangue, no meio do combate, e não a ferocidade fria de degoladores*”, as plantações “*foram incendiadas, as casas derruídas com os jagunços dentro. O perfume podre dos cadáveres insepultos, que alastravam o arraial há dias, fora abafado pelo cheiro de carne assada que tresandava das fogueiras*”²¹³.

Por outro lado, ele não fugia à regra da época, uma vez que os intelectuais ou os letrados das cidades dicotomizavam a cultura nacional em uma superior e civilizada (urbana) e outra atrasada e inculta (rural). Os jagunços “*eram negros e mestiços fulos*”²¹⁴; os sertanejos, de modo geral, eram rudes, ignorantes e incultos, como assim o era Antônio Conselheiro, segundo Benício.

Alvim Martins Horcades, estudante de Medicina que prestou serviços ao Exército durante a 4ª Expedição na condição de auxiliar médico do hospital de sangue, escreveu, em 1899, *Descrição de uma viagem a Canudos*, um bom trabalho sobre a guerra, em que evidencia toda a sua oposição e o seu repúdio à degola: “*Em Canudos foram degolados quasi todos os prisioneiros*” e, logo em seguida, seus corpos eram “*(...) empilhados e sobre elles collocava-se grande quantidade de lenha e então terrível fumaça espalhava-se por todo o*

²¹⁰ Além dessas obras, ver os seguintes livros, publicados por militares participantes da guerra: A. Constantino Nery, *A Quarta Expedição contra Canudos*, Pará, Typ. de Pinto Barbosa, 1898; Emidio Dantas Barreto, *Última expedição a Canudos*, Porto Alegre, Franco e Irmãos Editores, 1898; Favila Nunes, *Guerra de Canudos: narrativa histórica*, Rio de Janeiro, Typ. Moraes, 1898 (participou na condição de jornalista); Henrique Duque Estrada de Macedo Soares, *A Guerra de Canudos*, Rio de Janeiro, Typ. Altina, 1902.

²¹¹ Cf. Walnice N. Galvão, *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais, 4 expedição*, São Paulo, Ática, 1994, p. 109-117.

²¹² Manoel Benício, *O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 89.

²¹³ *Ibid.*, p. 210 e 214, respectivamente.

²¹⁴ *Ibid.*, p. 180.

*acampamento (...)*²¹⁵. Era uma obrigação moral, como ele mesmo chega a dizer, denunciar para a posteridade tais crimes, devidamente autorizados por iniciativa do General Artur Oscar, chefe da 4ª Expedição, sem que o Presidente Prudente de Moraes, entretanto, segundo Horcades, tivesse nenhum envolvimento²¹⁶. Horcades foi contra a degola, mas a favor da defesa da República e da ação do Exército em dispersar e acabar com o núcleo formado por “irmãos degenerados (...) e desvairados” na sua imensa maioria “assassinos e ladrões” chefiados por “um maniaco-bandido”²¹⁷.

De todas as testemunhas oculares, Euclides da Cunha é o grande nome, devido ao grande sucesso do livro *Os Sertões*²¹⁸. Durante a guerra, Euclides foi correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*. Chamou sua obra de “livro vingador”, uma clara consideração e tomada de posicionamento contra os crimes cometidos pelo Exército, denúncia veemente que extrapolou as fronteiras nacionais em dezenas de traduções pelo o mundo afora.

A idéia para as autoridades republicanas, na verdade, especialmente para o seu Presidente, era a de não deixar nenhum sinal de que ali, no interior da Bahia, existiu uma “comunidade rebelde”. O objetivo era claro: dinamitar e incendiar as casas e matar os revoltosos. O povoado de Canudos não podia servir de exemplo. Sobre a degola, Euclides da Cunha escreveu: “Tínhamos valentes que ansiavam por essas cobardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso, os sertanejos não lhe levavam a palma no estadear idênticas barbaridades”²¹⁹. Em outras passagens, ele se opõe ferozmente a essas atitudes do Exército.

Euclides da Cunha, tal qual Nina Rodrigues, influenciado pelas teorias e interpretações raciológicas, evolucionistas e deterministas (Tanzi, Spencer, Gumpowicz, Taine, Buckle, Ratzel) oriundas da Europa, considerou Antônio Conselheiro um simples louco. Era um fanático que achou condições fundamentalmente propícias em um meio inculto

²¹⁵ Alvim M. Horcades, *Descrição de uma viagem a Canudos*, Salvador, EGBA e EDUFBA, 1996, p. 103 e 116, respectivamente.

²¹⁶ *Ibid.*, p. 106 e 108, respectivamente.

²¹⁷ *Ibid.*, p. 1-2, 183-184, respectivamente.

²¹⁸ Euclides da Cunha, *Os Sertões: campanha de Canudos*, São Paulo, Círculo do Livro, 1995. Sobre Euclides da Cunha e sua obra máxima ver: Olímpio de Sousa Andrade, *História e interpretação de 'Os Sertões'*, São Paulo, EDART, 1960; Clóvis Moura, *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964; Franklin Oliveira, *Euclides, a espada e a letra: uma biografia intelectual*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983; Walnice Nogueira Galvão, *Edição crítica de Os Sertões*, São Paulo, Brasiliense, 1985; Leopoldo M. Bernucci, *A Imitação dos Sentidos*, São Paulo, Edusp, 1995; Adelino Brandão, *A Sociologia dos Sertões*, Rio de Janeiro, Artium, 1996; José Carlos Barreto de Santana, *Ciência e Arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*, São Paulo, Hucitec, 2001.

²¹⁹ Euclides da Cunha, *Os Sertões: campanha de Canudos*, op. cit., p. 438.

para propagar seu fanatismo religioso, “*um gnóstico bronco*” que parou “*nas fronteiras oscilantes da loucura, nessa zona mental onde se confundem facínoras e heróis (...)*”²²⁰.

Esses primeiros autores que escreveram sobre Canudos, tratados até aqui, representam “o olhar da ciência” (especialmente Euclides da Cunha e Nina Rodrigues) diante dos acontecimentos, um “olhar urbanizado e militarizado”, que tendia a “incivilizar” os espaços rurais e sua gente e enaltecer o progresso das cidades, mesmo alguns reconhecendo a indiferença dos governantes em relação às comunidades do interior (Euclides, Horcades e Zama).

Na década de 1950, parte da história de Canudos e do seu líder seria escrita por uma outra vertente, que não substituiu a primeira, mas preencheria “alguns espaços em branco” deixados por ela e que reformularia algumas impressões negativas legadas pelos autores sobre Conselheiro e os jagunços. A oralidade contribuiu para essa renovação, esse novo olhar, tendo Calasans com um dos seus expoentes.

Na década de 1950, a oralidade não era vista “com bons olhos” pelos historiadores. José Calasans, na verdade, foi um dos poucos pesquisadores de sua geração que valorizou a oralidade como fonte de pesquisa histórica:

*O problema é que naquela época a oralidade não era vista como fonte de pesquisa histórica. O famoso Padre Barbosa, Professor de História, não se cansava de dizer que sem documento não havia História. Então, este meu trabalho sobre o Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro é muito elaborado na base da oralidade”*²²¹.

Essa inclinação para a valorização da oralidade está ligada à formação do próprio Calasans na cidade de Aracaju, onde costumava ouvir as conversas e histórias de pessoas mais velhas, que visitavam a casa de seu pai, especialmente do major aposentado Marcelino José Jorge, militar que participou da 4ª Expedição como Chefe do Estado Maior do general Savaget:

*Sempre gostei de conversas de velhos. Dir-se-ia mesmo que amanheci ouvindo velhos. Foram eles, indiscutivelmente, meus primeiros professores de História. Agradava-me, nos dias de meninice, a prosa daqueles homens idosos que apareciam lá em casa e ficavam conversando com meu pai”*²²².

²²⁰ *Ibid.*, p. 121 e 123, respectivamente.

²²¹ O sábio do fim do mundo, *A Tarde*, Salvador, 26 de jun. 1993. *A Tarde Cultural*, p. 6. (entrevista à Maria Palácios).

²²² José Calasans, *Velhas lembranças de velhos*, *Jornal da Bahia*, Salvador, 13 e 14 de janeiro de 1963, p. 2.

José Calasans visitou Canudos pela primeira vez em 1950. Conversou com alguns sobreviventes, como Manuel Ciriaco, Pedrão e Dona Francisca. Não foi o primeiro nem o único pesquisador a conversar com os sobreviventes do arraial.

Em 1947, o jornalista Odorico Tavares foi a Canudos, acompanhado do fotógrafo francês, Pierre Verger, com o objetivo de fazer matérias para a revista *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro. Em 1951, em torno dessas entrevistas e outros assuntos, foi publicado o livro *Bahia: imagens da terra e do povo*²²³. Os depoimentos recolhidos nessa viagem, quando se referem a Antônio Conselheiro, são carregados de simpatia, admiração e um certo saudosismo. Para o Velho Mariano era “*um santo homem. Não mandava matar, não mandava mentir, não mandava furtar. Só levava para o bem*”. Manuel Ciriaco, por sua vez, ressaltava o papel social que ele desempenhou nos sertões por onde passou: “*Era um homem infatigável, e fez muito por este sertão a fora*”²²⁴.

Os depoentes comentam com certo exagero e, ao mesmo tempo, com um grande entusiasmo a derrocada da terceira expedição militar, comandada pelo Coronel Moreira César. Francisca Guilhermina contou que “*os jagunços apanhavam armas e munições como quem apanhava pedra pelos caminhos*”. Ela fala, ademais, do alvoroço e da surpresa dos canudenses, quando viram o corpo de Moreira César, o temido corta-cabeças, que não passava “*de um homenzinho baixo, moreno, sem jeito, do cabelo miudinho*”.

Manuel Ciriaco afirma que, desde a primeira expedição, os jagunços começaram a recolher algumas armas, todavia foi na terceira que os canudenses “fizeram a festa”. O seu depoimento revela também que Conselheiro recebia armas de “amigos” da redondeza:

*Foi um presentão para os jagunços. Encheu-se uma casa grande só de armas e munições, numa fartura nunca vista. Deu até o fim da guerra e êste negócio de dizer que a gente tinha armas de fora, é bobagem. Um ou outro amigo do Conselheiro é que mandava um agrado, um presente. Mas para encher até o pescoço, só o Moreira César.*²²⁵

No fim, Canudos foi totalmente destruída. Os soldados dinamitaram e incendiaram todo o arraial. Manuel Ciriaco retornou ao arraial dias depois e viu o saldo da guerra. Suas palavras demonstram o horror do cenário que ele encontrou: “*Era de fazer medo.*

²²³ Nesse artigo, usamos uma edição de 1993, *Canudos: cinquenta anos depois (1947)*, Salvador, Conselho Estadual de Cultura, Academia de Letras da Bahia, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1993.

²²⁴ Odorico Tavares, *Canudos: cinquenta anos depois (1947)*, op. cit., p. 51 e 43, respectivamente na ordem das citações.

²²⁵ Odorico Tavares, op. cit., p. 41, 44 e 47, respectivamente.

A podridão fedida a léguas de distância, os bichos a gente via correndo pelos cadáveres e urubu fazia nuvem”²²⁶.

Por outro lado, ao abordar aspectos da economia do arraial, narrou com grande entusiasmo e saudosismo:

*No tempo de Antônio Conselheiro, não gosto nem de falar para não passar por mentiroso, havia de tudo, por estes arredores. Dava de tudo e até cana-de-açúcar de se descascar com unha, nascia bonita por estes lados. Legumes em abundância e chuvas à vontade. Esse tempo parece mentira*²²⁷.

O registro de Manuel Ciriaco chama a atenção para uma questão: a nossa memória é seletiva. Normalmente, lembramos com grande entusiasmo aquilo que nos conforta e agrada; as lembranças traumáticas muitas vezes não são rememoradas porque o depoente não se dispõe a lembrá-las, a contar detalhes, como é o caso de Idalina Maria da Conceição: “*Já estou velha não posso dizer mais nada. Quero lá saber daqueles tempos, onde sofri um bocado? ...*”²²⁸.

Outro importante trabalho é o de Nertan Macedo, *Memorial de Vilanova*, publicado em 1964, que traz o depoimento de Honório Vilanova, irmão de Antônio Vilanova, maior comerciante do arraial de Canudos, na época com 97 anos e a última testemunha ocular da guerra²²⁹. Nertan Macedo, no final de 1962, ouviu e entrevistou Honório Vilanova, na cidade de Assaré, no Ceará. O depoimento de Honório Vilanova está profundamente marcado pelo respeito, pela admiração ao mestre Conselheiro: um homem extremamente bom e caridoso, que só guiava o seu povo para o caminho do bem, da salvação. Conheceu-o em 1873, quando o peregrino havia dito que “*tinha uma promessa a cumprir: erguer vinte e cinco igrejas. Que não as construiria, contudo, em terras do Ceará*”²³⁰. Realmente, em suas andanças pela Bahia, o peregrino reformou e construiu dezenas de igrejas em diversos povoados do interior²³¹, jamais foi “*doido e ninguém soube de fatos que lhe desabonassem a conduta. Santos e justos eram os seus conselhos a todos, homens e mulheres*”²³².

²²⁶ *Ibid.*, p. 48.

²²⁷ *Ibid.*, p. 48.

²²⁸ *Ibid.*, p. 50.

²²⁹ Nertan Macedo, *Memorial de Vilanova*, Rio de Janeiro, Renes, 1983, p. 27.

²³⁰ *Ibid.*, p. 37.

²³¹ Cf. José Calasans, Antônio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios, op. cit.

²³² Nertan Macedo, op. cit, p. 40.

Quanto ao arraial de Canudos, Honório descreveu com grande entusiasmo e certo saudosismo alguns aspectos da comunidade e características econômicas do povoado, considerando-o com um dos melhores lugares do mundo para se viver: “*era um pedaço de chão bem-aventurado. Não precisava nem mesmo de chuva. Tinha de tudo*”²³³.

Numa das passagens mais marcantes de seu depoimento e repetidamente citada em livros e artigos, ele completa: “*Grande era o Canudos do meu tempo. Quem tinha roça tratava de roça, na beira do rio. Quem tinha gado tratava do gado. (...) de tudo se tratava porque a nenhum pertencia e era de todos, pequenos e grandes, na regra ensinada pelo Peregrino*”. Em outro trecho, ele acrescenta essa visão: “*Não havia precisão de roubar em Canudos, porque tudo existia em abundância, gado e roçado, provisões não faltavam*”²³⁴.

Quanto aos aspectos físicos e econômicos intrínsecos ao arraial, percebe-se quanto a sua experiência de vida em Canudos, sua admiração pela obra do peregrino refletiram em seu depoimento. Os conselheiristas não roubavam, é certo; respeitavam a propriedade alheia, como é possível verificar em César Zama, por exemplo²³⁵. O povoado de Canudos não foi um oásis encravado no norte da Bahia. Tinha problemas como a falta de água provocada pelas secas, pelo clima árido; a alimentação provavelmente não era abundante. No entanto, a vida em Canudos, guardada as devidas proporções do depoimento de Honório, não era um caos social como escreveu o frei capuchinho João Evangelista de Monte Marciano que, em apenas em duas horas no arraial, presenciou alguns “homens armados” levarem “oito cadáveres” para serem enterrados, e que “*isso é um espectáculo de todos os dias e que a mortalidade nunca é inferior, devido às moléstias contrahidas pela extrema falta de asseio e penuria de meios de vida, que dá lugar até a morrerem á fome*”²³⁶.

No tocante à guerra, Honório revelou as táticas de guerrilhas empreendidas pelos jagunços: “*Nós esperávamos os soldados em pontos previamente combinados do terreno (...) Um grupo numeroso dos nossos dava início ao fogo, enquanto dois, três, quatro camaradas, de distância em distância, ‘atirava de ponto’, faziam a tropa debandar*”²³⁷. Sobre a degola, disse que os soldados não poupavam ninguém: “*Menino que fosse, de doze, treze anos, agarrado no mato com espingarda na mão, era degolado*”²³⁸. Honório, dentre outras coisas, falou da visita dos padres capuchinhos a Canudos; sobre as profecias de Antônio Conselheiro

²³³ *Ibid.*, p. 39.

²³⁴ *Ibid.*, p. 67 e 70, respectivamente.

²³⁵ Cf. Cesar Zama, *op. cit.*, 1989.

²³⁶ *Relatório apresentado pelo Revd. Frei João Evangelista de Monte Marciano ao Arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu seqüito no arraial de Canudos – 1895*, *op. cit.*, p. 4.

²³⁷ Nertan Macedo, *op. cit.*, p. 133.

²³⁸ *Ibid.*, p. 134.

durante a fase da campanha, como a previsão da retirada das tropas de Moreira César, história recolhida também por Calasans em versos que expressam “esses milagres”; sobre o comércio com outras localidades, preços de mercadorias comercializadas na época, da relação de Antônio Conselheiro contra a República.

José Calasans, por sua vez, compõe esse seletto grupo que teve o privilégio de entrevistar sobreviventes da comunidade de Canudos. Recolheu também depoimentos de contemporâneos ao conflito. As falas dos depoentes foram acrescentadas ao longo de seus trabalhos.

O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro, publicado em 1950, marca o momento, o início da produção de Calasans sobre Canudos. Os versos recolhidos por Calasans, nesse trabalho, encontravam-se bem fortes na memória da população de várias cidades de Sergipe e da Bahia.

Antônio Conselheiro, nos versos populares, era uma figura ambígua, tanto era um homem bom quanto um sujeito odiado. Em um desses versos recolhidos em Sergipe pode-se perceber tal dualidade:

*Quem quizer remédio santo
Lenitivo para tudo
Procure o Conselheiro
Que está lá nos Canudos*²³⁹.

A própria mãe de Calasans, sergipana, criança na época da guerra, serviu como fonte. Ela narrou uma quadra dita na época, que dizia ser Antônio Conselheiro um aproveitador e sedutor de mulheres:

*Quem tiver sua mulata
Traga ela num cordão
Que Antônio Conselheiro
Tem unhas de gavião*²⁴⁰.

Noutro momento, sua figura é exaltada; sua coragem e determinação cantada pelos sertanejos:

*Antônio Conselheiro
Por ser conselheirista*

²³⁹ José Calasans, *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, op. cit., p. 32.

²⁴⁰ *Ibid.*, p. 32.

*Briga com o Govêrno
 Não tem medo de poliça*²⁴¹.
 Em outro trecho ele aparece assim:

*Antônio Conselheiro
 É home de opinião
 Matou Moreira César
 E venceu seu batalhão*²⁴².

Quando a República foi instalada, por exemplo, Antônio Conselheiro se posicionou contra o novo regime. Na época, corria um verso que marcava o posicionamento do povo diante da República:

*Este povo está perdido
 Está sem arrumação
 E o culpado disso tudo
 É o chefe da nação*²⁴³.

Outro nome tão citado nos versos populares é o do Coronel Moreira César, chefe da 3ª Expedição militar. Sobre a morte de Moreira César existem várias quadras:

*Capitão Moreira César
 Morador no rio do su
 Foi briga no Belo Monte
 Foi dá carne aos urubu*²⁴⁴.

Em outro verso:

*Coronel Moreira César
 Folha de cana caiana
 Tomou Chumbo dos jagunços
 Foi morrer nas Umburanas*²⁴⁵.

Há também aqueles versos que elogiavam a bravura e valentia de Moreira César:

²⁴¹ José Calasans, *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, op. cit., p. 60.

²⁴² *Ibid.*, p. 64.

²⁴³ *Ibid.*, p. 41.

²⁴⁴ *Ibid.*, p. 68.

²⁴⁵ José Calasans, *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, op. cit., p 70.

*A República chora
Abrada o mundo inteiro
Cobre-se de luto
O exercito brasileiro*²⁴⁶.

Noutro verso, ele não tem a oportunidade de brigar, de mostrar a sua bravura:

*O valente Moreira César
Confiou na valentia
Dirigiu-se ao nosso Belo Monte
Para acabar com o Bom Jesus Conselheiro
Quando êle tombou sem briga*²⁴⁷.

Em vários outros versos aparece o misticismo de Antônio Conselheiro. Noutros ele reaparece muito depois da sua morte. Seu nome é citado de várias formas, em vários usos, em diversos lugares. Para Calasans, isso significava que Antônio Conselheiro tornou-se um “nome folclórico”, usado pelo povo em diversas situações²⁴⁸. O livro de Calasans apresenta a imagem que o povo tem de Antônio Conselheiro e de outros personagens; uma forma singular de o povo contar a história pelo seu próprio olhar, seu próprio ângulo.

Em outro trabalho, *Antônio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios*, publicado em 1973, José Calasans usou a oralidade para enumerar as igrejas e cemitérios que o peregrino Conselheiro construiu ou reformou. Ao longo da década de 1960, nos lugares por onde Antônio Conselheiro andou, recolheu os depoimentos de alguns sobreviventes, como Pedrão e Manuel Ciriaco, que informaram a respeito da construção da Igreja de Santo Antônio, em Canudos; de contemporâneos de Antônio Conselheiro, como Marcos Dantas de Menezes, antigo morador de Vila Rica (hoje Crisópolis), que informou sobre a inauguração da Igreja do Bom Jesus; ou o de Ubaldino Gonzaga, que viu a chegada de Antônio Conselheiro na cidade de Entre Rios, por volta de “1887 ou 1888”. Todos esses depoentes desempenharam um papel importante, com suas prestimosas informações. A partir delas, José Calasans pôde enumerar as principais construções empreendidas por Antônio Conselheiro no sertão da Bahia²⁴⁹.

Nesse mesmo ano, em *Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico*, usou os depoimentos de Pedrão e Manuel Ciriaco na contextualização da

²⁴⁶ *Ibid.*, p. 79.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 80.

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 96 e 97, respectivamente.

²⁴⁹ José Calasans, *Antônio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios*, op. cit.

organização do arraial de Canudos. Pedrão, por exemplo, informou que a comunidade recebia recursos de fora, “doações” e “esmolas” que os conselheiristas arrecadavam na região para empregar nas obras das igrejas e na assistência de doentes e necessitados. Manuel Ciriaco, por sua vez, disse que o chão era dado de graça para os recém-chegados, desde que comprovassem suas posições “monarquistas e católicas”²⁵⁰.

Em *Quase biografias de jagunços*, os depoimentos dos sobreviventes formam a base das biografias das figuras mais significativas: comerciantes, beatos e jagunços da comunidade de Canudos²⁵¹.

Essas obras pautam-se, sobretudo, na oralidade e na memória de testemunhas oculares. Uma nova visão de Antônio Conselheiro e Canudos surgiria, servindo aos historiadores como pistas e pontos de partida para novos estudos e interpretações. Nesse sentido, as funções da memória e da história cruzam-se convenientemente, como bem lembra Pierre Nora: “*é a memória que dita e a história que escreve*”²⁵².

Seguindo o raciocínio do sociólogo Maurice Halbwachs, os testemunhos são importantes porque servem para “*fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma (...)*”²⁵³. Joan Del Alcàzar i Garrido, chama a atenção para o valor das fontes orais que enriquecem e edificam os alicerces da história, permitindo, sobretudo, “*um aprofundamento na história de grupos sociais que, por razões diversas, estiveram marginalizados ou quase ausentes das fontes documentais escritas; de outro lado, nos permite penetrar na percepção do processo histórico feita por indivíduos ou grupos concretos*”²⁵⁴.

Em outras palavras, esses trabalhos têm basicamente, em comum, a valorização da oralidade e da memória dos sobreviventes como fontes históricas, a visão dos vencidos sobre a própria história. O valor desses testemunhos alcança um status considerável de reconstrução do passado, uma vez que *Os Sertões* reinava absoluto como conhecimento histórico.

A memória de um indivíduo constrói-se em torno de lembranças significativas das suas experiências ao longo de sua vida. Nesse percurso, o indivíduo não consegue

²⁵⁰ José Calasans, *Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico*, op. cit, p. 472-474.

²⁵¹ José Calasans, *Quase biografias de jagunços*, op. cit.

²⁵² Pierre Nora, Entre memória e história: a problemática dos lugares, *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993, p. 24.

²⁵³ Maurice Halbwachs, *A memória coletiva*, São Paulo, Vértice, 1990, p. 25.

²⁵⁴ Joan del Alcàzar i Garrido, As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 33-54, set./1992 ago/1993, p. 43.

transportar determinada imagem do passado tal qual ela ocorreu; apenas parte dela. A memória adquire um caráter dinâmico, pois ele vive em sociedade, mantém relações e contatos sociais, transita em diversos grupos; o modo de ser, agir e pensar não é estático, muda. Nesse sentido, suas experiências não são as mesmas de outrora. Esse retorno ao passado é sempre uma reconstrução e nunca uma apropriação e representação literal, conforme afirma Maurice Halbwachs:

*(...) a lembrança é em longa medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (...) a lembrança é uma imagem engajada em outras imagens, uma imagem genérica reportada ao passado*²⁵⁵.

A oralidade presente na fala dos sertanejos e, especialmente, das testemunhas oculares, reconstrói partes das histórias de Canudos, vistas por outro ângulo, tornado-a mais rica como bem sugere Paul Thompson: “*A evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira*”²⁵⁶. Isso não quer dizer que os depoimentos sejam mais verdadeiros do que os trabalhos anteriores. São apenas visões e interpretações diferentes. Em determinados depoimentos verificamos que algumas informações já tinham sido narradas ou tocadas levemente por alguns escritores como Euclides da Cunha, Manuel Benício, César Zama, Alvim Martins Horcades e outros, como por exemplo, os milagres e as profecias do Conselheiro durante a Campanha, a aquisição das armas dos soldados das três primeiras expedições, as táticas de guerrilha dos jagunços.

As rememorações dos indivíduos são fruto de suas experiências que direcionam os olhares e organizam os quadros mentais a partir dos seus valores, idéias e crenças presentes no grupo do qual fazem parte. A maneira de ver o passado, de contar e rememorar uma história depende da visão de mundo de quem “olha e observa”. O brigadeiro Marcos Evangelista C. Villela Jr. participou de duas expedições contra Canudos e escreveu em suas memórias, mais de 50 anos depois do término da guerra, que “*havia na cidadela de Canudos muita promiscuidade, muita libertinagem, ausência quase completa de moral*”²⁵⁷. Ele é um

²⁵⁵ Maurice Halbwachs, *op. cit.*, p. 71 e 73, respectivamente.

²⁵⁶ Paul Thompson, *A voz do passado: história oral*, São Paulo, Paz e Terra, 1998, p. 137.

²⁵⁷ Marcos Evangelista C. Villela Jr, *Canudos: memórias de um combatente*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 1997, p. 109.

ex-combatente, ainda influenciado pela ideologia militar, com uma visão extremamente negativa da comunidade e dos canudenses.

Os depoimentos dos sobreviventes e ex-conselheiristas, ao contrário, reabilitaram a imagem de Antônio Conselheiro, transformando-no num modelo de homem, bom, caridoso, santo e absolutamente normal do ponto de vista psicológico. A rememoração por parte dos sobreviventes torna-se mais fácil pelo fato de estarem vivendo no mesmo espaço material e social²⁵⁸, no local ou nas proximidades do palco da guerra, o que ajuda a arrumar os quadros mentais, conforme Maurice Halbwachs afirmou com grande propriedade:

*Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se lê não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca.*²⁵⁹

O trabalho de José Calasans, analisado em seu conjunto, representa uma grande contribuição para a compreensão do tema Canudos: histórias e questões relativas à vida do peregrino Antônio Conselheiro, o seu comportamento, as suas atitudes e ensinamentos, determinados aspectos da vida material e espiritual do arraial de Canudos, acontecimentos e episódios relativos às quatro expedições, enfim, uma quantidade de assuntos e questões, reveladas por ele, que possibilitaram uma abertura de um novo olhar sobre o tema para os historiadores. A história de Canudos alimentou-se dessas memórias e, por sua vez, contribuiu para engrandecê-la. Ambas se combinam mutuamente: “*A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro*”²⁶⁰. Uma história vista pelos participantes, pelos vencidos.

José Calasans, na busca incessante pela veracidade dos fatos, buscou nos depoimentos dados e informações para entender o episódio de Canudos. Apesar de valorizar a oralidade, de apoiar-se na memória dos sobreviventes, Calasans foi muito criterioso no tratamento dos testemunhos orais:

²⁵⁸ Esses depoimentos foram recolhidos ainda na segunda Canudos. O açude de Cocorobó ainda não tinha sido construído. Ou seja, o palco onde foi realizada a guerra ainda não havia sido submergido.

²⁵⁹ Maurice Halbwachs, *op. cit.*, p. 143.

²⁶⁰ Jacques Le Goff, *Memória-História*, In: *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 11-50. vol. 1. p. 50.

*Praticante precursor da história oral exercia-a com escrupulo e espírito científico. Para ele, essa disciplina não equivalia a um convite aberto à mera transcrição sem maiores cuidados, delegando à fonte aquilo que é responsabilidade do historiador: a garantia da fidedignidade da informação. Por isso submetia o que ouvia ao cotejo entre várias versões, bem como a um critério de rigor baseado na verificação a cada passo nos documentos*²⁶¹.

Um dos precursores da história oral no Brasil, seu exemplo criou raízes, incentivou vários pesquisadores baianos a trilharem pelo caminho da oralidade, a exemplo de Oleone Coelho Fontes que afirmou identificar-se com “a corrente” de José Calasans, que usava a oralidade como fonte histórica²⁶². Essas raízes germinaram, criando frutos, por exemplo, nas pesquisas desenvolvidas no Centro de Estudos Euclides da Cunha, da Universidade Estadual da Bahia, realizadas por Yara Dulce Bandeira de Ataíde, Manoel Neto, Sérgio Guerra, José Carlos Pinheiro e Roberto Dantas.

4.2. A literatura de cordel

José Calasans valorizou a oralidade, do ponto de vista documental, como uma fonte importante para a pesquisa histórica. Usou outra fonte de valor considerável, despercebida ou negligenciada pelos pesquisadores: a literatura de cordel. Ele foi pioneiro na utilização da literatura de cordel como fonte de pesquisa histórica.

Nessa parte do capítulo tecer-se-ão algumas considerações acerca da literatura de cordel com o objetivo de situar o assunto. Para dar uma maior coesão ao texto, o capítulo versará sobre o que é a literatura de cordel e quais as suas principais características. Em seguida, examinar-se-ão dois trabalhos de José Calasans, *A Guerra de Canudos* e *Canudos na literatura de cordel*²⁶³, analisando a forma como ele usou a literatura de cordel em seus estudos e pesquisas em torno do tema Canudos.

4.2.1. O cordel em perspectiva

²⁶¹ Walnice Nogueira Galvão, Tributo a José Calasans, *Revista USP*, São Paulo, n. 54, p. 66-71, jun./ago. 2002, p. 68.

²⁶² Roberto Dantas e Manoel Neto, *Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo*, Salvador, Editora da UNEB, 2001, p. 119.

²⁶³ José Calasans, *A Guerra de Canudos*, *Revista Brasileira de Folclore*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 14, p. 53-64, jan./abr. 1966; *Canudos na literatura de cordel*, São Paulo, Ática, 1984, 104 p. (Ensaio, 110)

A literatura de cordel é uma das expressões mais marcantes da cultura do Nordeste, onde surgiu e se desenvolveu no Brasil. Encantou, influenciou e instigou dezenas de escritores e romancistas consagrados da cultura brasileira, como Jorge Amado, João Cabral de Melo Neto e Ariano Suassuna.

Os autores desse tipo de literatura são, em geral, homens do povo, “*herdeiros da temática da literatura oral, e de certo modo, das cantorias que ocorriam no Nordeste desde pelo menos meados do século XIX*”²⁶⁴. A literatura de cordel constitui-se em narrativas poéticas, geralmente impresso em folhetos, com estrofes de seis versos. Esse é o modelo “clássico de cordel”. Embora, em número reduzido, encontramos estrofes de sete sílabas e em décimas²⁶⁵.

As capas dos folhetos, normalmente, aparecem ilustradas, seja através da xilogravura ou, mais recentemente, da técnica de usar a informática. Os folhetos podem ter 8, 24, 32 ou até mesmo 64 páginas.

Esse tipo de narrativa poética impressa surgiu na Europa. Sua origem instigou muitos pesquisadores e estudiosos, todos imbuídos na busca da identificação do local de origem. Na verdade, ela pode ser encontrada em diversos países europeus, entre os séculos XV e XVII. Na Península Ibérica as referências datam do final do século XVI e do século XVII (em Portugal, os folhetos eram chamados de “folhas soltas” ou “folhas volantes” e, na Espanha, de “pliegos sueltos”). Outrossim, nesse mesmo período, aparece na Alemanha, Holanda, Inglaterra e na França. Não obstante, ao que tudo indica, parece que está na Alemanha a referência mais remota dessa narrativa poética, datando do século XV.

A literatura de cordel chegou ao Brasil no século XVII, trazida pelos portugueses, em “folhas soltas”. O nome cordel para designar esse tipo de literatura é mais um legado português, “*vem da península ibérica, onde esses impressos eram exibidos e vendidos dependurados ou cavalgando cordões. E cordões, em língua provençal, quer dizer cordel*”²⁶⁶.

A literatura de cordel desenvolveu-se no Nordeste, no final do século XIX, com o surgimento de pequenas tipografias localizadas nas principais cidades da região, especialmente em Recife. Os primeiros ou principais poetas populares, que se destacaram nas três primeiras décadas do século XX foram Leandro Gomes de Barros, Francisco das Chagas

²⁶⁴ Ruth Brito Lemos Terra, *Memória de lutas: literatura de folhetos do Nordeste (1893-1930)*, São Paulo, Global Editora, 1983, p. 17.

²⁶⁵ José Ribamar Lopes, *Literatura de cordel: antologia*, Fortaleza, Banco do Nordeste, 1994, p. 23.

²⁶⁶ Franklin Maxado, *O que é literatura de cordel?*, Rio de Janeiro, Codecri, 1980, p. 24.

e João Martins de Athayde, todos de “*origem rural descendentes de pequenos proprietários (...) que deixaram o campo por dificuldade de sobrevivência*”²⁶⁷.

Os temas e assuntos versados pelos cordelistas eram bastante diversos, indo das lendas medievais e estórias de príncipes e dragões a histórias de bravura e valentia; do misticismo e religiosidade a histórias dos presidentes ou histórias de acontecimentos locais e nacionais. Esses últimos, por sua vez, são chamados de *folhetos de acontecimentos*. Alguns personagens reais do cenário cultural nordestino figuravam constantemente nas histórias dos poetas, como Antônio Silvino, Lampião, Antônio Conselheiro e Padre Cícero.

Nos últimos trinta anos, os temas não são mais as histórias fantásticas de grandes heróis e príncipes; os assuntos estão mais ligados ao cotidiano do povo brasileiro, assuntos políticos e econômicos que afetam a vida da população ou questões de ordem nacional e internacional²⁶⁸.

A diversidade dos temas leva a uma outra questão: as funções do cordel. Mark Curran, brasilianista, pesquisador da literatura de cordel desde a década de 1960, resume em poucas palavras essa questão, quando faz um comentário a respeito da produção atual: “*embora tenha diminuído, o cordel sobrevive, cumprindo ainda as funções de informar, ensinar e principalmente divertir o público*”²⁶⁹.

O cordel foi um auxiliar na alfabetização de pessoas residentes em pequenas comunidades do interior brasileiro. Exerceu a função de prestar serviços de políticas públicas em comunidades, em casos de higiene, de prevenção contra doenças etc. Muito utilizado, ademais, no interior nordestino, como propaganda político-partidária.

Dentre todas essas funções, o cordel se constituiu, durante muito tempo, como um veículo de comunicação de massa. Era uma espécie de jornal do povo sertanejo, vendido nas feiras livres pelos próprios autores ou por revendedores. Perdeu muito ou completamente, a partir da década de 1970, para o rádio e a televisão, o seu papel de informar. Os cordelistas, em seus folhetos, transmitiam acontecimentos locais, fatos de repercussão nacional e internacional, notícias que obtinham através dos jornais, do rádio ou da TV. Eles eram,

²⁶⁷ Ruth Brito Lemos Terra, *op. cit.*, p. 39.

²⁶⁸ *A violência no Rio*, de Avelino Vieira; *O fim do arrocho salarial e os preços congelados*, de Expedito F. Silva (sobre o Governo Sarney); *A vitória de Collor e a derrota do PT*, de Zezé Folheteiro. Ver Mark Curran, *História do Brasil em cordel*, São Paulo, Edusp, 1998.

²⁶⁹ Mark Curran, *História do Brasil em cordel*, *op. cit.*, p. 19.

portanto, intermediários do processo de comunicação social, entre a cidade e o campo. Nas feiras livres, muitas vezes, era o próprio autor que lia em voz alta as histórias²⁷⁰.

Os folhetos de acontecimentos exerciam um poder de “prender” ou de manter a atenção dos ouvintes; provavelmente, os sertanejos preferiam, em grande medida, ouvir as histórias por intermédio do cordel a conhecê-las através do meio convencional, o jornal, que não era acessível a todos de uma determinada comunidade, seja pelo alto índice de analfabetos ou pelo preço do periódico, ou mesmo pela distância entre as grandes cidades, onde os jornais eram editados, e o imenso interior:

*Característica da notícia transmitida nos folhetos é que sempre inclui o comentário apaixonado, uma vez que a massa de leitores aos quais se dirige não é sensível ao frio objetivismo jornalístico. Quer o fato e a opinião. E os poetas-populares dos folhetos de época são autênticos intérpretes do seu público: conhecem as suas idéias, sentem os seus problemas, aspiram as suas aspirações, vivem a sua vida, podem falar como êle porque são parte integrante dêle. A interpretação jornalística dos poetas do povo está ligada a essa indissolubilidade entre êles e o público; por isso é muito mais fecunda do que no jornalismo “ortodoxo”. Baseia-se não apenas no fato em si, mas naquilo que cõrre dele: nos rumores, nos boatos, nas versões múltiplas colhidas pela sensibilidade desses rudes repórteres.*²⁷¹

Os folhetos de acontecimentos chegam mesmo a sair no calor da hora, com a notícia ou o fato ainda em evidência. No final de 1969, fortes chuvas que caíram em Pernambuco e Alagoas, provocando o transbordamento de riachos e rios, inundaram cidades e provocou um grande número de desabrigados e de mortes. Jornais de Maceió e Recife noticiaram o evento, bem como repórteres de emissoras de televisão do sul do Brasil foram fazer a cobertura. Ao mesmo tempo, essa calamidade já estava sendo divulgada nas feiras livres, em pequenas comunidades, onde os jornais e redes de TV não chegavam²⁷².

²⁷⁰ Diversos estudiosos têm contribuído para ampliar as discussões em torno da história do livro e das práticas de leitura e da escrita, dentre eles destacamos: Roger Chartier e Robert Darton. De Roger Chartier ver: *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*, Brasília, Ed. UnB, 1994; *A História Cultural: entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1990. De Robert Darton ver *Edição e sedição: universo da literatura clandestina no século XVIII*, São Paulo, Cia. das Letras, 1992; *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*, São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

²⁷¹ Luiz Beltrão, *Comunicação e folclore: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias*, São Paulo, Melhoramentos, 1971, p. 71. Sobre esse assunto ver também Alceu Maynard de Araújo et al. (orgs.), *Cordel e comunicação*, São Paulo, Escola de Comunicação e Artes/USP, 1971; Joseph Luyten, *Sistemas de comunicação popular*, São Paulo, Ática, 1988 e *A notícia na literatura de cordel*, São Paulo, Estação Liberdade, 1992.

²⁷² Roberto Câmara Benjamin, *Literatura de cordel: expressão literária popular, Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, ano 38, v. 76, n. 2, p. 101-112, ago. 1970.

Como qualquer outro meio de comunicação, o cordel reflete a visão de mundo do autor. Na sua narrativa poética, podem-se perceber as crenças, os valores morais, os posicionamentos políticos dos poetas²⁷³. Os versos dos folhetos espelham a ideologia do narrador. José Ribamar Lopes, considera que, apesar de algumas ressalvas, o “*poeta popular nordestino é conservador, por excelência (...) Em geral, o poeta popular nordestino é católico ortodoxo. O poeta popular é sempre a favor do governo*”²⁷⁴. Muitos cordelistas escreveram algumas obras encomendadas por autoridades públicas. Muitos elogiaram o Governo Vargas, o regime militar. Conservadorismo não é, todavia, exclusivamente, característica dos poetas populares nordestinos.

Ser conservador, ter uma ideologia conservadora, independe de região, de classe social. Da mesma forma que existem os cordelistas que enaltecem as autoridades, os governos constituídos, há aqueles que criticam o sistema. Rafael de Carvalho (1918-1981), nascido na Paraíba, foi um cordelista que lutou pelos direitos dos operários, pela reforma agrária e participante ativo no movimento de esquerda no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970, no Estado de São Paulo. Por outro lado, Rodolfo Coelho de Cavalcante (1917-1986), alagoano que se radicou na Bahia, foi um dos principais entusiastas do regime militar, moralista e anticomunista²⁷⁵.

Conservadores são, na verdade, muitos estudiosos do cordel no Brasil, pois vêm a literatura de cordel como uma narrativa poética popular, apenas. Se um “erudito” escrever um folheto, não é literatura de cordel²⁷⁶. Para esses estudiosos, a narrativa poética deve manter a “originalidade do pensamento popular”. Vêm os cordéis como, puramente, uma manifestação folclórica.

Foi na segunda metade do século XIX que os intelectuais europeus associaram toda e qualquer expressão popular como sendo folclórica, uma tendência conservadora e tradicional de se pensar manifestações populares como se não houvesse inter-relações entre as

²⁷³ Sobre a ideologia presente nos folhetos de cordel ver Renato Carneiro Campos, *Ideologia dos poetas populares*, Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1977; e Ivan Cavalcanti Proença, *A ideologia do cordel*, Rio de Janeiro, Imago; Brasília, INL, 1976.

²⁷⁴ José Ribamar Lopes, *op. cit.*, p. 15.

²⁷⁵ Mark Curran, *op. cit.*; ver p. 169 e 189.

²⁷⁶ Dentre eles podemos citar: José Ribamar Lopes, *Literatura de cordel: antologia*, *op. cit.*; Franklin Maxado, *O que é literatura de cordel?*, *op. cit.*, e *O cordel televisivo: futuro, presente e passado da literatura de cordel*; Luiz Beltrão, *Comunicação e folclore: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias*, *op. cit.*; Renato Carneiro Campos, *Ideologia dos poetas populares*, *op. cit.*.

classes sociais: “*A idéia que tinham de cultura popular era mais ou menos um equivalente da cultura da elite, ou seja, só para o povo, feito pelo povo*”²⁷⁷.

É importante romper com a idéia de que o cordel só tem sentido, se for escrito por algum poeta popular, que conserve o pensamento popular. Franklin Maxado sugere que a literatura de cordel deve manter-se aberta às inovações tecnológicas e incorporar as vantagens da rapidez dos meios de comunicação (jornal escrito, rádio e TV). O poeta deve, no entanto, preservar “*o seu lado representativo do pensamento, não só popular, como brasileiro*”²⁷⁸. Sobre a influência estrangeira, especialmente do cinema, Renato Carneiro Campos não vê “com bons olhos” essa aproximação, que empobrece o cordel, esvaecendo sua originalidade: “*Seria difícil encontrar um poeta popular que não tenha assistido a um filme de ‘cow-boy’, e que não comunique às suas fantasias sugestões recebidas dos exóticos*”²⁷⁹.

As inovações das capas dos folhetos nas décadas de 1960 e 1970, quando a máquina foi substituindo o artesanato (a xilogravura), eram vistas como um perigo para a originalidade do cordel. Mário Souto Maior é extremamente conservador nesse sentido, pois escreveu um verdadeiro libelo contra as mudanças no formato do cordel:

*Estamos assistindo, de braços cruzados e sem nada podermos fazer, a morte da xilogravura popular na literatura de cordel. Muitos poetas populares estão ilustrando as capas de seus folhetos com clichês de artistas de cinema, numa prova evidente da supremacia da máquina sobre o artesanato.*²⁸⁰

Um dos grandes problemas é que esses estudiosos dicotomizam, de forma rígida, a relação popular X erudito, como se não existisse diversidade cultural nas camadas ditas como populares, como se elas fossem homogêneas. O termo popular é amplo demais, por isso se torna vago, tal quais às expressões “erudito” e “elite”²⁸¹.

²⁷⁷ Peter Burke, Culturas populares e cultura de elite, *Diálogos*, Maringá, v. 1, n. 1, p. 1-10, 1997. p. 4. Palestra proferida em 23 de março de 1996, na Universidade Estadual de Maringá, Paraná.

²⁷⁸ Franklin Maxado, *O cordel televisivo: futuro, presente e passado da literatura de cordel*, op. cit., p. 101.

²⁷⁹ Renato Carneiro Campos, *Ideologia dos poetas populares*, op. cit., p. 14.

²⁸⁰ Mário Souto Maior, A xilogravura popular na literatura de cordel, *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, ano 36, v. 72, n. 2, ago. 1968, p. 265.

²⁸¹ Muitos cientistas sociais têm estudado essa questão, a relação entre o popular e o erudito. Destacamos, no momento, a obra de Renato Ortiz e Marilena Chauí. De Renato Ortiz ver: *Cultura brasileira e identidade nacional*, op. cit.; *Cultura popular: românticos e folcloristas*, op. cit.; *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*, op. cit.. De Marilena Chauí ver: *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*, São Paulo, Moderna, 1981; *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1989. Quando “digo povo brasileiro”, essa expressão significa e engloba as mais variadas culturas, uma diversidade étnica marcante, presente na nossa sociedade. O “termo popular” também é muito amplo, trás em si uma diversidade de grupos sociais, de culturas diferentes, “além do problema dos limites”: social e culturalmente, onde termina o popular? A própria noção de elite remete a vários significados e sentidos como elite política, elite econômica, elite intelectual.

Novos estudos no campo da História têm conseguido ampliar o debate em torno dessas questões. Peter Burke, historiador inglês, professor da Universidade de Cambridge na Inglaterra, no livro *Cultura popular na Idade Moderna*, ainda mantém essa visão dual da cultura, fragmentada em dois pólos. No entanto, segundo ele, ocorre um movimento “de mão dupla”, uma interação entre a cultura erudita e a cultura popular a partir da ação de mediadores, elementos intermediários entre as culturas. A cultura popular expressa-se num universo complexo de subculturas, diferenciadas por elementos étnicos, de gênero, de religião e de regionalidade, dentre outros:

*A cultura popular não é homogênea, possui variações regionais, variações segundo a ocupação da pessoa. A cultura do camponês não é a mesma que a do artesão; a cultura do camponês criador de gado não é a mesma do camponês que se dedica à agricultura*²⁸².

Carlo Ginzburg, historiador italiano, na obra *O queijo e os vermes*, analisa a história de um moleiro italiano chamado Menocchio, queimado pela Inquisição, que sabia ler, escrever e que transitava culturalmente no universo das “classes superiores”. Ginzburg desenvolve, apoiado em Mikhail Bakhtin, a idéia de circularidade cultural, em que as classes subalternas no processo de interação com as classes superiores filtram elementos e particularidades culturais, reelaborando-as e resignificando-as dentro de suas próprias tradições, havendo uma troca de particularidades culturais²⁸³.

Mikhail Bakhtin, por sua vez, no livro *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, mostrou essa interação entre as classes populares e as classes superiores, quando evidencia que Rabelais bebeu na fonte da cultura popular para construir parte do seu livro *Gargântua e Pantagruel*, obra baseada em folhetos populares. Ele demonstrou que a partir da obra de um escritor renascentista, representante da elite culta, é possível fazer um mergulho no mundo cultural das classes populares²⁸⁴.

De um modo ou de outro, o que esses autores dizem, embora com outras palavras, conflui para a seguinte consideração: pensar a cultura popular dentro de um processo de inter-relação com a cultura erudita, em práticas e representações culturais que se inter-relacionam.

²⁸² Peter Burke, *Culturas populares e cultura de elite*, op. cit., p. 4; Ver também *Cultura popular na Idade Moderna*, op. cit., especificamente o capítulo 2, “Unidade e diversidade na cultura popular”, p. 50-90.

²⁸³ Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

²⁸⁴ Mikhail Bakhtin, *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, São Paulo, Hucitec, 1987.

O conservadorismo e o tradicionalismo persistem nas interpretações dos folcloristas. Um dos maiores problemas dos folcloristas, sobretudo onde se expressa esse conservadorismo, reside na idéia da origem: tudo tem que ser do jeito que era antes, deve ser preservado a todo custo.

A essência do cordel deve residir na sua narrativa poética, e não no grau de instrução do indivíduo, ou nas categorias sociológicas que definem quem é popular e quem é erudito. Os estudiosos do cordel não devem atribuir aos poetas populares a legitimação eterna de serem os únicos produtores desse tipo de literatura. O que separa Patativa do Assaré de um “poeta erudito?” Talvez, um diploma universitário. Mas ele não foi um erudito com as palavras, não versejou a vida do homem sertanejo de uma forma rica em emoções e requinte poético?

4.2.2. O cordel na obra de José Calasans

José Calasans, como foi visto, desenvolveu suas primeiras pesquisas na área do Folclore. Atuou ativamente no ensino em Aracaju, ao mesmo tempo em que pesquisava temas ligados à temática folclórica de Sergipe. Na verdade, na década de 1940, sua vida intelectual estava mais voltada para os estudos folclóricos do que necessariamente históricos. Nasceu o folclorista primeiro do que o historiador, embora o seu melhor trabalho nesse período seja uma obra de História, *Aracaju: contribuição à história da capital de Sergipe*, na qual estudou a mudança da capital de Sergipe, de São Cristóvão para Aracaju, em 1855²⁸⁵. E foi a sua formação nos estudos folclóricos que o levou a valorizar a oralidade e a literatura de cordel como fonte de pesquisa histórica.

Na Bahia, onde fixou domicílio a partir de 1947, nas décadas de 1950 e 1960, alertava os historiadores para prestarem mais atenção àquelas fontes, pouco valorizadas como documento, especialmente a oralidade. No Mestrado em Ciências Sociais (História e Sociologia) da Universidade Federal da Bahia, por exemplo, de 1970 até 1992, três trabalhos versavam sobre o tema literatura de cordel, todos na área de Sociologia: *A presença dos poetas cantadores na cultura popular brasileira: um estudo sociológico* (1971, 173 p.), de Lícia Margarida Dórea Guedes; *Autor, leitores e ouvintes da literatura de cordel* (1973, 101

²⁸⁵ José Calasans, *Aracaju: contribuição à história da capital de Sergipe*, op. cit., 1992.. Os principais trabalhos publicados sobre o folclore em Sergipe, na década de 1940, são: O folclore do açúcar em Sergipe, *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, [sem indicação de páginas], 1942; *Aspectos folclóricos da cachaça*, op. cit.; Subsídios para o cancioneiro histórico de Sergipe, *Revista de Aracaju*, Aracaju, ano II, n. 2, 1944.

p.), de Cristina Maria Teixeira Campelo e *O Passo das águas mortas e a cavalaria em cordel* (1977, 165 p.), de Jerusa Pires Ferreira²⁸⁶.

Nos dois primeiros trabalhos, José Calasans participou da banca examinadora; no último, foi o orientador. As três autoras usaram a biblioteca particular de Calasans como um dos referenciais na área da literatura de cordel. Jerusa Pires Ferreira, em homenagem ao “mestre Calasans”, após o seu falecimento em 28 de maio de 2001, disse: “*com ele que comecei a relacionar, de forma sistemática, a Idade Média e o sertão: nos folhetos de sua coleção, deu-se minha formação inicial, e daí partiriam minhas incursões sobre o tema.*”²⁸⁷.

O primeiro trabalho que José Calasans publicou, em que a história de Canudos era contada a partir da literatura de cordel, foi “A Guerra de Canudos”, publicada na *Revista Brasileira de Folclore* (ano 6, n. 14, 1966), na qual comentou e publicou na íntegra a obra de um “poeta desconhecido” que participara do conflito. O folheto, por sua vez, não tinha nenhuma outra referência além do título “A Guerra de Canudos”.

Durante a leitura do texto, ele monta o quebra-cabeça, extraindo elementos da obra que, aos poucos, vai clareando o provável autor e a sua biografia. Descobre que o autor participara da campanha como militar, integrante da 4ª Expedição comandada pelo General Artur Oscar e, provavelmente, era soldado do 27º Batalhão da Paraíba. Utilizando como suporte o livro de Francisco das Chagas Batista, *Cantadores e poetas populares*, Calasans cruzou as informações do folheto com o livro em apreço e conseguiu chegar à conclusão do “documento apócrifo”: “*Os dados coincidem. Quase diria que concordam em gênero, número e grau... João Melchidades Ferreira da Silva é o autor do folheto ‘A Guerra de Canudos’.*”²⁸⁸. No artigo, José Melchidades é elogiado quanto à sua narrativa poética, ao modo de escrever:

*A leitura constante e atenta de “A Guerra de Canudos”, cuja autoria sempre desejamos identificar, trouxe-nos a convicção de que o poeta-soldado de Canudos era um autêntico versejador, um homem feito à poesia e não mero participante da campanha, de veleidades trovescas, que quisera fixar no verso suas impressões de combatente, formulando um depoimento rimado.*²⁸⁹

José Calasans preocupou-se, nesse trabalho, em investigar a identificação do autor do folheto. No seu segundo e principal trabalho, *Canudos na literatura de cordel*, Calasans

²⁸⁶Cf. Universidade Federal da Bahia. Mestrado em Ciências Sociais (História e Sociologia). *Catálogo de Dissertações*. Salvador: Centro Editorial e Didático, 1995.

²⁸⁷ Jerusa Pires Ferreira, José Calasans: um mestre, um pesquisador, um pioneiro, op. cit., p. 424.

²⁸⁸ José Calasans, *A Guerra de Canudos*, op. cit., p. 56.

²⁸⁹ José Calasans, *A Guerra de Canudos*, op. cit., p. 55.

retornou ao texto de Melchiades, explorando-o um pouco mais do que no artigo “A Guerra de Canudos”.

Em *Canudos na literatura de cordel*, livro publicado em 1984, única obra publicada por uma editora de alcance nacional, a Ática, José Calasans seleciona e comenta algumas obras, distantes no tempo e no espaço, mostrando os diferentes discursos sobre Canudos:

*A coletânea agora editada, além dos referidos ABCs, reúne quatro folhetos importantes, escritos por João de Souza Cunegundes (1897), João Melchiades Ferreira da Silva (s.d.), Arinos de Belém (1940) e José Aras (1963). Foram selecionados porque representam tendências distantes do cordel brasileiro sobre o tema Canudos.*²⁹⁰

José Calasans, antes de tecer comentários acerca dos textos de cordel, chama a atenção para “dois pioneiros” da intelectualidade nacional que registraram a voz do povo a partir da poesia popular. Sílvio Romero foi “o primeiro escritor brasileiro a dar notícias de um ciclo de poesia popular que se estava formando em torno da figura messiânica de Antônio Conselheiro”²⁹¹, em 1888, em *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*²⁹². O segundo foi Euclides da Cunha, correspondente de *O Estado de S. Paulo* na guerra, que registrou algumas quadras, atribuídas aos conselheiristas, na sua *Caderneta de Campo*:

*Foi ele a única testemunha da tragédia a considerar a contribuição do bardo anônimo para a interpretação dos sentimentos populares de referência às atividades do Bom Jesus Conselheiro. Podemos também apontá-lo como um dos primeiros ensaístas brasileiros a julgar válidas as fontes orais para a elaboração da história dos povos.*²⁹³

Em relação aos quatro principais autores reunidos no seu livro, Calasans inicia a apresentação por João de Souza Cunegundes. Este, no período do conflito, estava no Rio de Janeiro, capital do Brasil. No calor da hora, escreveu o folheto *A guerra de Canudos no sertão da Bahia*, obra que “reflete o pensamento da época no Rio, quando se acreditava que Antônio Conselheiro e seus seguidores eram perigosos monarquistas”²⁹⁴. O texto de Cunegundes é

²⁹⁰ José Calasans, *Canudos na literatura de cordel*, op. cit., p. 3.

²⁹¹ José Calasans, *Canudos na literatura de cordel*, op. cit., p. 1.

²⁹² Cf. Sílvio Romero, *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1977.

²⁹³ José Calasans, *Canudos na literatura de cordel*, op. cit., p. 2.

²⁹⁴ *Ibid.*, p. 4.

totalmente favorável aos republicanos e ao Exército brasileiro e chamou os conselheiristas de traidores, fanáticos e bandidos: “*a obra de Cunegundes servia bem aos interesses políticos da situação dominante. Era o julgamento de um poeta da Capital Federal, inteiramente dominado pelo noticiário da imprensa*”²⁹⁵.

O segundo autor é o paraibano João Melchiades, sargento do 27 Batalhão da Paraíba, que lutou contra os jagunços durante a 4ª Expedição. Segundo Calasans, *A Guerra de Canudos* de José Melchiades é “*a única obra de cordel, até aqui conhecida, feita por um soldado combatente*”²⁹⁶. O texto de Melchiades exalta o papel dos militares, descrevendo com certa precisão a organização das quatro expedições, mas não menciona a degola. O seu folheto, segundo Calasans, foi escrito provavelmente em 1904.

O terceiro autor é Arinos de Belém, paraense, cujo nome verdadeiro era José Esteves. Escreveu *História de Antônio Conselheiro*, em 1940. No folheto ele enaltece a participação das forças militares do Estado do Pará que lutaram no conflito e justifica a ação do Exército na eliminação do fanatismo.

O quarto autor foi Jota Sara, pseudônimo de José Aras, “*grande conhecedor da vida sertaneja*”, “*criado no sertão do Conselheiro, recolhendo desde cedo notícias da guerra entre sobreviventes, servindo-se da tradição oral muito viva na região, José Aras foi ‘conselheirista’ acima de tudo*”²⁹⁷. José Aras, pequeno pecuarista criador de caprinos, “*possuía um armazém onde vendia, junto com os cordéis (seus e de outros poetas populares), os mais diversos produtos (...)*”²⁹⁸ – comércio localizado no povoado de Bendengó.

Em *Meu folclore*, de 1957, José Aras enaltece a figura de Antônio Conselheiro e sua ação no sertão da Bahia e condena as atitudes do Exército brasileiro:

*O leitor já ouviu contar
A história do Conselheiro
De um simples penitente
Que assombrou o mundo inteiro,
Modesto, honesto e valente
Que fascinou tanta gente
Neste sertão brasileiro*²⁹⁹.

²⁹⁵ *Ibid.*, p. 5.

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 5.

²⁹⁷ José Calasans, *Canudos na literatura de cordel*, op. cit., p. 8.

²⁹⁸ Wálney da Costa Oliveira, “*Sertão virado do avesso*”: *a República na região de Canudos*, Salvador, 2000, Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal da Bahia. p. 151.

²⁹⁹ José Aras apud José Calasans, *Canudos na literatura de cordel*, op. cit., p. 67.

Esse folheto possui um discurso completamente diferente dos outros. Escrito por um homem da região do conflito, nascido em 1893, mesmo ano da fixação de Antônio Conselheiro em Canudos, José Aras fornece uma nova imagem do líder canudense.

Em outro trabalho de Jota Sara, *História da guerra de Canudos*, folheto de cordel inspirado na tradição oral, José Calasans buscou informações, coerentemente recolhidas pelo autor, para elaborar o seu trabalho *Antônio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios*. As informações sobre a reforma do Caminho da Santa Cruz, em Monte Santo, a construção da Igreja do Sobrado em Aporá, da Igreja de Esplanada e da Igreja de Cristinópolis (Sergipe) foram extraídas do pequeno livro de Jota Sara³⁰⁰.

Durante décadas, a literatura de cordel ampliou o número de textos sobre o padre Cícero Romão e outras figuras marcantes do Nordeste, sendo que não se tem muita notícia de cordéis sobre Antônio Conselheiro, fato que Calasans atribui à repercussão de *Os Sertões* e o seu “monopólio” de livro definitivo da guerra, o que impediu novos estudos:

*Desde o aparecimento de Os Sertões, em 1902, até os anos 40, não somente a literatura de cordel como os estudos em geral sobre Canudos não são numerosos. Falava-se mais de Euclides da Cunha do que da Campanha de Canudos. O conflito sertanejo como que existia apenas por causa do livro consagrado e consagrador.*³⁰¹

Nas décadas de 1970 e 1980, surgiram dois trabalhos sobre Canudos: *Antônio Conselheiro, o santo guerreiro de Canudos* (1977) e *Antônio Conselheiro e a guerra de Canudos* (1980)³⁰². O primeiro foi escrito por Rodolfo Coelho Cavalcante e, o segundo, por Minelvino Francisco Silva. Ambos abordam o fanatismo de Antônio Conselheiro, “líder de um grupo de desordeiros”, que queria acabar com a paz e a ordem política vigente em 1897. Esses trabalhos são mencionados por José Calasans em *Canudos na literatura de cordel*, porém não são analisados, em virtude da delimitação que o autor propôs.

Diferente desses dois textos é o de Zé Antônio (José Antônio dos Santos), *O guerreiro de Belo Monte contra Prudente Matadeira*, de 2001. O autor, professor de História da rede estadual de ensino, é graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe.

³⁰⁰ Jota Sara, *História da guerra de Canudos*, op. cit.; José Calasans, *Antônio Conselheiro, Construtor de Igrejas e Cemitérios*, op. cit..

³⁰¹ José Calasans, *Canudos na literatura de cordel*, op. cit., p. 6.

³⁰² Rodolfo Coelho Cavalcante, *Antônio Conselheiro, o santo guerreiro de Canudos* [cordel], Salvador, Tipografia Ansival, 1977; Minelvino Francisco Silva, *Antônio Conselheiro e a Guerra de Canudos* [Cordel]. São Paulo: Luzeiro, 1980.

Devido a sua aproximação com os movimentos sociais e a sua filiação partidária no Partido dos Trabalhadores, o seu folheto é uma verdadeira cartilha de esquerda. Mostra Canudos como uma espécie de comunidade igualitária, Antônio Conselheiro como um líder socialista, imbuído do ideal de libertar o sertão da tirania dos fazendeiros³⁰³.

Pode-se perceber o quanto as visões e versões sobre um mesmo assunto variam no tempo e no espaço, discursos que entram em choque. Nesse sentido, poder-se-ia aproximar da idéia de Roger Chartier sobre as representações, objeto da história cultural que busca “*identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler*”³⁰⁴. Dessa forma, a maneira de pensar a comunidade Canudos, de interpretá-la, está ligada às visões de mundo dos autores, aos grupos sociais aos quais eles pertencem. Em outras palavras, Canudos, em determinados momentos, foi interpretada de diversas formas na voz dos cordelistas, cada um tentando impor sua visão do conflito, sua concepção da história. São, sobretudo, representações socialmente construídas, “*determinadas pelos interesses de grupo que as forjam*”³⁰⁵.

Desde 1984, não se encontra nenhum trabalho específico, de cunho acadêmico, que aborde o tema Canudos, na perspectiva da literatura de cordel. Apenas em 1998, no livro de Mark Curran, *História do Brasil em cordel*, encontra-se um capítulo intitulado “1896-1918 – Canudos e a República Velha”. O capítulo, no que concerne a Canudos, é, no entanto, muito pobre e repleto de falhas. Curran dedica mais páginas a Leandro Gomes de Barros e aos trabalhos sobre cangaço do que necessariamente à guerra de Canudos. Ele apresenta João Melchiades como sendo o primeiro a mencionar a guerra de Canudos em folhetos de cordel. Melchiades tem importância pelo fato de ter participado da guerra, como sargento da 4ª Expedição, mas o seu texto data de 1904, provavelmente. Um dos primeiros textos, que Mark Curran não menciona no seu capítulo é o de João de Souza Cunegundes, contemporâneo do evento, *A guerra de Canudos no sertão da Bahia*, publicado em 1897.

Na breve contextualização discursiva sobre Canudos, usa como referência fundamental Luis da Câmara Cascudo, de longe estudioso do tema. Não usou nenhum trabalho de José Calasans, nem mesmo citou *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Ademais,

³⁰³ Zé Antônio (José Antônio dos Santos), *O guerreiro de Belo Monte contra Prudente Matadeira*, Aracaju, Art’Silva, 2001. Essa interpretação ainda é muito comum entre alguns estudiosos, apesar de José Calasans ter sido um dos primeiros historiadores a discordar dessa idéia: ele mostrou que em Canudos havia um comércio de vendas e compra de casas; no arraial existiam comerciantes fortes, como Antônio Vilanova, que tinha privilégios políticos e morava numa das melhores casas da comunidade; o direito de propriedade era garantido e respeitado. Cf. José Calasans, *Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico*, *op. cit.*

³⁰⁴ Roger Chartier, *A História Cultural: entre práticas e representações*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988, p. 16-17.

³⁰⁵ *Ibid.*, p. 17.

afirma erroneamente que *Canudos na literatura de cordel* é uma nova versão de *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, publicado em 1950. Esse trabalho é, na verdade, uma síntese da história de Canudos contada a partir da oralidade e de depoimentos de sobreviventes do conflito³⁰⁶.

José Calasans, por seu turno, selecionou um bom material de pesquisa. Os textos que ele selecionou são, na verdade, “clássicos”. Os autores, enfim, além de serem de diferentes lugares, de formações diferentes, de construírem discursos que se aproximam e se distanciam, têm ainda outra peculiaridade: de uma forma ou de outra, são indivíduos contemporâneos ao evento, como é o caso de Cunegundes e Melchiades, ou José Aras, que cresceu na área onde se desenvolveu a guerra, território de influência de Antônio Conselheiro, convivendo entre os sobreviventes de Canudos.

Deve-se perder de vista a perspectiva de que o folheto só se constitui enquanto literatura de cordel, se for escrito por alguém do povo. Ariano Suassuna mantém uma visão conservadora do problema, quando afirma que “*o Folheto é o único tipo de obra na qual o povo brasileiro de [sic] expressa livremente por si próprio longe de qualquer imposição, de qualquer deformação que lhe viesse de fora ou de cima*”³⁰⁷. Os vocabulários “povo” ou “popular” são ambíguos. Assumem um sentido homogeneizador, como se os diferentes grupos sociais, vivendo em diferentes espaços, não se relacionassem e não houvesse mediação e troca de experiências entre os indivíduos tidos como do “povo” e da “elite”.

A literatura de cordel faz parte do campo da produção intelectual humana e é, portanto, um documento dentre a diversidade de documentos existentes na sociedade, fato que só enriquece o arcabouço teórico e metodológico dos historiadores e cientistas sociais e, nesse sentido, vale lembrar a frase de Marc Bloch: “*Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito*”³⁰⁸. Assim, essa fonte deve ser explorada ao máximo, como qualquer outro documento, cabendo aos historiadores e cientistas sociais saber manejá-la, estabelecendo critérios metodológicos e perguntas adequadas à sua especificidade enquanto fonte.

Mark Curran, historiador norte-americano, que pesquisa os folhetos desde a década de 1960, estabelece comparações entre o cordel e outras formas de expressão humana. Essa comparação não faz sentido porque o cordel, ou qualquer outro tipo de fonte, guarda em

³⁰⁶ Mark Curran, *História do Brasil em cordel*, op. cit., especificamente da p. 35 a 81.

³⁰⁷ Ariano Suassuna, “O arraial de Canudos”, apud Raimundo Gama, *Recortes de Canudos*, Salvador, BDA, 1997, p. 403.

³⁰⁸ Marc Bloch, *Introdução à História*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1976, p. 61.

si a sua particularidade, não é maior ou menor, em grau de importância, do que outros tipos de documentos³⁰⁹. A validade de um documento reside para o historiador, sobretudo, na própria concepção que ele tem de História, bem como no tipo de pesquisa que desenvolve, o que faz com que, de certo modo, alguns documentos sejam prioritários em relação a outros. Ademais, um documento diz muito mais sobre um determinado assunto na medida em que o pesquisador elabora perguntas adequadas, que explore ao máximo suas potencialidades. Nessa perspectiva, vale lembrar o medievalista Jacques Le Goff:

*O documento não é inócuo. É antes de mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram (...) O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro (...) determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é uma mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (...) qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem.*³¹⁰

A literatura de cordel é uma das ramificações culturais dos trovadores e versejadores, tem suas origens ligadas a esses artistas das palavras, guardiões da memória, tal qual os aedos da Grécia Antiga³¹¹.

Em dois trabalhos da década de 1950, *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro* e na *Guerra de Canudos na poesia popular*³¹², José Calasans usou a oralidade popular e a memória dos sobreviventes como fontes históricas, a visão dos vencidos sobre a própria história, registrando as impressões e sentimentos dos sobreviventes e das pessoas que viveram em torno da região do conflito, indivíduos que guardaram na memória as histórias da guerra. Os versos dos trovadores e suas histórias são as matérias-primas da literatura de cordel. Foi, sobretudo, um dos primeiros historiadores a chamar a atenção para o uso da literatura de cordel como uma fonte para a compreensão da guerra de Canudos e da própria trajetória de vida de Antônio Conselheiro. Como homem de seu tempo, apesar de não ter feito

³⁰⁹ Mark Curran, *História do Brasil em cordel*, op. cit.

³¹⁰ Jacques Le Goff, Documento/Monumento, In: *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 103-104, vol. 1.

³¹¹ Os aedos, poetas-cantadores itinerantes, transmitiram oralmente, de geração a geração, na Grécia Antiga, a história da guerra de Tróia e os feitos de Odisseu. A *Ilíada* e a *Odisséia*, duas epopéias que são fruto dessa oralidade, são atribuídas a um aedo denominado Homero.

³¹² José Calasans, *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, op. cit.; e *A Guerra de Canudos na poesia popular*, Salvador, Centro de Estudos Baianos, 1952 (n. 14).

uma análise aprofundada, do ponto de vista teórico das questões e problemas que envolvem a literatura de cordel enquanto expressão da cultura brasileira e de ser objeto de discussão no campo das ciências sociais, especialmente entre os folcloristas, a sua contribuição, em suma, para a historiografia de Canudos, reside justamente no fato de perceber a validade da oralidade e da literatura de cordel para os estudos históricos.

5. CANUDOS: UMA HISTÓRIA RECONSTRUÍDA

“Cheguei a Canudos não por intermédio da História, mas pelo folclore”³¹³.

José Calasans.

Os temas e assuntos folclóricos sempre fizeram parte do seu universo de preocupação intelectual. Foi em meados da década de 1940, numa de suas pesquisas sobre o cancionário político, quando pesquisava a mudança da capital do Estado de Sergipe, de São Cristóvão para Aracaju, que ele se deparou com alguns versos presentes na memória do povo sobre a guerra de Canudos. Na ocasião, referiam-se à morte do temido Coronel Moreira César, Chefe da 3ª Expedição contra Canudos:

*Coronel Moreira César
Olho de cana caiana
Tomou chumbo nos Canudos
Foi morrer nas Umburanas³¹⁴.*

Os versos contribuíram para despertar o interesse do jovem pesquisador sergipano pelo tema Canudos, que aumentou após a leitura de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. No entanto, seria apenas em Salvador que começaria de fato a pesquisar o tema, quando se candidatou, em 1950, à Docência Livre de História do Brasil, na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, com o trabalho *O Ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*. Dessa data por diante, iniciou sua longa trajetória de pesquisa sobre a guerra de Canudos, uma dedicação que percorreu décadas e o notabilizou como um dos seus principais estudiosos³¹⁵.

³¹³ Entrevista: José Calasans, *Exu*, op. cit., p. 5.

³¹⁴ Marco Antonio Villa, *Calasans, um depoimento para a história*, op. cit., p. 23. Sobre o Coronel Moreira César Calasans escreveu dois trabalhos, ambos construídos com bases na oralidade, na poesia popular: Moreira César na poesia popular, *Universitas*, Salvador, n. 12/13, p. 39-47, maio/dez. 1972; e Moreira César, quem foi que te matou?, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 324, p. 304-311, jul./set. 1979. Um bom estudo sobre o temido “Corta-Cabeças” é o livro de Oleone Coelho Fontes, *O treme-terra: Moreira César, a República e Canudos*, Petrópolis, RJ, Vozes, 1995.

³¹⁵ “Houve mesmo esse reino alvissareiro”, *A Tarde*, Salvador, 4 de outubro de 1997. *A Tarde Cultural*, p. 2.

5.1. O “olhar euclidiano”

Na Bahia, no primeiro trabalho que escreveu, não fugiu da tendência folclórica, inclinação herdada do seu interesse pelos aspectos culturais da sociedade sergipana em que, inclusive, publicou diversos estudos sobre o folclore local. Em *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, publicado em 1950, uma obra pautada na oralidade, em ditos e cantos populares, Calasans procurou entender o fenômeno social de Canudos numa perspectiva folclórica:

*O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro, assim entendido o conjunto de lendas, estórias, milagres, profecias, cantigas, simples versos gerais, ditos populares concernentes a Antônio Conselheiro e Canudos, um dos mais importantes do folclore histórico do Brasil*³¹⁶.

Foi nesse universo cultural que José Calasans se inspirou para construir sua obra. Diga-se de passagem, ela se constitui num dos primeiros estudos de cunho científico publicado sobre a guerra de Canudos, uma vez que o trabalho foi dirigido para ser apresentado num concurso, um estudo acadêmico com graus de cientificidade, portanto.

Até a década de 1950 e meados de 1960, *Os Sertões* de Euclides da Cunha era a principal obra de referência sobre a guerra de Canudos. Fez tanto sucesso entre a intelectualidade brasileira que obras anteriores, como a de Cesar Zama, *Libelo republicano acompanhado de comentário sobre a campanha de Canudos* (1899), Manoel Benício, *O rei dos jagunços* (1899), Alvim Martins Horcades, *Descrição de uma viagem a Canudos* (1899) e Aristides Milton, *A campanha de Canudos* (1901), dentre outras, foram ofuscadas pelas interpretações e narrativa euclidiana. Esse “monopólio euclidiano” é reconhecido por Calasans, logo na introdução do seu trabalho:

*O renome da obra de Euclides como que amedrontou todos quantos pretenderam versar o mesmo tema. A absoluta maioria dos livros sobre Canudos apareceu antes de “Os Sertões”. Depois da publicação do grande ensaio, tudo que se tem feito, salvo artigos sobre pormenores do famoso embate, é cópia servil de Euclides da Cunha ou interpretação das manifestações do desventurado escritor. Estuda-se Canudos via Euclides da Cunha. A obra renomada com que extinguiu a capacidade de pesquisa em torno do doloroso momento da evolução histórica do Brasil*³¹⁷.

³¹⁶ José Calasans, *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, op. cit., p. 23.

³¹⁷ José Calasans, *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, op. cit., p. 14.

Os Sertões, de fato, marcou época não apenas na historiografia de Canudos, mas inseriu-se definitivamente nos estudos interpretativos da sociedade brasileira. Na parte *O Homem*, por exemplo, Euclides da Cunha descreveu com grande capacidade sociológica os costumes, as crenças e tradições que circundam o universo sertanejo. Ademais, esboçou uma análise interpretativa da nossa formação étnica e social, do caráter nacional da identidade brasileira. Euclides da Cunha faz parte do conjunto de autores que promoveram interpretações sobre a realidade social brasileira, que procurou entendê-la, cada a um a sua maneira, com suas teses às vezes dispares, tais como Manoel Bomfim, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

Em relação a Antônio Conselheiro, embevecido das teorias deterministas e raciológicas européias, elaborou um quadro biográfico sombrio, de um “infeliz” que se chocou de frente com a civilização, que poderia perfeitamente ter ido para um “hospício”, da mesma maneira que entrou na história³¹⁸. Quanto à guerra, na parte do livro *A Luta*, fez um relato do desenrolar do conflito, mesclando a historicidade dos fatos com requintes literários.

José Calasans pretendia, então, com seu estudo do folclore, contribuir para a compreensão de Canudos, reavaliando e revisando as interpretações euclidianas, que, apesar do seu “*incontestável valor crítico e histórico, precisam ser devidamente pesados e revistos nos dias de hoje, mais de meio século decorrido do terrível episódio*”³¹⁹.

José Calasans apresentou ao público acadêmico uma imagem que o povo tinha de Antônio Conselheiro e de outros personagens. A valorização da oralidade possibilitou descobrir a dimensão da inserção da memória de Antônio Conselheiro e da guerra nas falas do povo, contadas em versos e trovas, “*bebidas em grande parte na tradição oral, nos Estados da Bahia e de Sergipe, zonas onde se fez marcante a influência do Conselheiro e a guerra é ainda lembrada*”³²⁰.

O Ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro tem um peso importante na sua obra:

O valor desse trabalho reside em dois pontos: o primeiro é o fato de ser um dos primeiros trabalhos de cunho acadêmico a valorizar a oralidade e o conhecimento popular sobre a guerra de Canudos, que compõe o que ele

³¹⁸ Euclides da Cunha, *Os Sertões*, op. cit., p. 121. Euclides construiu o perfil psicológico de Antônio Conselheiro a partir da análise de Nina Rodrigues, em “A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os jagunços”, estudo publicado na Revista Brasileira, em novembro de 1897. Ver Nina Rodrigues, *As colectividades anormais*, op. cit., p. 50-77, onde o artigo foi republicado.

³¹⁹ José Calasans, *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, op. cit., p. 14.

³²⁰ *Ibid.*, p. 101.

*denomina de ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro. O segundo ponto é o fato de que o livro é um bom trabalho de síntese histórica sobre Canudos, embora o seu objeto seja estudar o folclore. Demonstra excelente conhecimento da bibliografia concernente ao tema, usando livros e obras diversas, além de uma variedade significativa de matérias publicadas em revistas científicas da Bahia, do Ceará e do Rio de Janeiro e uma quantidade enorme de fonte jornalística de Aracaju e de Salvador*³²¹.

Apesar do caráter revisionista proposto, José Calasans apresentou ao longo de sua obra idéias e interpretações sob a influência de Nina Rodrigues e Euclides da Cunha quanto ao perfil psicológico de Antônio Conselheiro, que ambos consideravam simplesmente um louco, como se pode ver em um dos trechos do livro, quando se refere à família de Antônio Conselheiro:

*Acréscete-se, ainda, que os seus antepassados sofriram, na sua maioria, de alienação mental e ter-se-á um quadro dos antecedentes mórbidos do homem que tantos males haveria de causar às populações do nosso hinterland, que ele pensava levar para o bom caminho*³²².

O livro está repleto de frases inspiradas nas interpretações euclidianas. Em outra passagem da obra, reforçou a idéia de loucura de Antônio Conselheiro:

*A rigorista doutrina, praticada num meio atrasado, repleto de superstições, sob a inspiração de um pobre doente mental, concorreu, consideravelmente, para o desfecho catastrófico do problema sertanejo*³²³.

Em relação às motivações que engendraram o movimento de Antônio Conselheiro, Calasans apontou, seguindo as interpretações de Euclides da Cunha, um suposto sebastianismo em Canudos. Justificou o discurso sebastianista de Antônio Conselheiro, a partir da existência dessa crença no Nordeste brasileiro, que o beato absorveu em sua longa trajetória de vida até se fixar em Canudos:

No seu delírio profético, também anunciava a volta de D. Sebastião. (...) Antônio Conselheiro certamente ouviu, nos dias de sua meninice, constantes notícias dos fatos ligados ao sebastianismo de Pedra Bonita. Posteriormente, nas suas pregações pelas caatingas, muitas outras coisas chegaram ao seu conhecimento

³²¹ Jairo Carvalho do Nascimento, A oralidade na obra de José Calasans, *Anais do XXII Simpósio Nacional de História*, João Pessoa, 2003 [CD-ROM], p. 5.

³²² José Calasans, *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, op. cit., p. 27.

³²³ *Ibid.*, p. 50.

sobre o assunto. Não fora de propósito, portanto, admitir que os antecedentes sebastianistas do nordeste viessem a exercer decisiva influência na alma do célebre paranóico³²⁴.

O sebastianismo tem sua origem no final do século XVI em virtude da morte do rei de Portugal, Dom Sebastião, na África, em 1578, na batalha de Alcácer Quibir, diante dos mouros. Sua morte acentuou a crise política que atingia Portugal, culminando com a sua anexação à Espanha, que durou de 1580 a 1640. A crença na volta do rei que iria libertar Portugal do jugo espanhol, restabelecer a ordem e empreender a justiça social, ecoou no imaginário coletivo do povo português. Essa crença transcendeu as fronteiras do território de Portugal e chegou ao Brasil, ainda no final do século XVI, como apontam os autos do Santo Ofício da Inquisição, de 1591, nos quais aparecem menções à crença sebastianista.

Além disso, os sermões do padre Antônio Vieira ajudaram a divulgar a crença na colônia portuguesa, uma vez que a oralidade alcançou um número extremamente significativo de pessoas numa sociedade ainda norteadada pela cultura oral, como apontou Jacqueline Hermann, no livro *No reino do Desejado*³²⁵, um estudo da construção e das manifestações do mito sebastianista entre as culturas letradas e populares em Portugal.

Em relação a Canudos, segundo Calasans, a crença sebastianista adquiriu outra perspectiva, de uma manifestação de “redenção-nacional” assumiu um caráter restaurador, que os conselheiristas agarraram-se na esperança de restabelecer a monarquia no Brasil³²⁶.

Seguindo essa tendência, um dos principais estudos sobre os movimentos sociais brasileiros que expressaram um caráter religioso e que divulgou amplamente a conotação sebastianista em Canudos é *O messianismo no Brasil e no mundo*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Baseando-se exclusivamente em Euclides da Cunha, a autora apontou a influência do sebastianismo no movimento de Canudos, tal qual Calasans identificou, uma década antes³²⁷.

Em outra análise do fenômeno Canudos, Maria Isaura P. de Queiroz reforçou sua tese. Depois de não dar importância aos manuscritos de Antônio Conselheiro publicados por Ataliba Nogueira³²⁸, nos quais não aparece qualquer referência ao sebastianismo, preferiu valorizar a “beleza” e a “veracidade” das descrições de Euclides da Cunha:

³²⁴ José Calasans, *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, op. cit., p. 37-38.

³²⁵ Jacqueline Hermann, *No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 226.

³²⁶ José Calasans, *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, op. cit., p. 39.

³²⁷ Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O messianismo no Brasil e no mundo*, op. cit.

³²⁸ Ataliba Nogueira, *Antônio Conselheiro e Canudos (revisão histórica)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974.

(...) os fatos que relata constam de outros documentos existentes, principalmente no que tange aos problemas políticos do interior baiano nessa época, à atitude de repúdio tomada pelo Conselheiro contra a República, que considerava a instalação do Mal no país, e sua aspiração a um retorno da Monarquia que seria a instalação de um verdadeiro paraíso terrestre. E é nesse ponto que o líder messiânico prometeria a intervenção do jovem monarca português desaparecido, o qual, à frente de suas tropas, viria auxiliar os fiéis a reinstalar a antiga forma de governo³²⁹.

Por sua vez, José Calasans, mais tarde, em *Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico*, não teceu nenhuma interpretação sobre o messianismo, nem sobre o sebastianismo. Nesse estudo publicado em 1973, sua concepção quanto ao sebastianismo de Antônio Conselheiro e à relação da comunidade com essa crença mudou em virtude de seu envolvimento contínuo com a pesquisa que o distanciava das interpretações euclidianas, quando afirmou: “a volta de dom Sebastião era confusamente anunciada, sem que possamos afirmar o envolvimento pessoal do Bom Jesus na difusão de tal crença”³³⁰.

Atualmente, a negação da crença sebastianista parece ser uma questão clarificada por novos estudos. João Arruda, em *Canudos: messianismo e conflito social*, desmistifica o caráter sebastianista de Canudos. Ao analisar a “prática espiritual” e o “conteúdo” das “prédicas” de Antônio Conselheiro, bem como a organização do arraial de Canudos, percebeu que essas particularidades não correspondem e não se aproximam de uma provável tendência sebastianista, mas, sim, de um cristianismo primitivo, no tocante à vivência religiosa do Conselheiro, chegando a seguinte conclusão: “Interpretar Canudos como uma comunidade sebastianista é, com certeza, a mais infundada e inconsistente das interpretações correntes”³³¹.

Marco Antônio Villa, por sua vez, em *Canudos: o povo da terra*, criticou os autores que, respaldados exclusivamente em Euclides da Cunha, sustentaram a tese sebastianista. Demonstrou não existir na documentação da época, como as Ordens do Dia do Exército por exemplo e nem nos relatos dos sobreviventes, nenhuma menção ao sebastianismo. Além disso, antes mesmo da eclosão do fenômeno Canudos como movimento social, o sebastianismo já era associado à restauração monárquica, inclusive pela imprensa:

³²⁹ Maria Isaura Pereira de Queiroz, D. Sebastião no Brasil: o imaginário em movimentos messiânicos nacionais, *Revista USP*, São Paulo, n. 20, p. 29-41, 1993, p. 30.

³³⁰ José Calasans, *Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico*, op. cit., p. 476.

³³¹ João Arruda, *Canudos: messianismo e conflito social*, Fortaleza, Edições UFC/SECULT, 1993, p. 149.

*Portanto, além de Euclides da Cunha, não há outro autor que justifique o suposto sebastianismo dos conselheiristas. Os documentos citados pelo escritor não resistem a uma análise mais apurada. Outros autores nada mais fizeram que repeti-lo, analisando superficialmente o período sem notar o real significado de sebastianismo no final do século XIX*³³².

Quanto ao livro *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, ele representa um momento específico no conjunto da obra que José Calasans edificou ao longo de sua pesquisa. Serviu, sobretudo, para incentivá-lo a continuar as pesquisas em torno do tema.

A sua revisão quanto à influência de Euclides da Cunha em sua obra não nasceria de imediato. Por isso, na década de 1950, Calasans escreveu outros estudos sobre a guerra de Canudos, abordando o tema ainda numa perspectiva euclidiana, especialmente mantendo e atribuindo o conceito de fanatismo para a população da comunidade de Canudos e a tese sebastianista.

Em *A guerra de Canudos na poesia popular*, reuniu num pequeno artigo o cancionário histórico de Canudos presente na poética popular a partir de versos recolhidos em obras de diversos pesquisadores, além, é claro, do próprio material que recolhera na tradição oral. Nesse artigo, mais uma vez, enaltece a obra de Euclides, chamando-a de “livro magnífico”. Comentando a respeito da organização da 4ª Expedição no combate aos jagunços que, por sua vez, defendiam-se “heroicamente” nas expedições anteriores, Calasans escreveu que o ano de 1897 foi o momento em que houve a necessidade das autoridades republicanas de mobilizarem os “*recursos nacionais para a completa destruição do fanatismo conselheirista*”³³³. Em relação a Antônio Conselheiro, não utilizou nenhum termo ou expressão que o condenasse psicologicamente; chamou-o apenas de “o homem do Belo Monte”.

Em outro estudo, *O sebastianismo no folclore de Canudos*, José Calasans escreveu que as pregações de Antônio Conselheiro atraíram “milhares de fanáticos” para a “comunidade transviada”, homens e mulheres de diversas localidades que, com o grande fluxo de gente, provocaram, segundo o autor:

O crescimento vertiginoso e impressionante da localidade – que os “conselheiristas” denominavam Belo Monte – em pouco tempo transformada

³³² Marco Antonio Villa, *Canudos: o povo da terra*, São Paulo, Ática, 1997, p. 235.

³³³ José Calasans, *A guerra de Canudos na poesia popular*, In: *No tempo de Antônio Conselheiro*, Salvador, Livraria Progresso, 1959, p. 59. Publicada originalmente pelo Centro de Estudos Baianos, n. 14, em 1952.

*numa verdadeira cidadela fanática, onde as autoridades civis e religiosas não exerciam a menor influência (...)*³³⁴.

O rompimento com a visão de Euclides da Cunha, que Calasans considerava como o “eminente pensador nacional”, dar-se-ia gradativamente. Na defesa da tese, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, ele foi elogiado pelo seu novo trabalho, que teve como base e influência direta o livro *Os Sertões*. Na verdade, as teses euclidianas eram aceitas naturalmente pela intelectualidade da época. Euclides da Cunha exerceu uma influência marcante nesses primeiros estudos de José Calasans. De fonte primordial, tornou-se objeto de estudo. Calasans, então, escreveu alguns pequenos artigos sobre a obra de Euclides, particularmente *Os Sertões*.

Em 1957, em *Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes*, questionou as considerações do embaixador Gilberto Amado a respeito das declarações realizadas por Siqueira de Menezes de que Euclides da Cunha nunca tivera sequer chegado ao palco da guerra, não conhecera o tenente-coronel, “o jagunço alourado”, herói de Canudos, que este fora uma criação de Euclides³³⁵.

Em *As mulheres de Os Sertões*, estudou a forma como Euclides da Cunha observou o universo feminino de Canudos cujo objetivo de Calasans era desmistificar os biógrafos do escritor fluminense os quais afirmavam que as mulheres não apareciam em suas obras³³⁶.

Em *Euclides da Cunha nos jornais da Bahia*, levantou informações da imprensa baiana que noticiou a passagem do correspondente de *O Estado de S. Paulo* por Salvador, nos jornais *Diário de Notícias*, *Diário da Bahia*, *A Bahia*, *Correio de Notícias* e o *Jornal de Notícias*³³⁷.

A primeira fase de pesquisas sobre Canudos, em que o fanatismo e o sebastianismo estavam presentes, não invalida de alguma maneira o seu trabalho. Ao contrário, Euclides da Cunha era a leitura obrigatória para os pesquisadores de Canudos. Ademais, demonstra o quanto Calasans conhecia o referencial bibliográfico de sua época.

³³⁴ José Calasans, O sebastianismo no folclore de Canudos, In: *No tempo de Antônio Conselheiro*, Salvador, Livraria Progresso, 1959, p. 47-48.

³³⁵ José Calasans, *Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes: considerações em torno de uma revelação do embaixador Gilberto Amado*, Bahia, Artes Gráficas, 1957.

³³⁶ José Calasans, As mulheres de “Os Sertões”, *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 22, p. 103-114, abr. 1959. Sobre a participação feminina na guerra de Canudos ver o trabalho de Lina Maria Brandão de Aras e Wálney da Costa Oliveira, Violência de gênero e papéis femininos em Canudos, In: Lina Maria B. de Aras, Cecília Maria B. Sardenberg & Iole M. Vanin, *Fazendo gênero na historiografia baiana*, Salvador, NEIM/UFBA, 2001, p. 49-65.

³³⁷ José Calasans, Euclides da Cunha nos jornais da Bahia, *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, n. 4, p. 47-50, jul./dez. 1969.

Durante a década de 1950 e meados da década de 1960, começava a se constituir no principal pesquisador do tema. Já conhecia uma vasta bibliografia sobre a guerra de Canudos, como demonstra, nesse contexto, o levantamento que realizou, enumerando obras que versavam direta ou indiretamente sobre a temática canudense ou a vida de Antônio Conselheiro, publicada na *Revista Brasiliense*, de São Paulo³³⁸.

Tudo leva a crer que, justamente na transição da década de 1960 para 1970, ocorreria o momento de inflexão, ou seja, o momento em que Calasans se distanciou do modelo euclidiano de interpretação, que pode ser notado, por exemplo, pela ausência, nos seus estudos, dos conceitos de fanatismo e sebastianismo para entender Antônio Conselheiro, seu séqüito e a comunidade de Canudos.

Na mesma medida em que recolhia depoimentos junto aos sobreviventes, visitava arquivos e coletava documentos contemporâneos relativos à guerra: uma nova visão de Antônio Conselheiro e de Canudos emergia, distanciando-se das proposições sagradas de Euclides da Cunha. Não obstante, não perderá a sua admiração pela obra de Euclides da Cunha; apenas inverteu seu olhar com bases em todo o acervo documental que encontrava.

5.2. Um novo “olhar” da história de Canudos

A década de 1960 marca o momento de transição nas pesquisas desenvolvidas por José Calasans. Ele, na verdade, desde 1950, com sua tese de livre docência, norteou as pesquisas em torno do tema Canudos até a década de 1990, destacando-se como o grande estudioso do assunto. Nesse período, apresentou uma série de questões que ampliaram o conhecimento histórico da guerra de Canudos e da saga de Antônio Conselheiro. Em outras palavras, uma pluralidade de temas surgiu ao longo de sua obra.

Nesse período de transição, Calasans não estava sozinho. Contribuiu significativamente para a retomada das discussões sobre a guerra de Canudos, a obra de Rui Facó, *Cangaceiros e fanáticos*, de 1964. Facó teve o mérito de introduzir o materialismo histórico para interpretar o movimento de Canudos, uma renovação importante no quadro da historiografia, justamente no momento em que tal referencial se consolidava no universo acadêmico brasileiro. O livro aborda as manifestações dos movimentos sociais brasileiros, particularmente o cangaceirismo e o messianismo, do final do século XIX (Canudos) e

³³⁸ José Calasans, Contribuição ao estudo da campanha de Canudos, *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 17, p. 176-190, maio/jun. 1958.

primeira metade do século XX (Juazeiro, Caldeirão e cangaço). A sua tese é a de que a natureza dos movimentos de cunho místico tem, particularmente, “*um fundo perfeitamente material*”, e o misticismo seria apenas uma “*cobertura*”, a encobrir o verdadeiro sentido dos movimentos: a luta contra o latifúndio, a luta pela terra³³⁹.

Quanto a Canudos, entendeu o movimento como uma luta de classes que tinha, “*sob a capa de misticismo religioso*”, um outro objetivo, “*uma luta aguerrida contra o latifúndio, contra a miséria e a exploração terríveis que o monopólio da terra engendra e mantém secularmente no Brasil*”³⁴⁰.

Outro importante trabalho do período é *Messianismo brasileiro e instituições nacionais: uma reavaliação de Canudos e Juazeiro*, de Ralph Della Cava, de 1968. Della Cava fez uma análise dos dois movimentos contextualizando-os, dentro de uma perspectiva regional e nacional, com os poderes eclesiástico e político do Brasil no final do século XIX e início do século XX. Em relação a Canudos, um traço significativo de seu estudo é a relação que ele estabeleceu entre a disputa oligárquica protagonizada pelos vianistas e gonçalvistas pela predominância política no interior do Estado com o conflito de Canudos, guerra motivada, dentre outras causas, pela briga ideológica dos grupos políticos baianos³⁴¹.

Nesse contexto, José Calasans, por sua vez, em 1968, escreveu *Antônio Conselheiro e os “treze de maio”*, um trabalho que representa, sobretudo, o seu novo olhar diante de Canudos, particularmente de Antônio Conselheiro, o qual, em suas andanças pelos sertões baianos, proferiu não apenas discursos de cunho religioso, mas versou também sobre questões sociais e políticas. Manoel Benício, por exemplo, registrou o descontentamento e as críticas de Antônio Conselheiro a cobrança abusiva de impostos feita por um funcionário municipal, numa feira livre, na cidade de Chorroxó, interior da Bahia³⁴².

No artigo *Antônio Conselheiro e os “treze de maio”*, Calasans analisou a relação e o posicionamento do líder cearense diante da escravidão, além de tocar na questão da participação da população negra na comunidade de Canudos. Antônio Conselheiro não se mostrou indiferente diante da situação pobre e miserável vivida pela população sertaneja no interior da Bahia. De 1874, ano em que apareceu a primeira notícia jornalística conhecida sobre o cearense, em *O Rabudo*, periódico do município de Estância, Estado de Sergipe, até a

³³⁹ Rui Facó, *Cangaceiros e fanáticos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 9.

³⁴⁰ Rui Facó, *op. cit.*, p. 119.

³⁴¹ Ralph Della Cava, *Messianismo brasileiro e instituições nacionais: uma reavaliação de Canudos e Juazeiro*, *Revista da FAEEBA*, Salvador, ano 2, n. especial, p. 78-97, jan./jun. 1993. Uma análise da rivalidade entre vianistas e gonçalvistas pode ser encontrada no bom estudo de Consuelo Novais Sampaio, *Repensando Canudos: o jogo das oligarquias*, *Revista da FAEEBA*, Salvador, ano 2, n. especial, p. 5-20, jan./jun. 1993.

³⁴² Manoel Benício, *O rei dos jagunços*, *op. cit.*

sua fixação definitiva em Canudos, em 1893, percorreu várias localidades do interior da Bahia, vivenciando de perto o sofrimento e a miserabilidade do povo, da massa negra e escrava.

Neste artigo, José Calasans apresentou a questão citando, particularmente, três fontes importantes: a primeira é uma matéria jornalística de um periódico baiano que Calasans diz ter sido o *Diário de Notícias* da Bahia, de 31 de setembro de 1897, mas provavelmente foi o *Jornal de Notícias*, que traz um depoimento de um italiano que se encontrou com Conselheiro durante a sua estadia no interior da Bahia, trabalhando na construção da Estrada de Ferro Salvador-Timbó³⁴³. O jornal registrou que o italiano presenciou Antônio Conselheiro, na localidade denominada Saco, pregando para uma multidão de mais de duas mil pessoas, sendo, na sua maioria, composta de escravos oriundos da região de Itapicuru que, segundo Calasans, possuía um “*apreciável número de pequenos engenhos, o que explica a presença de grande número de escravos*”³⁴⁴. Segundo o italiano, Antônio Conselheiro fez alusões à vida dura e difícil dos escravos, condenando essa situação. Além de pregar, de transmitir conselhos, o peregrino distribuiu entre a massa escrava alimentos que ele arrecadou durante suas andanças³⁴⁵.

A sua segunda fonte é o livro manuscrito de Antônio Conselheiro, em que o autor teceu comentários relativos à escravidão. Mesmo que esse líder religioso não tivesse uma visão crítica e profunda, uma consciência clara e definida do problema, vale dizer que ele foi um homem sempre preocupado com a condição do negro. Mesmo depois de abolida a escravidão, retoma o problema no seu manuscrito *Prédicas aos canudenses e um discurso sobre a república*, datado em 12 janeiro de 1897, publicado originalmente por Ataliba Nogueira:

(...) *era chegado o tempo marcado por Deus para libertar esse povo de semelhante estado, o mais degradante a que podia ver reduzido o ente humano*
 (...) *Quantos morriam debaixo dos açoites nus, oprimidos da fome e de pesado trabalho. (...) Chegou enfim o dia em que Deus tinha de pôr termo a tanta*

³⁴³ Parece que Calasans cometeu um pequeno equívoco em relação à data e ao jornal, pois o mês de setembro termina em 30. Robert Levine, em *O sertão prometido*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1995, anotou ter sido publicada pelo periódico baiano o *Jornal de Notícias*, e no dia 3 de setembro de 1897. A campanha de Canudos foi amplamente divulgada nos jornais. Mobilizou vários periódicos do Rio de Janeiro, de São Paulo e da Bahia. Em 1897, Canudos era o assunto do momento. A quantidade de matérias ajudava, provavelmente, a vender um número maior de exemplares. A notícia era um negócio. Em virtude disso, o *Jornal de Notícias*, mesmo alguns anos depois, resolveu publicar tal matéria. Sobre a participação da imprensa na 4ª Expedição Cf. Walnice N. Galvão, *No calor da hora*, São Paulo, Ática, 1994.

³⁴⁴ José Calasans, Antônio Conselheiro e os “treze de maio”, *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, ano X, n. 47, p. 91-95, maio/jun. 1968, p. 93

³⁴⁵ José Calasans, Antônio Conselheiro e os “treze de maio”, *op. cit.*, p. 93-94.

*crueledade, movido de compaixão a favor de seu povo e ordena para que se liberte de tão penosa escravidão*³⁴⁶.

A terceira fonte é um artigo publicado no *Jornal de Notícias*, da Bahia, de 5 de março de 1897, de autoria de Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo, rico proprietário na região de Itapicuru e Jeremoabo, o qual declarou que, com a abolição, aumentou e muito o séquito de Antônio Conselheiro, fato esse que contribuiu para a desestruturação do trabalho nas propriedades rurais. O Barão de Jeremoabo escreveu, também, que, antes mesmo da abolição, o trabalho já vinha sofrendo alterações, desorganizando-se, escravos ficando ociosos, devido à influência exercida por Antônio Conselheiro³⁴⁷.

A atitude de Conselheiro diante da escravidão é importante no quadro de seu perfil biográfico, pois mostra o grau de visão político-social do Conselheiro, um homem que repudiava a exploração do homem por outro homem:

*Antônio Conselheiro foi um abolicionista plebeu, atuando na área do Nordeste, em uma região em que os líderes tradicionais do abolicionismo nunca atuaram dinamicamente, com uma mensagem dirigida às populações oprimidas e à massa dos escravos descontentes, muitos dos quais, possivelmente, saiam dos quilombos para ouvi-lo*³⁴⁸.

Nesses documentos, fica evidente que, após a abolição, um bom número de ex-escravos seguiu para Canudos:

O drama do ex-escravo, do 'treze de maio', desajustado, incapaz muitas vezes de viver sua nova vida, parece haver chegado ao Conselheiro. Os negros teriam ido procura-lo como uma salvação. Ele lhes daria trabalho, alimentação, conselho.

³⁴⁶ Antônio Vicente Mendes Maciel apud Ataliba Nogueira, *Antônio Conselheiro e Canudos, revisão histórica*, op. cit., p. 180-181. Os manuscritos, provavelmente, segundo pesquisas recentes, não foram escritos por Antônio Conselheiro, mas, por seu secretário, Leão de Natuba. Ver Fernando da Rocha Peres & Walnice Nogueira Galvão, *Breviário de Antônio Conselheiro*, Salvador, EDUFBA, 2002.

³⁴⁷ Barão de Jeremoabo apud José Calasans, Antônio Conselheiro e os "treze de maio", op. cit.. José Augusto C. B. Bastos, em *Incompreensível e bárbaro inimigo: a guerra simbólica contra Canudos*, analisa, à luz do pensamento de Gramsci, os discursos dos grandes intelectuais (Euclides da Cunha e Nina Rodrigues) e dos intelectuais tradicionais (do clero, de Dantas Barreto e do Barão de Jeremoabo) na construção de uma visão negativa de Antônio Conselheiro e seu séquito. Ver especificamente o capítulo Barão de Jeremoabo, p. 177-186. Ver, também, o trabalho de Consuelo Novais Sampaio (org.), *Canudos: cartas para o Barão*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1999. A autora publicou 70 cartas recebidas pelo Barão de Jeremoabo, de parentes e amigos, em que o assunto mais corrente é Canudos e a falta de mão-de-obra na região.

³⁴⁸ Clovis Moura, Antônio Conselheiro: um abolicionista da plebe, *O Olho da História*, Salvador, UFBA, v. 2, n. 3, p. 93-98, dez. 1996. p. 98.

*Amparo, numa palavra. Não foram poucos os ex-escravos recebidos na comunidade conselheirista*³⁴⁹.

Enfim, Calasans apontou que a quantidade de negros em Canudos era extremamente significativa. Marco Antonio Villa, respaldado apenas na lista do Comitê Patriótico da Bahia, o qual contava com apenas 126 prisioneiros, afirmou não ter sido importante a presença do negro, porquanto representavam 19% do total. Argumentar baseando-se apenas numa lista que não representa o universo populacional de Canudos não é um procedimento metodológico coerente. Até porque daquela lista, 19 eram mulatos, 25 negros, com 20 prisioneiros sem registro, além de 25 caboclos e 36 brancos. Considerando que mulato, do ponto de vista da cor, está mais próximo do negro do que do branco e entre os vinte não registrados pudesse haver negros, o percentual seria acima dos 19%³⁵⁰.

Essa presença está evidente em vários depoimentos de amigos e parentes nas cartas dirigidas ao Barão de Jeremoabo, conforme mostrou Consuelo Novais Sampaio: “*Não há dúvida, porém, de que grande parte dos seguidores do Conselheiro era constituída de ex-escravos em busca da liberdade que o 13 de maio lhes havia anunciado, mas que a realidade político-social do país lhes negava*”³⁵¹. José Calasans, em outro trabalho, *O séqüito de Antônio Conselheiro*, confirmou, através de outros depoimentos, a presença marcante de negros em Canudos³⁵².

O trabalho de Calasans, enfim, serviu para abrir o debate, evidenciando a visão político-social do Conselheiro, de que não era um caso notável de degenerescência intelectual como afirmou Euclides da Cunha. Essas fontes dão uma nova visão do papel de Antônio Conselheiro no sertão por onde andou. Constitui-se no primeiro trabalho a abordar essa vertente da vida desse líder religioso. Em outras palavras, serviu, sobretudo, para resgatar parte da sua experiência de vida negligenciada pelos antecessores de Calasans.

Na década seguinte, 1970, do ponto de vista da pesquisa e da ampliação do conhecimento histórico concernente a Canudos, foi um dos períodos mais produtivos de sua carreira. Era apontado como sendo o principal estudioso do assunto, nome certo em seminários e congressos em toda e qualquer parte do país.

³⁴⁹ José Calasans, Antônio Conselheiro e os “treze de maio”, *op. cit.*, p. 94.

³⁵⁰ Marco A. Villa, *Canudos: o povo da terra*, *op. cit.*, p. 243.

³⁵¹ Consuelo Novais Sampaio (org.), *Canudos: cartas para o Barão*, *op. cit.* Ver o capítulo *Canudos: a construção do medo*, p. 31-85.

³⁵² José Calasans, O séqüito de Antônio Conselheiro, *Revista da FAEEBA*, Salvador, ano 2, n.º especial, p. 49-54, jan./jun. 1993.

Um dos primeiros trabalhos desse período é *Os jagunços de Canudos*. Nesse estudo, Calasans pesquisou a origem e o significado do termo *jagunço* nos principais dicionários de língua portuguesa do final do século XIX. Mostrou que o termo sofreu transformações de sentido, sendo associado a valentão e capanga, passando para arma de guerra usada por homens (nesse sentido, provém da palavra *zarguncho*, de origem africana), até ser associado a todos os habitantes de Canudos e aos simpatizantes de Antônio Conselheiro pela imprensa brasileira³⁵³.

Um dos grandes méritos do trabalho foi o de dissociar a expressão do peso da interpretação euclidiana, que associou os jagunços a todo e qualquer sertanejo, de não ter feito nenhuma distinção entre jagunços e bandidos. Ademais, Euclides da Cunha atribuiu, antes de escrever *Os Sertões*, uma conotação política aos jagunços, acreditando que eram monarquistas. A intelectualidade da época recebia as informações da guerra pelos jornais. A imprensa, para justificar a ação do Exército e colocar a população contra Canudos, construiu o discurso de que a comunidade de Antônio Conselheiro era um reduto monarquista, que pretendia restaurá-la, derrubando a República. Os intelectuais aceitaram tal versão. Euclides da Cunha escreveu dois artigos no jornal *O Estado de S. Paulo* (em 14 de março e 17 de julho), com o título “A nossa Vendéia”, onde reforçou o discurso do projeto político monarquista dos jagunços.

Como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*, Euclides viajou para Canudos com essa idéia, formada pelas notícias veiculadas na imprensa. Não obstante, ao se deparar com a realidade, percebeu o contrário. Antes de partir para o palco da guerra, ouviu a posição do Coronel Carlos Teles de que em Canudos não havia “*intuitos monárquicos entre os fanáticos*”³⁵⁴. Em *Os Sertões*, influenciado pelas teorias racistas européias, afirmou que não havia intuito político na ação dos jagunços, pois eles não compreendiam nem o regime republicano tampouco o monárquico, visto que “*lhes são abstrações inacessíveis*”, pelo fato de estarem num estágio evolutivo inferior, que apenas aceitariam “*o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro*”³⁵⁵. Nina Rodrigues, por sua vez, acreditava que os jagunços estavam, no quadro da evolução social, num “*estágio inferior*”, por isso só poderiam aceitar a Monarquia, não tinham “*capacidade mental*” para entender a mudança de regime³⁵⁶.

³⁵³ José Calasans, *Os jagunços de Canudos, Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésiliens*, Toulouse, n. 15, p. 31-38, 1970.

³⁵⁴ Euclides da Cunha, *Canudos: Diário de uma expedição*, São Paulo, Martin Claret, 2003, p. 59.

³⁵⁵ Euclides da Cunha, *Os Sertões*, op. cit., p. 163.

³⁵⁶ Nina Rodrigues, *As colectividades anormaes*, op. cit., p. 69.

Calasans, dialogando com Wilson Lins, dissociou a relação generalizante de que todo sertanejo era jagunço e bandido. Procurou desconstruir esse discurso. Mostrou que o jagunço era um “*tipo especial de sertanejo*”, que pegava em armas para lutar ao lado de amigos ricos ou pobres, sem, no entanto, ser pago necessariamente, ou fazer dessa prática meio vida³⁵⁷. Essa postura mostra, ademais, o seu rompimento com Euclides da Cunha quanto ao fanatismo e ao banditismo atribuído ao séquito de Antônio Conselheiro. Aceitando que houvesse alguns sujeitos, os quais cometeram crimes, mas, não havendo documentação que provasse essa proposição, Calasans concluiu não constituírem eles, efetivamente, o povo de Canudos:

A massa dos habitantes do Belo Monte para ali não se dirigiu visando a prática de delitos e sim um ambiente cristão de paz, de fartura, de compreensão entre os homens, conforme preconizava o Bom Jesus nos constantes conselhos que ministrava aos humildes e abnegados acompanhantes. (...) Os jagunços de Canudos, os jagunços de Antônio Conselheiro, tão insultados e incompreendidos nos terríveis dias da guerra dos sertões, apontados como assaltantes, depredadores, criminosos da pior espécie, a ralé interiorana, estão conquistando na moderna crítica histórica do nosso País seu verdadeiro lugar no processo de formação nacional³⁵⁸.

Em *O matricídio de Antônio Conselheiro*, Calasans negou a lenda contida em *Os Sertões* de que Antônio Conselheiro matara a mãe e a esposa no Ceará. O valor desse trabalho não reside nessa questão, que pouco acrescenta ao estudo da vida de Antônio Conselheiro. No artigo em apreço, Calasans começou fazendo um relato da estadia de Antônio Conselheiro na pequena localidade de Itapicuru. Nesse lugar, entrou em desentendimento com o Delegado de Polícia, Boaventura da Silva Caldas, e manteve boa relação com o vigário local, o padre Agripino da Silva Borges. Manteve boas relações também em outra localidade como em Divino Espírito Santo de Abrantes, com o padre Emílio de Santana Pinto. No entanto, com o padre de Nossa Senhora da Conceição de Aporá, João José Barbosa, e de Nossa Senhora do Livramento do Barracão, João Alves da Silva, as relações não foram amistosas, a ponto de solicitarem providências do Arcebispado ou da Polícia para conter o avanço e o prestígio de Antônio Conselheiro diante da população.

Em síntese, a contribuição desse trabalho se concentra na contextualização que Calasans fez da relação entre Antônio Conselheiro e o clero do interior baiano. Mostrou que,

³⁵⁷ José Calasans, *Os jagunços de Canudos*, *op. cit.*, p. 36. Ver Wilson Lins, *O médio São Francisco*, Bahia, Edições Oxumaré, 1952.

³⁵⁸ José Calasans, *Os jagunços de Canudos*, *op. cit.*, p. 37.

muitas vezes, a divergência política entre párocos e delegados de polícia era a raiz ou matriz a qual provocava a aproximação de determinados padres a Antônio Conselheiro, e a Igreja foi uma das primeiras instituições a se opor com vigor contra o peregrino:

*O Conselheiro fazia perigar, num trecho do território baiano, o poder da autoridade eclesiástica, observando-se, não raro, uma acentuada divergência entre os representantes do Estado e a Igreja. Em alguns lugares, os padres combatiam o peregrino, enquanto os delegados o amparavam, e vice-versa. Tal procedimento, com efeito, estaria condicionado às próprias discordâncias locais, muitas vezes determinadas pelas posições políticas adversas*³⁵⁹.

Outro ponto relevante, uma grande contribuição de Calasans para o estudo da vida de Antônio Conselheiro, é o papel social desempenhado por ele durante suas andanças pelo norte do Brasil. Sobre essa questão, Calasans comentou: “*Uma das coisas que sempre me atraíram em Antônio Conselheiro foi sua capacidade de ter feito grandes obras no sertão*”³⁶⁰.

Euclides da Cunha fez parcos comentários a respeito das ações de Antônio Conselheiro nesse campo: “*Coerente com a missão que se devotara, ordenava... penitências... Reconstruíam-se templos abatidos; renovavam-se cemitérios em abandono; erigiam-se construções novas e elegantes*”³⁶¹. Todavia, seu discurso, influenciado pelo pensamento científico europeu, atribuiu essas atitudes de Conselheiro como sendo fruto de um ascetismo incoerente, de um desajustamento mental provocado pela traição de sua mulher.

Antônio Conselheiro foi um grande construtor, adquirindo um papel fundamental no desenvolvimento social do sertão nordestino, ao reformar e construir capelas, cemitérios, igrejas, cavar açudes. José Calasans, em *Antônio Conselheiro, Construtor de Igrejas e Cemitérios*, artigo publicado em 1973, identifica e cita, “pela primeira vez”, dezenas de obras referentes ao Conselheiro, considerando-o como um verdadeiro empreendedor social, numa região abandonada pelos governantes:

Se considerarmos a época das suas realizações, as dificuldades sem conto para as tarefas empreendidas, justo é consignar os méritos de sua ação obreira, sem competidor na segunda metade do século XIX, senão mesmo em todo o envolver da zona em apreço. (...) pregava para o bem, ajudava os desafortunados, abria tanques para recolher água nas terras secas, erguia capelas, levantava

³⁵⁹ José Calasans, O “matricídio” de Antônio Conselheiro, *op. cit.*, 1972. Um bom estudo sobre o discurso e a política de repressão da Igreja Católica contra Antônio Conselheiro pode ser encontrado em José Augusto C. B. Bastos, *Incompreensível e bárbaro inimigo: a guerra simbólica contra Canudos*, *op. cit.*, especificamente o capítulo que trata do discurso religioso, p. 107-146.

³⁶⁰ *Tribuna da Bahia*, Salvador, 30 de maio de 2001, p. 7.

³⁶¹ Euclides da Cunha, *Os Sertões*, *op. cit.*, p. 139.

*cemitérios, realizando uma missão que o poder público e a autoridade eclesiástica não tinham, muitas vezes, condições ou vontade de empreender*³⁶².

Baseando-se em documentos e na tradição oral, Calasans reconstruiu, nesse artigo, os passos de Antônio Conselheiro, os locais onde o peregrino deixou sua marca na vida social das comunidades por onde passou. Alguns padres, aproveitando-se dessa prática empreendedora, estabeleceram boas relações com Antônio Conselheiro para aproveitar seus trabalhos na construção ou reconstrução de igrejas. Os padres muito pouco faziam, não se mobilizavam para empreender aqueles trabalhos. Já possuíam vários problemas, pois representavam uma grande área geográfica, que impedia o contato freqüente entre o padre e o povo, meios de transporte precários e paróquias com poucos recursos, como mostrou Cândido da Costa e Silva, em *Roteiro da vida e da morte*³⁶³.

Calasans revelou, sobretudo, o grau de liderança e o poder organizador de Antônio Conselheiro em mobilizar pessoas para empreenderem aquelas atividades, trabalhos desenvolvidos em grandes mutirões:

*Empregou todos os meios ao seu alcance, a fim de atingir ao objetivo colimado, influenciando pessoas para obter os recursos materiais, movimentando gentes para os trabalhos das construções. Fez-se, assim, inquestionavelmente, o maior edificador de igrejas dos sertões da Bahia, naquela zona compreendida entre os rios São Francisco, Vazabarris e Itapicuru, por onde peregrinou durante quase um quartel de século, de 1874 a 1897*³⁶⁴.

Em *Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico*, de 1973, José Calasans escreveu uma análise da comunidade de Canudos, embora não tenha discutido devidamente o conceito de messianismo ao longo do texto³⁶⁵. Outra questão problemática foi a sua afirmação de que Antônio Conselheiro teria escolhido um lugar estratégico que serviria de “*ponto de reação ao poder constituído*”³⁶⁶, ou seja, sugeriu que Antônio Conselheiro presumira que seria atacado e escolhera, portanto, conscientemente, um lugar que seria uma base de reação contra a República.

³⁶² José Calasans, Antônio Conselheiro, Construtor de Igrejas e Cemitérios, *op. cit.*, p. 71.

³⁶³ Cândido da Costa e Silva, *Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo popular no sertão da Bahia*, São Paulo, Ática, 1982.

³⁶⁴ José Calasans, Antônio Conselheiro, Construtor de Igrejas e Cemitérios, *op. cit.*, p. 70.

³⁶⁵ José Calasans, *Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico*, *op. cit.*

³⁶⁶ José Calasans, *Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico*, *op. cit.*, p. 463.

Marco Antônio Villa, em *Canudos: o povo da terra*, criticou essa posição de José Calasans, argumentando que o peregrino precisava de um lugar para instalar sua gente, onde houvesse o mínimo de condição econômica para alimentar seus seguidores. Além disso, Conselheiro já conhecia a fazenda Canudos e sabia do seu posicionamento geográfico, de onde partiam várias estradas em direção a outros povoados, o que facilitaria o acesso das pessoas ao arraial³⁶⁷.

É, no entanto, um estudo imprescindível no quadro da historiografia de Canudos. A contribuição desse trabalho reside em dois pontos: primeiro, é um trabalho de síntese histórica. Calasans versou sobre a formação e o desenvolvimento da comunidade, abordando os seus aspectos econômicos, políticos e religiosos. Versou sobre o espaço geográfico que circundava o arraial, as estradas que passavam em torno da comunidade, dando-lhe uma posição importante do ponto de vista comercial, pois facilitava o escoamento da sua principal atividade econômica, a criação de bode. O seu argumento para a história do crescimento da comunidade – a população que se deslocou para ajudar os conselheiristas durante as expedições – demonstra o quanto a influência de Antônio Conselheiro era marcante naquela região. Mostrou que a população de Canudos não era uniforme, tanto do ponto de vista econômico quanto étnico. Não eram apenas pessoas pobres que se dirigiam a Canudos, mas pessoas de posses, que vendiam seus bens e para lá se transferiam. Havia uma parcela significativa de negros, inclusive de ex-escravos, além de índios, que se concentravam em ruas cujas denominações correspondiam a esses grupos, a “rua dos negros” e “rua dos caboclos”³⁶⁸.

Segundo, ao longo do texto, ao tratar da ação dos comerciantes dentro do arraial, os privilégios e a importância política de alguns moradores, como Antônio Vilanova e João Abade, e a comercialização de casas, onde “o direito a propriedade estava assegurado”³⁶⁹, apontou uma situação social que não correspondia à idéia de uma sociedade igualitária, que mais tarde seria desenvolvida por Edmundo Moniz, em *A guerra social de Canudos*. Consoante ele, na comunidade de Canudos foi implantado um tipo de sociedade socialista, uma experiência pioneira que Antônio Conselheiro levou a cabo nos sertões baianos: “Antônio Conselheiro (...) organizara, na prática, uma comunidade igualitária, transferindo para a terra o que os padres prometiam no céu”³⁷⁰.

³⁶⁷ Marco Antonio Villa, *Canudos: o povo da terra*, op. cit., p. 55.

³⁶⁸ José Calasans, *Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico*, op. cit., p. 465-466.

³⁶⁹ *Ibid.*, p. 474.

³⁷⁰ Edmundo Moniz, *A guerra social de Canudos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 47.

Na verdade, comerciantes como Antônio da Mota, Joaquim Macambira, Norberto das Baixas e Antônio Vilanova desfrutavam de certos privilégios e comerciavam com coronéis locais e comunidades vizinhas. O último, juntamente com João Abade, “chefe ou prefeito de rua”, exerciam papel de liderança na comunidade. Possuíam as melhores casas. Calasans chegou à conclusão de que Canudos era um povoado não muito diferente de outros do interior da Bahia. No texto, pelos argumentos que apresentou, Canudos não possuía nenhum elemento que pudesse levar Edmundo Moniz a afirmar ser uma sociedade socialista, igualitária. O autor nem sequer citou esse trabalho de Calasans em seu livro.

Além de contribuir para a ampliação do conhecimento histórico sobre Canudos, seja nas questões ligadas à organização da sociedade de Canudos seja ao perfil biográfico que elaborou das principais personagens envolvidas, como Antônio Conselheiro, Euclides da Cunha, o Coronel Moreira César e os principais jagunços de Canudos, ao criar o *Núcleo Sertão*, José Calasans não apenas abriu caminhos com suas pesquisas, com os temas que discutiu e com os problemas que apresentou, mas, também, contribuiu de forma inestimável para a sistematização da documentação em uma base de dados, facilitando a vida dos pesquisadores.

Ninguém no Brasil pesquisou e coletou tanto material sobre Canudos quanto José Calasans. Até criar esse centro de estudo, Calasans contabilizava trinta e três anos ininterruptos de pesquisa. Em meados da década de 1970, *O Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, já apontava e destacava o papel de José Calasans na renovação historiográfica de Canudos e tecia comentários a respeito do valor de sua biblioteca particular, “*uma das mais completas bibliotecas do país sobre o líder messiânico, Euclides e o sertão em geral*”³⁷¹.

O *Núcleo Sertão* foi criado em agosto de 1983, incorporado ao Centro de Estudos Baianos, da Universidade Federal da Bahia, no prédio da antiga Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus. Nesse ano, Calasans exercia o mandato de Vice-Reitor, no Reitorado de Macedo Costa. Entre os documentos importantes que Calasans apresentou ao público, na oportunidade da inauguração, estavam os manuscritos de Antônio Conselheiro, o fascículo do jornalista Favila Nunes, uma cópia da primeira matéria sobre Antônio Conselheiro publicada em *O Rabudo*, várias edições de *Os Sertões*, matérias de jornais da Bahia e do sul do país da época da guerra etc. O *Núcleo Sertão* destina-se, segundo Calasans, no período da sua inauguração, “*(...) ao estudo de toda a problemática do sertão, envolvendo assuntos que vão*

³⁷¹ “As fontes do repórter Euclides e um novo perfil do Conselheiro”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1974. Caderno B, p. 4.

*desde a vida de Euclides da Cunha, Antônio Conselheiro e Canudos, assim como o messianismo de uma maneira geral e as secas do Nordeste*³⁷².

Assim, a maior parte do acervo diz respeito à guerra de Canudos e ao messianismo, além de livros e artigos que versam sobre diversos aspectos do Nordeste, como a literatura de cordel, o cangaço e a religiosidade sertaneja. Sobre a sua principal realização, informou:

*O Núcleo Sertão é constituído basicamente da biblioteca doada por mim, cerca de cinco mil livros. Essa bibliografia é realmente rica, tendo lá todas as edições dos Sertões [sic], não só em língua portuguesa, mas também tem em alemão. Tem, também, uma boa coleção de folhetos e um manuscrito de Antônio Conselheiro (...)*³⁷³.

O Núcleo Sertão possui hoje um dos maiores acervos sobre Canudos no Brasil e no mundo. Da antiga Faculdade de Medicina, onde as instalações não eram adequadas, colocando o acervo em risco, o centro de estudos e pesquisa foi transferido, na década de 1990, para o prédio da Biblioteca Central da UFBA, em Ondina. Segundo Calasans, em entrevista a Maria Palácios, o Núcleo tem um acervo que ultrapassa 4.639 livros, a grande maioria sobre Canudos³⁷⁴.

Em 1982, José Calasans escreveu uma série de pequenos artigos das principais personagens do episódio de Canudos no jornal *A Tarde*, numa secção denominada “Quase biografias de jagunços”. Tais artigos, mais tarde, seriam publicados pelo Centro de Estudos Baianos, com o título *Quase biografias de jagunços: o séqüito de Antônio Conselheiro*³⁷⁵.

Nesse livro, encontram-se perfis biográficos de indivíduos que desempenharam papéis de destaque ou que exerciam funções específicas dentro da comunidade de Canudos. Escreveu sobre Antônio Beatinho, uma das pessoas mais próximas a Antônio Conselheiro, responsável pela organização interna das igrejas; Timotinho, o sineiro da comunidade; Manoel Faustino, o mestre-de-obras de Antônio Conselheiro; Leão de Natuba, “o secretário” de Antônio Conselheiro, a quem se atribui a escrita dos manuscritos encontrados no arraial de Canudos; Manuel Quadrado, o “enfermeiro” e “curandeiro” da comunidade, conhecedor da medicina popular, responsável por atender os jagunços feridos em combate; João Abade, “comandante de rua”, “prefeito da comunidade”, homem de confiança de Antônio

³⁷² *A Tarde*, Salvador, 30 de agosto de 1983.

³⁷³ Neivalda Oliveira & Venética Rios, *op. cit.*, p. 280.

³⁷⁴ Maria Palácios, Entrevista: Professor José Calasans, *op. cit.*, p. 201.

³⁷⁵ José Calasans, *Quase biografias de jagunços: o séqüito de Antônio Conselheiro*, *op. cit.*

Conselheiro, um dos principais líderes da reação conselheirista contra o Exército; Pajeú, um dos mais destemidos defensores de Canudos, audacioso e bravo na técnica de guerrilha que liderou contra as expedições militares; Antônio da Mota (assassinado dentro de Canudos, em 1896, acusado de avisar a tropa de Pires Ferreira do ataque dos jagunços) e Joaquim Macambira, antigos comerciantes de Canudos, negociadores de bode e proprietários de pequenas casas comerciais, homens importantes da comunidade; Antônio Vilanova, cearense, o comerciante mais forte de Canudos, homem de poder e prestígio – fugiu do arraial logo após a morte de Antônio Conselheiro.

Essa obra tem um valor inestimável para o conhecimento do tema Canudos, pois apresenta as pessoas que compunham a sociedade liderada por Antônio Conselheiro, a função que cada um desempenhava dentro da comunidade antes e durante a guerra, dando visibilidade, enfim, aos personagens que não tinham um espaço adequado em obras anteriores:

Os vencidos também merecem um lugar na História. Não devem ficar no anonimato. Precisam desfrutar da situação definida do “quem era quem” Assim pensando, julgamos que a gente humilde que lutou, matou e morreu na guerra fratricida de Canudos, o Belo Monte de Antônio Conselheiro, faz jus a ingressar num texto de caráter biográfico³⁷⁶.

Ainda nessa década, escreveu *Canudos não euclidiano*, onde fez um passeio historiográfico comentando as principais fontes relativas a Canudos, como a matéria de *O Rabudo*, as matérias de jornais baianos (*Diário da Bahia*, *Jornal da Bahia* e *Diário de Notícias*), as correspondências entre os padres e o Arcebispo da capital, os artigos de João Brígido, publicados na imprensa do Ceará, o relatório do Frei João Evangelista do Monte Marciano e os manuscritos de Antônio Conselheiro, dentre outros. É um trabalho sem grandes pretensões, mas serve, fundamentalmente, como ponto de partida para os iniciantes no estudo de Canudos conhecerem os principais documentos anteriores à guerra³⁷⁷.

Durante a década de 1990, José Calasans se limitou a elaborar revisões de assuntos que estudou em décadas anteriores. Concedeu inúmeras entrevistas e proferiu centenas de palestras. Participou ativamente da coordenação dos eventos em comemoração aos dois centenários de Canudos, em 1993, ano do estabelecimento de Canudos, rebatizado de

³⁷⁶ José Calasans, *Quase biografias de jagunços: o séquito de Antônio Conselheiro*, op. cit., p. 7.

³⁷⁷ José Calasans, *Canudos não euclidiano*, In: José Augusto Vaz Sampaio Neto et al. (orgs.), *Canudos: subsídios para a sua reavaliação histórica*, op. cit., p. 1-21.

Belo Monte e, em 1997, o de destruição do arraial, em atividades científicas e culturais que iniciavam em Salvador e terminavam na terra calcinada dos sertões de Canudos.

Esse período, do ponto de vista da renovação dos estudos sobre Canudos, foi realmente significativo. Muitos trabalhos importantes surgiram nesse momento. João Arruda, em *Canudos: messianismo e conflito social*, contribuiu para a compreensão de Canudos ao estudar o seu aspecto messiânico, rediscutindo a relação entre o aspecto social e o campo religioso, particularmente o seu caráter messiânico. Alicerçado numa boa fundamentação teórica mostrou que o messianismo traduzia, na realidade, as contradições sociais no Nordeste do final do século XIX, a luta do povo sertanejo contra a exploração do coronel e a opressão do Estado³⁷⁸. Marco Antonio Villa, em *Canudos: o povo da terra*, escreveu um bom trabalho de síntese histórica sobre Canudos: reconstituiu, com rigor e riqueza de detalhes, a trajetória do peregrino Antônio Conselheiro, a estrutura social e econômica da comunidade do Belo Monte, a organização interna e os problemas das quatro expedições militares, o contexto político e social brasileiro e sua estreita ligação com o episódio de Canudos, dentre outros assuntos; apresentou um quadro bem interessante da historiografia na Conclusão do livro, rediscutindo as principais interpretações históricas acerca de Canudos, como o seu caráter sebastianista e socialista³⁷⁹. Robert M. Levine, em *O sertão prometido: o massacre de Canudos*, com uma vasta bibliografia e base documental, elaborou um amplo estudo sobre Canudos, abordando seus aspectos sociais, políticos e religiosos, fundamentalmente o seu caráter milenarista³⁸⁰. Consuelo Novais Sampaio, em *Canudos: cartas para o Barão*, organizou e publicou as cartas recebidas pelo Barão de Jeremoabo de amigos e parentes, no “calor da hora”, evidenciando como as elites dominantes locais construíram um clima de medo entre a sociedade baiana de que Canudos era um perigo para a manutenção da ordem social, tanto no Estado quanto no País³⁸¹.

Calasans, nesse contexto, escreveu basicamente pequenos perfis biográficos. Em *Antônio Vicente no Ceará*, abordou a vida de Antônio Conselheiro no seu Estado de origem, tecendo comentários acerca do seu nascimento, da luta entre sua família e a família Araújo, seus primeiros estudos, sua experiência à frente da casa comercial herdada do pai e suas

³⁷⁸ João Arruda, *Canudos: messianismo e conflito social*, op. cit.

³⁷⁹ Marco A Villa, *Canudos: o povo da terra*, op. cit.

³⁸⁰ Robert M. Levine, *O sertão prometido: o massacre de Canudos*, op. cit. Ver um comentário crítico acerca de algumas dessas obras publicadas na década de 1990 em Edwin Reesink, *Jerusalém de taipa ou vale de lágrimas: algumas observações sobre o debate na literatura referente a Canudos*, *O Olho da História*, Salvador, UFBA, v. 2, n. 3, p. 141-151, dez. 1996.

³⁸¹ Consuelo Novais Sampaio (org.), *Canudos: cartas para o Barão*, op. cit.

atividades de rábula e de professor³⁸². Em *Fávila Nunes, repórter em Canudos*, teceu o perfil biográfico do jornalista que cobriu a guerra de Canudos, representando o jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. Comentou sobre o projeto de Fávila Nunes em escrever um livro, em forma de fascículos, sobre o que viu e ouviu. Almejava escrever mil páginas. Conseguiu escrever apenas três fascículos, dos quais um se encontra no *Núcleo Sertão*³⁸³.

Em 1993, escreveu *O séqüito de Antônio Conselheiro*. Nesse artigo, a sua contribuição concentrou-se na discussão sobre a procedência dos habitantes do arraial do Belo Monte, onde a imensa maioria era composta por baianos, “seguidos de sergipanos, cearenses e pernambucanos”³⁸⁴, inclusive, apontando determinados municípios onde a convergência de pessoas para Canudos foi bem grande, como de Riachão do Dantas, Itabaianinha e Itaporanga, do Estado de Sergipe, e Tucano, Nova Soure, Jeremoabo, Pombal, Bom Conselho, Monte Santo, Chorroxó, dentre outras localidades do Estado da Bahia.

Mais uma vez, rediscutiu a composição étnica dessa população, apontando a presença negra, particularmente de ex-escravos em Canudos, como um elemento importante que compunha os habitantes de comunidade. Avaliou que o compadrio era um elemento importante, aglutinador de seguidores. Não desenvolveu essa idéia no texto, deixando-a em aberto. Poderia ter aprofundado tal questão. Mais tarde, abordaria o tema, no artigo *Belo Monte resiste*³⁸⁵. Ficou essa lacuna, que ele não desenvolveu em outros trabalhos. É um tema que merece ser estudado com mais acuidade. Na sua dissertação, *Belo Monte: viver e conviver*, Maria Márcia Pereira abordou o tema do compadrio, mas também não aprofundou o assunto³⁸⁶.

Em 1997, por iniciativa de Waldir Freitas Oliveira, presidente do Conselho Estadual de Cultura, em homenagem a José Calasans, por tudo que escreveu sobre Canudos, foi publicado o livro *Cartografia de Canudos*, uma coletânea dos principais estudos por ele desenvolvidos ao longo de quatro décadas³⁸⁷. Nesse mesmo ano, a *Revista da Bahia* publicou um dossiê sobre Canudos, em virtude do centenário de destruição do arraial. Calasans escreveu um artigo, *Belo Monte resiste*, uma revisão de seus estudos sobre Canudos³⁸⁸.

³⁸² José Calasans, Antônio Vicente no Ceará, *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 37, p. 25-32, mar. 1991.

³⁸³ José Calasans, Fávila Nunes, repórter em Canudos, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 31, p. 103-112, 1992.

³⁸⁴ José Calasans, O séqüito de Antônio Conselheiro, *op. cit.*, p. 49.

³⁸⁵ José Calasans, *Belo Monte resiste*, *Revista da Bahia*, Salvador, 2 ed., n. 22, p. 10-21, set. 1997.

³⁸⁶ Maria Márcia Pereira, *Belo Monte: viver e conviver*, Salvador, 2000, 146 p. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

³⁸⁷ José Calasans, *Cartografia de Canudos*, Salvador, Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBa, 1997.

³⁸⁸ José Calasans, *Belo Monte resiste*, *op. cit.*

Nesse artigo, revisou a sua afirmação de que Antônio Conselheiro escolhera Canudos com um ponto estratégico. Marco A. Villa já havia criticado essa posição. Negou, então, sua tese anterior, afirmando que Antônio Conselheiro foi a Canudos, na verdade, para “benzer a Igreja de Santo Antônio” e acabou se instalando no local³⁸⁹. Também, tocou na questão do compadrio, ressaltando o quanto Antônio Conselheiro era requisitado para apadrinhar os filhos dos sertanejos das localidades por onde passava, e essa situação provocara uma reação dos párocos que viam o aumento do prestígio do Conselheiro. Centenas de famílias, em função disso, acompanharam Antônio Conselheiro, fixando-se com ele, em 1893, na fazenda Canudos.

No final da década de 1990, Calasans pretendia escrever dois livros: um dicionário sobre Canudos e outro em que abordaria o que ele sabia sobre o tema – *O que eu sei sobre Canudos*. Em função da idade avançada e das condições de saúde, não conseguiu levar os projetos adiante. No entanto, sua marca já estava consolidada.

³⁸⁹ José Calasans, *Belo Monte resiste*, *op. cit.*, p. 12.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“(...) vivi sempre querendo saber as coisas, não as coisas de um saber livresco, mas as coisas que eu via constantemente e o assunto que me prendeu na vida foi a Guerra de Canudos (...)”³⁹⁰.

José Calasans.

Ao se pesquisar sobre a Guerra de Canudos, dois nomes aparecem, inevitavelmente: Euclides da Cunha e José Calasans. Impossível dissociar o tema desses dois nomes. Do conjunto de obras que compõem a historiografia de Canudos, ambos se destacam. *Os Sertões* dominou o conhecimento histórico de Canudos durante a primeira metade do século XX, “conservando” o tema para a posteridade. O conjunto da obra de José Calasans, por sua vez, constitui-se no ponto de inflexão, que rompeu gradativamente com o modelo de interpretação euclidiana introduzindo novas fontes e abordagens de pesquisa. Em outras palavras, ele conduziu os parâmetros da pesquisa durante a segunda metade do século XX, revelando uma “Canudos mais humana, mais viva”.

José Calasans foi um intelectual que conseguiu atuar em dois Estados. Seja como professor de História, carreira a que se dedicou durante toda a vida, ou como pesquisador, Calasans deixou sua marca no universo acadêmico e cultural de Sergipe e da Bahia. Particularmente, na Bahia, teve uma participação marcante na administração de agremiações culturais, como no caso da Academia de Letras da Bahia e no Conselho Estadual de Cultura.

Do ponto de vista político, a participação de José Calasans no Integralismo foi muito mais uma tentativa de buscar conhecimentos e respostas para compreender a sociedade brasileira, a partir das reuniões e dos congressos promovidos pelos organizadores do movimento, do que essencialmente uma postura e decisão estritamente política. Da sua experiência no movimento restou o ideal nacionalista, postura que pode ser verificada em alguns de seus discursos. O sentimento nacionalista encontra-se presente, também, em seus

³⁹⁰ “José Calasans (Entrevista)”, *A Tarde*, Salvador, 20 de novembro de 1988. Caderno 3.

trabalhos históricos e folclóricos, nos perfis biográficos de personalidades políticas da história de Sergipe e da Bahia.

Partidário da idéia de que se poderia alcançar "o nacional" pelo "regional", José Calasans estudou e pesquisou, ao longo de sua vida intelectual, os aspectos folclóricos da sociedade, tanto em Sergipe quanto na Bahia, contribuindo para divulgar os costumes, as tradições, as crenças e as superstições das camadas populares em outro universo cultural, o acadêmico.

Quanto a sua concepção e escrita da História, José Calasans foi um historiador que percorreu vários caminhos temáticos, particularmente o da história política e o da biografia histórica. Como homem de seu tempo, sua forma de escrever e conceber os estudos históricos pode ser caracterizada como positivista, não só por alguns temas e objetos de pesquisa, mas também pela postura teórico-metodológica, baseada na narração dos fatos históricos. Essa particularidade da obra de José Calasans, que nem de perto invalida o seu legado, no tocante ao estudo de Canudos, a pouca atenção que deu às questões de interpretação teórica, como se viu anteriormente, demonstra o quanto ele era filiado à geração de historiadores que se preocupavam em narrar os fatos.

A guerra de Canudos foi o assunto que marcou a sua carreira como pesquisador. Escreveu livros e dezenas de artigos sobre a guerra, a vida de Antônio Conselheiro, a vida de Euclides da Cunha, a sociedade do Belo Monte etc. Por tudo que pesquisou, o conhecimento que possuía da documentação, ele poderia ter produzido uma grande obra que aglutinasse, em um só livro, os temas e as questões que suscitou ao longo de suas pesquisas. A quantidade de funções que ele exerceu ao longo de sua vida, na Universidade Federal da Bahia, bem como nas agremiações culturais que presidiu, provavelmente impossibilitou-o de elaborar tal obra³⁹¹.

Não obstante, a sua contribuição encontra-se no conjunto de sua obra. José Calasans ampliou os horizontes históricos, do ponto de vista da pesquisa, da guerra de Canudos. A valorização da oralidade e da literatura de cordel como fontes de pesquisa histórica abriram novas possibilidades de estudo, pois acrescentou uma nova visão à historiografia de Canudos, uma visão que emergiu da memória dos sobreviventes e dos habitantes da região.

José Calasans, enfim, abriu caminhos, apontou temas, além de organizar e divulgar fontes e documentos através do acervo do *Núcleo Sertão*, uma de suas grandes obras,

³⁹¹ Para se ter uma idéia das inúmeras funções que José Calasans exerceu ao longo de sua vida, ver a *Biografia Cronológica Básica* que se encontra no Apêndice, no final da dissertação.

que se constitui, desde 1983, numa parada obrigatória para os interessados em pesquisar Canudos.

Levou uma vida dedicada, literalmente, a desvendar e fazer conhecer o movimento de Canudos, a vida de Antônio Conselheiro e seus principais personagens. Essa dedicação, que poucos historiadores demonstraram por um tema, conseguiu germinar, criar frutos, florescendo espontaneamente, através de um grupo de pesquisadores baianos que se formou a partir do final da década de 1970, influenciados pelas pesquisas de Calasans, tais como José Augusto C. Barreto Bastos, Consuelo Novais Sampaio, Cândido da Costa e Silva, Consuelo Pondé de Sena, Manoel Neto, Sérgio Guerra, dentre outros, a trilhar o caminho por ele aberto.

O seu legado encontra-se guardado, por conseguinte, nas páginas de seus trabalhos, nas prateleiras dos arquivos que criou e na memória de seus discípulos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivos e Instituições

a) Bahia

- Academia de Letras da Bahia, Arquivo da Faculdade de Direito da Bahia (UFBA), Arquivo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Arquivo do Memorial Eugênio Teixeira Leal, Arquivo Público do Estado da Bahia, Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, Núcleo Sertão/Centro de Estudos Baianos da UFBA e Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

b) Rio de Janeiro

- Arquivo da Escola Superior de Guerra

c) Sergipe

- Arquivo do Colégio Estadual Atheneu Sergipense, Biblioteca Pública Epiphany Dória, Documentação Sergipana/Universidade Federal de Sergipe e Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

1. Fontes e Bibliografia

1.1. Documentos

- Correspondências, Curriculum Vitae de José Calasans, Decretos do Diário Oficial do Estado de Sergipe, Documentos da Seção Integralista na Bahia, Documentos do SENAC, Documentos da Universidade Federal da Bahia – Professor, Livro de Registros do Atheneu Pedro II, Livro Ponto do Pessoal Docente do Atheneu Pedro II, Ofícios da Escola Superior de Guerra, Ofícios e Relatórios da Congregação da Faculdade de Direito da Bahia e Pasta de Ex-Alunos da Faculdade de Direito da Bahia.

1.2. Jornais: periódicos principais

- A Tarde (BA), Correio da Bahia, Correio de Aracaju, Correio de Sergipe, Folha da Manhã (SE) e Tribuna da Bahia.

1.3. Entrevistas

- *Adhemar Raymundo da Silva*. Juiz aposentado. Professor aposentado da Faculdade de Direito da UFBA. Colega de turma na Faculdade de Direito da Bahia (1933-1937). Entrevista: Salvador, 28 de maio de 2003.
- *América Brandão da Silva*. Irmã de José Calasans. Entrevista: Aracaju, 29 de abril de 2003.

- *Consuelo Pondé de Sena*. Historiadora. Diretora do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Membro da Academia de Letras da Bahia. Ex-aluna e colega de trabalho na UFBA. Entrevista: Salvador, 16 de abril de 2003.
- Lúcia M. Maciel da Silva. Viúva de José Calasans. Entrevista: Salvador, entre 2002 e 2003 (a “entrevista” não foi gravada. Na verdade, ao longo da pesquisa, Dona Lúcia, pessoalmente ou por telefone, falou sobre a vida de José Calasans, cedendo informações que foram anexadas ao longo do texto).
- *Luis Henrique Dias Tavares*. Historiador e escritor. Membro da Academia de Letras da Bahia. Colega de trabalho na UFBA. Entrevista: Salvador, 6 de maio de 2002.
- *Maria Thétis Nunes*. Historiadora. Diretora do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Ex-aluna. Entrevista: Aracaju, 9 de setembro de 2002.
- *Maria Zelinda Ferreira Lopes*. Bibliotecária do Núcleo Sertão/UFBA (desde 1983, ano de sua criação). Entrevista: Salvador, 9 de abril de 2002.

1.4. Vídeo

Videoteca Aperipê Memória. Vídeo (Direção: Marlene Alves Calumby/Ano:1994/58 min./Aracaju). Entrevista com José Calasans Brandão da Silva.

1.5. Discurso

Discurso de Posse da Acadêmica Consuelo Pondé de Sena, na Cadeira n. 28 da Academia de Letras da Bahia, em 14 de março de 2002. (Discurso original doado pela autora)

1.6. Bibliografia Geral*

1.6.1. Obras de José Calasans

a) Discursos

CALASANS, José. *Dia da raça: discurso pronunciado em 10 de junho de 1955*. Bahia: Artes Gráficas, 1956. 13 p.

_____. *A Bahia e a Marinha: palestra pronunciada pelo comp. José Calasans na sessão de 8-6-61, no Rotary Club da Bahia*. Bahia: Rotary Club da Bahia, 1961. 5 p.

_____. Discurso de Posse do Acadêmico José Calasans Brandão da Silva, na Cadeira n. 28, da Academia de Letras da Bahia, em 11 de novembro de 1963. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, v. 22, p. 5-15, 1971/1972.

_____. Álvaro Augusto da Silva: discurso pronunciado em sessão do Instituto Genealógico da Bahia, a 7 de abril de 1978. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 87, p. 71-81, 1978.

* Não consta nesta lista bibliográfica as obras de indicação de leitura, citadas nas notas de rodapé.

_____. Agradecimento. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 40, p. 419-423, set. 1994.

b) Obras gerais

CALASANS, José. O Barão. *Correio de Aracaju*, Aracaju, 20 de janeiro de 1937, p. 1.

_____. Como nasceu Aracajú. *Folha da Manhã*, Aracaju, 17 de março de 1939, p. 1.

_____. A lição de Caxias. *Correio de Aracaju*, Aracaju, 5 de janeiro de 1942, p. 2.

_____. Temas de Ontem e de Hoje. *Correio de Aracaju*, Aracaju, 29 de janeiro de 1942, p. 3.

_____. O folclore do açúcar em Sergipe. *Correio de Aracaju*, Aracaju, 12 de fev. de 1942, p. 3.

_____. A última figura do império. *Correio de Aracaju*, Aracaju, 26 de fev. de 1942, p. 3. [Brasil Açucareiro, v. 19, n. 5, 1942].

_____. A influência baiana no folclore. *Correio de Aracaju*, Aracaju, 19 de fevereiro de 1942, p. 4.

_____. O folclore da formação de Aracaju. *Correio de Aracaju*, Aracaju, 23 de abril de 1942, p. 3.

_____. Aspectos da formação sergipana: os franceses e a exploração do pau Brasil em Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. XI, n. 16, p. 7-13, 1942.

_____. Aspectos folclóricos da cachaça. *Revista de Aracaju*, Aracaju, ano I, n. 1, p. 89-107, 1943.

_____. Subsídios para o cancionário histórico de Sergipe. *Revista de Aracaju*, Aracaju, ano II, n. 2, p. 45-62, 1944.

_____. O ensino público em Aracaju (1830-1871). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. XV, n. 20, p. 96-120, 1949/1951.

_____. *Cachaça, moça branca: um estudo de folclore*. Bahia: Artes Gráficas, 1951.

_____. *A Santidade de Jaguaripe*. Bahia: Artes Gráficas, 1952.

_____. Minha Gente. *Revista de Aracaju*, Aracaju, ano 10, n. 7, p. 439-441, 1962.

_____. Velhas lembranças de velhos. *Jornal da Bahia*, Salvador, 13 e 14 de janeiro de 1963, p. 2.

_____. O desenvolvimento cultural de Sergipe na primeira década do século XX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. XXII, n. 26 -A, p. 46-57, 1962-1965.

_____. A revolução de 1930 na Bahia. *Pôrto de Todos os Santos: Revista do Departamento da Educação Superior e da Cultura*, Salvador, ano 1, n. 1, p. 5-17, 1968.

_____. Celso Magalhães e o folclore baiano. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, n. 3, p. 31-34, jan./jun. 1969.

_____. A primeira fase da conspiração no Norte: abril-maio, 1930. *Universitas: Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, Salvador, n. 5, p. 41-61, jan./abr 1970.

_____. *A Educação Moral e Cívica no Ensino do 1º e 2º Graus*. Rio de Janeiro, 1972, 56 p., Monografia (Curso Superior de Guerra), Escola Superior de Guerra do Estado Maior das Forças Armadas.

_____. *Bahia, primeira capital do Brasil (1549-1763)*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1972.

_____. *Folclore geo-histórico da Bahia e seu recôncavo*. Rio de Janeiro: MEC, 1972.

_____. Clodomir Silva e o Folclore Sergipano. *Cadernos Antonio Vianna* (Comissão Baiana de Folclore), Salvador, n. 4, p. 3-9, 1976.

_____. Edson Carneiro e o folclore baiano. *Centro de Estudos Afro-Orientais*, Salvador, n. 7, p. 1-12, dez. 1980.

_____. Primeiros estudos de folclore na Bahia. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 36, p. 117-123, jan. 1990.

_____. *Miguel Calmon Sobrinho e sua época, 1912-1967*. Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal/Memorial do Banco Econômico, 1991.

_____. Aracaju: contribuição à História da capital de Sergipe. In: *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1992.

_____. Vital Henriques Batista Soares, 1874-1933: fases de uma biografia - a formação. *Revista da Fundação Pedro Calmon*, Salvador, ano 1, n. 1, p. 47-52, set. 1996.

c) Canudos e Antônio Conselheiro

CALASANS, José. *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro: contribuição ao estudo da campanha de Canudos*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1950.

_____. *Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes: considerações em torno de uma revelação do embaixador Gilberto Amado*. Bahia: Artes Gráficas, 1957.

_____. Contribuição ao estudo da Campanha de Canudos. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 17, p. 176-190, maio/jun. 1958.

_____. As mulheres de “Os Sertões”. In: *No tempo de Antônio Conselheiro: figuras e fatos da Campanha de Canudos*. Salvador: Progresso, 1959. p. 5-23.

_____. O sebastianismo no folclore de Canudos. In: *No tempo de Antônio Conselheiro: figuras e fatos da Campanha de Canudos*. Salvador: Progresso, 1959. p. 45-55.

_____. A Guerra de Canudos na poesia popular. In: *No tempo de Antônio Conselheiro: figuras e fatos da Campanha de Canudos*. Salvador: Progresso, 1959. p. 57-82.

_____. A guerra de Canudos. *Revista Brasileira de Folclore*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 14, p. 53-64, jan./abr.1966.

_____. Antonio Conselheiro e os “treze de maio”. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, ano X, n. 47, p. 91-95, maio/jun. 1968.

_____. Euclides da Cunha nos jornais da Bahia. *Separata da Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, n. 4, p. 1-4, jul./dez. 1969.

_____. Os jagunços de Canudos. *Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésiliens*, Toulouse, n. 15, p. 31-38, 1970.

_____. O “matricídio” de Antônio Conselheiro. *Revista Brasileira de Cultura*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 14, p. 61-69, out./dez. 1972.

_____. Moreira César na poesia popular. *Universitas (Revista de Cultura da UFBA)*, Salvador, n. 12/13, p. 39-47, maio/dez. 1972.

_____. Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico. *Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, Bahia, 2 a 8 de setembro. p. 461-477, 1973.

_____. Antônio Conselheiro, Construtor de Igrejas e Cemitérios. *Revista Brasileira de Cultura*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 16, p. 69-81, abr./jun. 1973.

_____. Moreira César, quem foi que te matou ?. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 324, p. 305-311, jul./set. 1979.

_____. A Faculdade de Direito da Bahia e a Guerra de Canudos. *Revercor: Estudos Jurídicos em homenagem à Faculdade de Direito da Bahia 1891-1981*. São Paulo: Saraiva, 1981.

_____. *Canudos na literatura de cordel*. São Paulo: Ática, 1984. (Ensaio, 110).

_____. *Quase biografia de jagunços: o séquito de Antônio Conselheiro*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1986.

_____. Canudos não euclidiano: fase anterior ao início da Guerra do Conselheiro. In: SAMPAIO NETO, José Augusto et al. (orgs). *Canudos: subsídios para a sua reavaliação histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, 1986.

_____. Antônio Vicente no Ceará. Salvador, *Revista da Academia de Letras da Bahia*, n. 37, p. 25-32, mar. 1991.

_____. Fávila Nunes, repórter em Canudos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 31, p. 103-112, 1992.

_____. O séqüito de Antônio Conselheiro. *Revista da FAEEBA*, Salvador, ano 2, n.º especial, p. 49-54, jan./jun. 1993.

_____. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/Conselho Estadual de Cultura/EGBa, 1997. (Coleção Memória da Bahia, 5)

_____. Belo Monte resiste. *Revista da Bahia*, Salvador, 2 ed., n. 22, p. 10-21, set. 1997.

1.6.2. Dissertações e teses

OLIVEIRA, Wálney da Costa. “Sertão virado do avesso”: a República na região de Canudos. Salvador, 2000. 216 p. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

PEREIRA, Maria Márcia. *Belo Monte: viver e conviver*. Salvador, 2000, 146 p. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, Ademir da Costa. *O integralismo em Sergipe: os intelectuais e a ação da Igreja Católica (1933-1938)*. Aracaju, 1996. 99 p. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal de Sergipe.

1.6.3. Periódicos (artigos de revistas e jornais)

ALCÁZAR i GARRIDO, Joan del. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 33-54, set./1992-ago./1993.

Anais do VIII Congresso Brasileiro de Folclore. Rio de Janeiro: Unesco/Comissão Nacional de Folclore, 1999.

BENJAMIN, Roberto Câmara. Literatura de cordel: expressão literária popular. *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, ano 38, v. 76, n. 2, p. 101-112, ago. 1970.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. “Meu empenho foi ser o tradutor do universo sertanejo” (Entrevista com José Calazans). *Luso-Brazilian Review*, v. XXX, n. 2, p. 23-33, 1993.

BORGES, Vavy Pacheco. O historiador e seu personagem: algumas reflexões em torno da biografia. *Horizonte*, Bragança Paulista, v. 19, p. 1-10, jan./dez. 2001.

BURKE, Peter. Culturas populares e cultura de elite. *Diálogos*, Maringá, v. 1, n. 1, p. 1-10, 1997.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Fascismo: uma idéia que circulou pela América Latina. “*História em debate – problemas, temas e perspectivas*”: *Anais do XVI Simpósio da Associação Nacional dos Professores de História*, Rio de Janeiro, p. 51-63, 1991.

DELLA CAVA, Ralph. Messianismo brasileiro e instituições nacionais e uma reavaliação de Canudos e Juazeiro. *Revista da FAEEBA*, Salvador, ano II, número especial, p. 78-97, jan./jun. de 1993.

DANTAS, Raymundo Souza. Cancioneiro da cachaça. *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, ano 10, v. 19, n. 5, p. 122-123, ago. 1972.

DAVID, Maurício Dias. Fascismo e ditaduras militares na América Latina: considerações sobre o problema dos regimes autoritários de direita na época contemporânea. *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 149-162, fev. 1979.

Entrevista: José Calasans. *Exu*, Salvador, ano V, n. 30, p. 3-7, nov./dez. 1992.

Entrevista: Professor José Calasans Brandão da Silva. *Cadernos UFS: História*, São Cristóvão (UFS), n. 4, p. 7-10, 1997.

FERRAZ, Renato. O centenário do Belo Monte e algumas reflexões sobre ficção e história. *Revista USP*, São Paulo, n. 20, p. 83-87, 1993.

FERREIRA, Jerusa Pires. José Calasans: um mestre, um pesquisador, um pioneiro. *Projeto História*, São Paulo, n. 23, p. 423-426, nov. 2001.

FORTES, Bonifácio. General Calasans: 1º Presidente Constitucional de Sergipe. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe*, São Cristóvão, ano 15, n. 15, p. 147-172, 1971.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Tributo a José Calasans. *Revista USP*, São Paulo, n. 54, p. 66-71, jun./ago. 2002.

LIMA e SILVA, J. B. “Artur Fortes”. *Correio de Aracaju*, Aracaju, 12 de maio de 1942, p. 3.

MEDEIROS, Jotabê. Calasans foi o primeiro a ouvir o lamento do sertão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 de junho 2001. Caderno 2/Cultura, p. D8.

MOTA, Carlos Guilherme Mota. A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 27, n. 5, p. 472-486, maio 1975.

MOURA, Clovis. Antônio Conselheiro: um abolicionista da plebe. *O Olho da História*, Salvador, UFBA, v. 2, n. 3, p. 93-98, dez. 1996.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. Os intelectuais de Canudos: Euclides da Cunha e José Calasans, *Cadernos do CEDOC*, Ilhéus, n. 1, p. 65-75, 2002. p. 74.

_____. José Calasans, prova de amor à pesquisa, *A Tarde*, Salvador, p. 10-11, 31 de maio de 2003. Caderno A Tarde Cultural. p. 10.

_____. A oralidade na obra de José Calasans. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa* [CD-ROM]. João Pessoa: Editora da UFPB, 2003.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. “A desconhecida contribuição do Professor Calasans”. *Correio de Sergipe*, Aracaju, 15 e 16 de junho de 2003. Suplemento Especial Memória de Sergipe (Educação), n. 2, p. 11.

NETO, Coelho. Os dez mandamentos cívicos da Liga de Defesa Nacional. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, ano 27, n. 46, p. 213-214, 1920.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara A. Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. (Dossiê: História e Cultura).

OLIVEIRA, Neivalda & RIOS, Venética. Entrevista: A Terra, o Homem e sua História (José Calasans Brandão da Silva). *Contraponto*, Salvador, n. 1, p. 269-281, nov. 1998.

PALÁCIOS, Maria. Entrevista: Professor José Calasans. *Revista da FAEBA*, Salvador, n. especial (Canudos), 2 ed., p. 189-204, jan./jun. 1995.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. D. Sebastião no Brasil: o imaginário em movimentos messiânicos nacionais. *Revista USP*, São Paulo, n. 20, p. 29-41, 1993.

RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges. Defesa e preservação do folclore brasileiro. *Cultura*, Brasília, ano 3, n. 12, p. 54-64, jan./mar. 1974.

SAMPAIO, Consuelo Novais. Repensando Canudos: o jogo das oligarquias. *Revista da FAEBA*, Salvador, ano 2, número especial, p. 5-20, jan./jun. 1993.

SENA, Consuelo Pondé de. Centro de Estudos Baianos, elementos para sua história. *Universitas*, Salvador, n. 33, p. 41-58, jul./set. 1985.

SOUTO MAIOR, Mário. A xilogravura popular na literatura de cordel. *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, ano 36, v. 72, n. 2, p. 85-87, ago. 1968.

Universidade Federal da Bahia. Mestrado em Ciências Sociais (História e Sociologia). *Catálogo de Dissertações*. Salvador: Centro Editorial e Didático, 1995.

VENTURA, Roberto. Um sertão não-euclidiano. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 de jun. 2001. Suplemento Mais, p. 17.

VIANNA, Sodré. Aspectos folclóricos da cachaça. *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, ano 12, v. 23, n. 3, p. 260-261, mar. 1944.

1.6.4. Livros

ANTÔNIO, Zé (José Antônio dos Santos). *O guerreiro de Belo Monte contra Prudente Matadeira*. 2 ed. Aracaju: Art'Silva, 2001.

ARAÚJO, Prof. Acrísio Torres. *O velho Ateneu Sergipense hoje Colégio Estadual de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1970.

ARRUDA, Antônio de. *A Escola Superior de Guerra: história de uma doutrina*. São Paulo: GRD, 1983.

ARRUDA, João. *Canudos: messianismo e conflito social*. Fortaleza: Edições UFC/SECULT, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1987.

BASTOS, José Augusto Cabral Barreto. *Incompreensível e bárbaro inimigo: a guerra simbólica contra Canudos*. Salvador: EDUFBA, 1995.

BELTRÃO, Luiz. *Comunicação e folclore: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias*. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

BILAC, Olavo. *A defesa nacional*. Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 3 ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

_____. *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

BOURDIEU, Pierre. Por uma ciência das obras. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papius, 1996. pp. 53-89.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de M. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAMPOS, Renato Carneiro. *Ideologia dos poetas populares*. Prefácio de Gilberto Freyre. 2 ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1977.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana R. Lessa e Heloísa P. Cintrão. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1976.

CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. *Antônio Conselheiro, o santo guerreiro de Canudos* [cordel]. Salvador: Tipografia Ansival, 1977.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia C. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CUNHA, Euclides da. Nativismo provisório. In: *Contrastes e confrontos*. Rio de Janeiro: Record, 1975. pp. 198-203.

_____. *Os Sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.

_____. *Canudos: Diário de uma expedição*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

CURRAN, Mark. *História do Brasil em cordel*. São Paulo: Edusp, 1998.

DANTAS, José Ibarê Costa. *Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis*. São Paulo: Cortez; São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 1983.

DANTAS, Roberto & NETO, Manoel. *Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo*. Salvador: Editora da UNEB, 2001.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: CÂNDIDO, Antônio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. 46 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1994.

_____ & PERES, Fernando da Rocha. *Breviário de Antônio Conselheiro*. Salvador: EDUFBA, 2002.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1987.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 13 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

HORCADES, Alvim Martins. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Salvador: EDUFBA, 1996. (Edição facsimilada)

HOORNAERT, Eduardo. *Os anjos de Canudos: uma revisão histórica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LE GOFF, Jacques. Memória-História. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 11-50. vol. 1.

_____. Documento/Monumento. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 95-106. vol. 1.

LEVINE, Robert M. *O sertão prometido: o massacre de Canudos no nordeste brasileiro, 1893*. Tradução de Monica Dantas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

LOPES, José Ribamar (org.). *Literatura de cordel: antologia*. 3 ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1994.

MACEDO, Nertan. *Memorial de Vilanova*. 2 ed. Rio de Janeiro: Renes; Brasília: INL, 1983.

MACIEL, Antônio Vicente Mendes [Antônio Conselheiro]. Prédicas aos canudenses e um discurso sobre a república. In: NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos, revisão histórica: a obra manuscrita de Antônio Conselheiro e que pertenceu a Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

MARCIANO, Frei João Evangelista do Monte. *Relatório apresentado pelo Revd. Frei João Evangelista do Monte Marciano ao Arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séqüito no arraial de Canudos*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1987.

MAXADO, Franklin. *O que é literatura de cordel ?*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

_____. *O cordel televisivo: futuro, presente e passado da literatura de cordel*. Rio de Janeiro: Codecri, 1984.

MEDEIROS, Jarbas. Oliveira Vianna. In: *Ideologia autoritária no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

MILTON, Aristides. *Campanha de Canudos: Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [em 17 de outubro de 1897]*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1979. (Edição facsimilada)

MONIZ, Edmundo. *A guerra social de Canudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 2 vol.

NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos, revisão histórica: a obra manuscrita de Antônio Conselheiro e que pertenceu a Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

NUNES, Maria Thétis. *História da educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: SEC do Estado de Sergipe, Universidade Federal de Sergipe, 1984.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Cultura popular: românticos e folcloristas*. São Paulo: PUC, 1985.

_____. *A moderna tradição brasileira*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias (1889-1943): a Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: IBRASA, 1980.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. São Paulo: Duprat-Mayença, 1928.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

RODRIGUES, Nina. *As coletividades anormais*. Prefácio e notas de Arthur Ramos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Governo do Estado de Sergipe, 1977.

SALGADO, Plínio. Manifesto Integralista de Outubro (1932). In: CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

_____. *O que é o integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt-Editor, 1933.

_____. *Psicologia da Revolução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e representação: o legislativo da Bahia na segunda República (1930-1937)*. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992.

_____. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.

_____. (org.). *Canudos: cartas para o Barão*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

SARA, Jota [José Aras]. *História da guerra de Canudos*. Euclides da Cunha: [sem indicação de editora], 1963.

SILVA, Cândido da Costa e. *Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo popular no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática, 1982.

SILVA, Clodomir. *Minha Gente (costumes de Sergipe)*. Rio de Janeiro: Editora Paulo Pongetti, 1926.

SILVA, Minelvino Francisco. *Antônio Conselheiro e a Guerra de Canudos*[Cordel]. São Paulo: Luzeiro, 1980.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SUASSUNA, Ariano. "O arraial de Canudos". In: GAMA, Raimundo. *Recortes de Canudos*. Salvador: BDA, 1997. p. 403.

TAVARES, Odorico. *Canudos: cinquenta anos depois (1947)*. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, Academia de Letras da Bahia, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1993.

TERRA, Ruth Brito Lêmos. *Memória de lutas: literatura de folhetos do Nordeste (1893-1930)*. São Paulo: Global Editora, 1983.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Organizadores Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Nacional, 1933.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia os índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia., 1920.

_____. *Evolução do povo brasileiro*. 4 ed. São Paulo: José Olympio, 1956

VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997.

VILLA, Marco Antonio. *Canudos: o povo da terra*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. *Calasans, um depoimento para a história*. Salvador: Gráfica da UNEB, 1998.

VILLELA Jr., Marcos Evangelista C. *Canudos: memórias de um combatente*. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

ZAMA, César. *Libelo republicano acompanhado de comentário sobre a campanha de Canudos*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1989. (Edição facsimilada).

APÊNDICE

BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA DAS OBRAS DE JOSÉ CALASANS

1. Sergipe

1.1. História Geral

- 1942 - Aspectos da formação sergipana: os franceses e a formação do pau-brasil em Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. XI, n. 16, p. 7-13.
- Aracaju: contribuição à história da capital de Sergipe. Aracaju: Livraria Regina. (Republicado In: *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1992. p. 39-99)
- 1944 - *Temas da província*. Aracaju: Livraria Regina. 57 pp. (Republicado In: *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1992. p. 103-141)
- 1947 - O almirante Amintas Jorge. *Revista da Academia Sergipana de Letras*, Aracaju, n. 12, p. 37-39, setembro.
- 1951 - O ensino público em Aracaju (1830-1871). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. XV, n. 20, p. 96-120.
- 1962/65 - O desenvolvimento cultural de Sergipe na primeira década do século XX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. XXII, n. 26 -A, p. 46-57.
- 1992 - Introdução ao estudo da historiografia sergipana. In: *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1992. p. 07-37. (Trabalho apresentado originalmente em agosto de 1973, no V Simpósio de História do Nordeste, em Aracaju).

1.2. Folclore

- 1942 - O folclore do açúcar em Sergipe. *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, ano 10, v. 19, n. 5, p. 104, maio.
- 1943 - Aspectos folclóricos da cachaça. *Revista de Aracaju*, Aracaju, ano I, n. 1, p. 89-107.
- 1944 - Subsídios para o cancionário histórico de Sergipe. *Revista de Aracaju*, Aracaju, ano II, n. 2, p. 45-62.
- 1951 - Cantigas de cacumbis e taieiras de Sergipe. *Revista de Aracaju*, Aracaju, ano IV, n. 4, p. 177-182.
- *Um discurso de Silvio Romero*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1951. (n. 3)

Apêndice

- 1962 - Minha gente. *Revista de Aracaju*, Aracaju, ano XIX, n. 7, p. 439-441.
- 1976 - Clodomir Silva e o folclore sergipano. *Cadernos Antônio Vianna*, Salvador, n. 4, p. 3-9. (Republicado In: *Momento: revista cultural da Gazeta de Sergipe*, Aracaju, ano 1, n. 7, p. 9-13, nov. 1976; In: *Revista Sergipana de Cultura*, Aracaju, ano 1, n. 1, p. 47-52, jan. 1977).
- 1977 - Fausto Cardoso no cancionero popular de Sergipe. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 25, p. 63-66, setembro.
- 1998 - Contos populares do Brasil de Silvio Romero (pequena história de um livro pioneiro). *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 43, p. 189-198, mar.

2. Bahia

2.1. História Geral

- 1952 - *Fernão Cabral de Ataíde e a santidade de Jaguaribe*. Salvador: Artes Gráficas. 59 p.
- 1967 - *Lulú Parola e os acontecimentos políticos de 1891*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia. 13 p. (n. 45)
- 1968 - A revolução de 1930 na Bahia. In: *Pôrto de Todos os Santos: Revista do Departamento da Educação Superior e da Cultura*, Salvador, ano 1, n. 1, p. 5-17.
- 1969 - *Juarez Távora na Bahia*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia. (n. 62)
- 1970 - A primeira fase da conspiração no Norte: abril-maio, 1930. *Universitas: Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, Salvador, n. 5, p. 41-61, jan./abr.
- 1971 - Documentário para o estudo da revolução de 1930. *Separata dos Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. Campinas. (Comunicação apresentada na 6ª sessão, Equipe B, no dia 5 de setembro de 1969)
- 1972 - *Bahia, primeira capital do Brasil: 1549-1763*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia. 10 p. (n. 73)
- 1973 - Demóstenes Madureira de Pinho. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, n. 8, p. 187-189, jan./dez.
- 1977 - Perfis políticos. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, n. 12, p. 29-32, jan./dez. 1977. (Republicado In: *Revista da Academia Sergipana de Letras*, Aracaju, n. 30, p. 25-28, 1990)

Apêndice

- 1980 - *A revolução de 1930 na Bahia: documentos e estudos*. Salvador: UFBA, 1980. 92 p.
- 1984 - *A Faculdade Livre de Direito da Bahia: subsídios para sua história*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia. p. 5-18. (n. 103)
- 1991 - *Miguel Calmon Sobrinho e sua época 1912-1967*. Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal/Memorial do Banco do Brasil. 269 p.
- 1996 - Vital Henriques Batista Soares, 1874-1933: fases de uma biografia - a formação. *Revista da Fundação Pedro Calmon*, Salvador, ano 1, n. 1, p. 47-52, set.

2.2. Folclore

- 1951 - *Cachaça, moça branca: um estudo de folclore*. Salvador: Artes Gráficas. 112 p.
- 1960 - Vale Cabral e o folclore brasileiro. *Revista da Bahia*, Salvador, ano I, n. 1, p. 37-46, out.
- 1969 - Celso Magalhães e o folclore baiano. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, n. 3, p. 31-34, jan./jun.
- 1971 - O folclore histórico no Recôncavo da Bahia. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, n. 5, p. 43-53, jul./dez.
- 1972 - Folclore geo-histórico da Bahia e seu recôncavo. *Estudos Baianos*, Salvador, n. I, p. 3-93, 1970. Rio de Janeiro: MEC.

- *Folclore geo-histórico da Bahia e seu recôncavo*. Rio de Janeiro: MEC. 151 p. (Essa edição foi acrescida de dois trabalhos dos seguintes pesquisadores: Júlio Santana Braga e Maria Antonieta de Campos Tourinho).
- 1973 - O folclore da Independência. In: *Aspectos do 2 de Julho: 150 anos da Independência da Bahia*. Salvador: Publicação da Secretária de Educação e Cultura.
- 1978 - Organização, introdução e notas de José Calasans Brandão da Silva. In: CABRAL, Alfredo do Vale. *Achegas ao Estudo do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: MEC-DAC-FUNARTE- Companhia de Defesa do Folclore Brasileiro.
- 1980 - Édison Carneiro e o folclore baiano. *Centro de Estudos Afro-Orientais*, Salvador, n. 7, p. 1-12, dez.
- 1990 - Primeiros estudos de Folclore na Bahia. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 36, p. 117-123, jan.

3. Canudos

- 1950 - *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro: contribuição ao estudo da Campanha de Canudos*. Salvador: Beneditina. 103 p.
- 1952 - *A Guerra de Canudos na poesia popular*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia. 15 p. (n. 14) (Republicado In: *No tempo de Antônio Conselheiro: figuras e fatos da Campanha de Canudos*. Salvador: Progresso, 1959. p. 57-82.)
- 1957 - *Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes: considerações em torno de uma revelação do embaixador Gilberto Amado*. Bahia: Artes Gráficas, 1957. (Republicado In: *No tempo de Antônio Conselheiro: figuras e fatos da Campanha de Canudos*. Salvador: Progresso, 1959. p. 25-44).
- 1958 - Contribuição ao estudo da Campanha de Canudos. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 17, p. 176-190, maio/jun.
- 1959 - *O sebastianismo no folclore de Canudos*. Bahia: Artes Gráficas. (Comunicação apresentada ao Colóquio de Estudos Etnográficos, “Dr. José Leite de Vasconcelos, realizado na cidade do Porto, Portugal, em junho de 1958. Republicado In: *No tempo de Antônio Conselheiro: figuras e fatos da Campanha de Canudos*. Salvador: Progresso, 1959. p. 45-55).
- As mulheres de “Os Sertões”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 22, p. 103-114, abr. (Republicado In: *No tempo de Antônio Conselheiro: figuras e fatos da Campanha de Canudos*. Salvador: Progresso, 1959. p. 5-23)
- Subsídios para a bibliografia da Campanha de Canudos. In: *No tempo de Antônio Conselheiro: figuras e fatos da Campanha de Canudos*. Salvador: Progresso. p. 83-111.
- Notas para um vocabulário de Canudos. In: *No tempo de Antônio Conselheiro: figuras e fatos da Campanha de Canudos*. Salvador: Progresso. p. 113-121.
- *No tempo de Antônio Conselheiro: figuras e fatos da Campanha de Canudos*. Salvador: Progresso. 123 p.
- 1966 - A guerra de Canudos. *Revista Brasileira de Folclore*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 14, p. 53-64, jan./abr.
- 1968 - Antonio Conselheiro e os “treze de maio”. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, ano X, n. 47, p. 91-95, maio/jun.
- 1969 - Os ABC de Canudos. *Cadernos Antônio Viana*, Salvador, n. 3, p. 3-18.
- *Notícias de Antônio Conselheiro*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia. (n. 56)

Apêndice

- Euclides da Cunha nos jornais da Bahia. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, n. 4, p. 47-50, jul./dez. (Republicado In: *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 39, p. 159-162, maio 1991)
- 1970 - Os jagunços de Canudos. *Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésiliens*, Toulouse, n. 15, p. 31-38 (Republicado In: *Anais do Arquivo do Estado da Bahia*, Salvador, v. 39, p. 243-249, 1970)
- 1971 - Algumas fontes de Os Sertões. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, n. 6, p. 37-44, jul./dez.
- 1972 - O “matricídio” de Antônio Conselheiro. *Revista Brasileira de Cultura*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 14, p. 61-69, out./dez.
- Moreira César na poesia popular. *Universitas: Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, Salvador, n. 12/13, p. 39-47, maio/dez.
- O jaguncinho de Euclides da Cunha. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, n. 7, p. 75-77, jan./dez.
- 1973 - Antônio Conselheiro, Construtor de Igrejas e Cemitérios. *Revista Brasileira de Cultura*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 16, p. 69-81, abr./jun.
- Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico. *Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, Bahia, 2 a 8 de setembro. p. 461-477. (Republicado In: *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 34, p. 47-63, jan. 1987. Publicado também em *Cartografia de Canudos*, de 1997)
- 1975/1976 - O Diário de Notícias e a campanha de Canudos. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 24, p. 49-55. (Republicado In: O Diário de Notícias e a campanha de Canudos. *Universitas: Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, Salvador, n. 18, p. 89-96, 1977)
- 1979 - Moreira César, quem foi que te matou ?. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 324, p. 305-311, jul./set.
- 1981 - A Faculdade de Direito da Bahia e a Guerra de Canudos. *Revercor: Estudos Jurídicos em homenagem à Faculdade de Direito da Bahia 1891-1981*, São Paulo: Saraiva. p. 135-141. (Republicado pelo Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, n. 105, 1984. p. 19-29)
- 1984 - *Canudos na literatura de cordel*. São Paulo: Ática. 104 p.
- 1986 - *Quase biografia de jagunços: o séquito de Antônio Conselheiro*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia. 109 p.
- Canudos não euclidiano. In: SAMPAIO NETO, José Augusto Vaz et al. (orgs.). *Canudos: subsídios para a sua reavaliação histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. p. 1-21. (Republicado In: *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo,

Apêndice

Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997. p. 11-24. Coletânea de artigos publicados entre a década de 50 e 90)

- 1988 - Aparecimento e prisão de um messias. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 35, p. 53-63, set.
 - 1991 - Antônio Vicente no Ceará. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 37, p. 25-32, mar.
 - 1992 - Fávila Nunes, repórter em Canudos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 31, p. 103-112. (Republicado In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 90, p. 45-51, 1994)
 - 1993 - O séquito de Antônio Conselheiro. *Revista da FAEEBA*, Salvador, ano 2, n.º especial, p. 49-54, jan./jun.
 - 1996 - Santo Antônio de Canudos. *Revista Canudos*, Salvador, UNEB, v. 1, n. 1, p. 23-24, jul./dez.
 - 1997 - Canudos: notas antigas. *Revista Canudos*, Salvador, UNEB, v. 2, n. 2, p. 9-13.
- *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/Conselho Estadual de Cultura/EGBa, 145 p. (Coleção Memória da Bahia, 5)
- Belo Monte resiste. *Revista da Bahia*, Salvador, 2 ed., n. 22, p. 10-21, set. 1997.

3.1. Prefácios

- 1987 - Apresentação: O Relatório de Frei João Evangelista. In: *Relatório apresentado pelo Revd. Frei João Evangelista de Monte Marciano ao Arcebispado da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial de Canudos - 1895*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia. p. 5-9. (n. 130. Edição Fac-símile)
 - 1989 - Nota Explicativa. In: ZAMA, Cesar. *Libelo republicano acompanhado de comentários sobre a Guerra de Canudos*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia. (n. 139. Edição Fac-símile)
 - 1993 - Odorico Tavares e a oralidade em Canudos. In: TAVARES, Odorico. *Canudos: cinquenta anos depois (1947)*. Introdução de José Calasans. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, Academia de Letras da Bahia e Fundação Cultural do Estado da Bahia.
- Introdução. In: GAUDENZI, Tripoli Francisco Britto. *Memorial de Canudos*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Bahiatursa, 1993. p. 17-20.
- 1995 - Prefácio. In: BASTOS, José Augusto Cabral Barreto. *Incompreensível e bárbaro inimigo: a guerra simbólica contra Canudos*. Salvador: Editora da Universidade Federal da UFBA. p. 11-13.

Apêndice

- 1996 - O coronel César. In: FONTES, Oleone Coelho. *O treme-terra: Moreira César, a República e Canudos*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 11-13 (Publicado na *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 42, p. 79-81, mar. de 1996)
- 1997 - Feira de Santana na Guerra de Canudos. In: GAMA, Raimundo. *Recortes de Canudos*. Salvador: BDA. p. 11-12.

4. História Geral

- 1943 - O sentido nacionalista do sete de abril. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. XII, n. 17, p. 5-8.
- 1959 - *Os vintistas e a regeneração econômica de Portugal*. Salvador: Artes Gráficas. p. 181.
- 1972 - *A Educação Moral e Cívica no Ensino do 1º e 2º Graus*. Rio de Janeiro, 1972, 56 p. Monografia (Curso Superior de Guerra). Escola Superior de Guerra do Estado Maior das Forças Armadas.

5. Discursos e palestras

5.1. Sergipe

- 1943 - Fausto Cardoso e a revolução de 1906. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. XIII, n. 18, p. 19-23. (Discurso pronunciado no dia 28 de agosto de 1938, no Centro Estudantil de Sergipe)
- 1945/48 - Discurso pronunciado pelo Dr. José Calasans Brandão da Silva, a 23 de outubro de 1946, em nome da Congregação da Escola Normal “Rui Barbosa”, de Aracaju, por ocasião das festas jubilares de Dom José Tomaz Gomes da Silva, 1º Bispo de Aracaju. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. XIV, n. 19, p. 17-20.
- 1965/78 - Discurso pronunciado, em 1º de março de 1970, na cidade de Estância, pelo professor José Calasans Brandão da Silva, quando da inauguração do monumento de Gumercindo Bessa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 27, p. 71-74.

5.2. Bahia

- 1948 - *Economistas da Bahia*: discurso pronunciado na Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia. Bahia: Artes Gráficas. 9 p.
- 1956 - *Dia da raça*: discurso pronunciado em 10 de junho de 1955. Bahia: Artes Gráficas. 13 p.

Apêndice

- 1961 - *A Bahia e a Marinha*: palestra pronunciada pelo comp. José Calasans na sessão de 8-6-61, no Rotary Club da Bahia. Bahia: Rotary Club da Bahia. 5 p.
- 1963 - Discurso de Posse do Acadêmico José Calasans Brandão da Silva, na Cadeira n. 28, da Academia de Letras da Bahia, em 11 de novembro de 1963. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 22, p. 5-15, 1971/1972.
- 1978 - Álvaro Augusto da Silva: discurso pronunciado em sessão do Instituto Genealógico da Bahia, a 7 de abril de 1978. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 87, p. 71-81.
- 1980 - Saudação à Marinha: palavras pronunciadas na TV Itapoan, Canal 5, Salvador, a 11 de julho 1965. *Revista das Ciências Humanas*, Salvador, v. I, n. 1, p. 29-30, jul. 1980. (Esse discurso é basicamente o mesmo que foi pronunciado no Rotary Club da Bahia, com o título *A Bahia e a Marinha*, em 8 de junho de 1961)
- 1994 – Agradecimento. Discurso pronunciado na ALB, no dia 29 de outubro de 1992, pelo acadêmico José Calasans Brandão da Silva. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, v. 40, p. 419-423, set. 1994.

BIOGRAFIA CRONOLÓGICA BÁSICA¹

- **Dados pessoais:**

1915: nasceu no dia 14 de julho. Filho de Irineu Ferreira da Silva e Noemi Brandão da Silva.

1941: casamento com Lúcia Margarida Maciel da Silva. Da união nasceram: José Calasans Maciel da Silva e Maria Madalena Maciel da Silva.

1972: falecimento do filho José Calasans Maciel da Silva.

2001: faleceu no dia 28 de maio, em sua casa, no Edifício Alagoinhas, na Ladeira da Barra, Salvador.

- **Formação educacional (cursos principais):**

1928: estudou, alguns meses, no Rio de Janeiro, no Colégio Militar.

1929-1932: estudou durante esse período, o Ensino Secundário, no Atheneu Sergipense.

1933-1937: período de estudos no curso de Direito da Faculdade de Direito da Bahia.

1972: conclusão do curso da Escola Superior de Guerra (ESG), na turma D. Pedro I.

- **Principais atividades profissionais no ensino básico e superior:**

1938-1947²: exerceu atividade docente nos seguintes colégios de Sergipe: Atheneu Sergipense, Escola Normal Rui Barbosa, Colégio Tobias Barreto e Ginásio Nossa Senhora de Lourdes.

1950-1960: exerceu atividade docente nos seguintes colégios de Salvador: Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, Ginásio Brasil e Colégio Antônio Vieira.

1950-1980: professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Professor, do final da década de 1960 a início da década de 1980, do Mestrado em Ciências Sociais da UFBA.

- **Principais cargos exercidos em instituições de ensino e agremiações culturais:**

¹ Essa parte foi organizada a partir do Curriculum Vitae de José Calasans que se encontra no Arquivo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.

² Não se sabe exatamente as datas precisas de ingresso e de sua saída dos colégios acima relacionados. Na Escola Normal Rui Barbosa, pelo menos, em 1942, ele já lecionava. Esse período corresponde justamente à fase que ele trabalhou em Aracaju até o final de 1947.

Apêndice

1941: Delegado do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Sergipe.

1947: Delegado Regional do SESC, em Sergipe.

1945-1947: Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

1947-1963: Diretor do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, na Bahia.

1960-1961: Primeiro Secretário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

1963-1964: Presidente do Rotary Clube da Bahia.

1967: Vice-Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia.

1968-1973: Chefe do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.

1970-1971: Primeiro Vice-Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

1971-1973: Presidente da Academia de Letras da Bahia.

1973-1979: Presidente do Conselho de Cultura do Estado da Bahia.

1974-1978: Diretor da Faculdade de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.

1980-1984: Vice-Reitor da Universidade Federal da Bahia.

1984-1994: Diretor do Departamento de Estudos e Publicações do Museu Eugênio Teixeira Leal – Memorial do Banco Econômico (Salvador - BA).

1986: Presidente do Instituto Genealógico da Bahia.

• Participação como sócio correspondente ou membro efetivo em agremiações culturais:

1937: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (sócio efetivo)

1938: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (sócio efetivo e correspondente)

1948- Academia Sergipana de Letras (sócio correspondente)

1949: Sociedade Brasileira de Folclore (membro titular)

1950: Sócio Fundador do Centro de Estudos Baianos

1951: Instituto Genealógico da Bahia.

Apêndice

1954: Sociedade Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro (sócio correspondente)

1960: Rotary Clube da Bahia.

1962: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (sócio honorário)

1963: Academia de Letras da Bahia (membro efetivo)

1968-1983: Conselho de Cultura do Estado da Bahia.

1971: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (sócio correspondente)

• **Principais medalhas e condecorações recebidas:**

1957: Medalha Sílvio Romero, da Prefeitura do Distrito Federal.

1968: Medalha Euclides da Cunha, da Casa Euclidiana de São José do Rio Pardo, São Paulo.

1971: Medalha Olavo Bilac, do Ministério do Exército.

1973: Medalha Cultural Pedro I, do Conselho de Cultura do Pará.

1974: Medalha Inácio Barbosa, do Governo de Sergipe

1989: Medalha Tobias Barreto, do Governo de Sergipe; Medalha do Comendador da Ordem do Mérito da Bahia; Medalha do Pacificador, do Ministério do Exército; Medalha Visconde de Itaparica, da Polícia Militar do Estado da Bahia; Medalha do Mérito Cultural Castro Alves, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia; Medalha Aperipê, do Governo de Sergipe; Medalha Joaquim Nabuco, da Fundação Joaquim Nabuco; Medalha Rodrigo Melo Franco, do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

1992: Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia.

1993: Título de Cidadão de Canudos.

1994: Doutor Honoris Causa, da Universidade Federal de Sergipe.